

Diana Claudia Freire
Sérgio Candido de Gouveia Neto
Cristiane Talita Gromann de Gouveia

Ensino de matemática nos cursos técnicos de contabilidade em Rolim de Moura/RO (1986 a 1999)



Com a intenção de apresentar uma interpretação histórica sobre o ensino de Matemática no Curso Técnico em Contabilidade entre os anos de 1986 a 1999, no município de Rolim de Moura/RO, o texto apresenta elementos históricos sobre a implantação dos cursos técnicos, a abordagem metodológica utilizada e os materiais empregados no ensino da Matemática para o referido curso, nas escolas Tancredo de Almeida Neves e Cândido Portinari. Além disso, o texto busca fornecer informações sobre a formação dos professores, a reestruturação da educação, a centralização do ensino e a importância do ensino profissionalizante para o crescimento social, econômico e profissional no início e no desenvolvimento do município de Rolim de Moura, destacando que uma das contribuições do texto é o enriquecimento do acervo histórico do ensino da Matemática no município de Rolim de Moura/RO, considerando a escassez de estudos e materiais disponíveis sobre o tema abordado. Dessa forma, o estudo busca preencher uma lacuna no conhecimento histórico-educacional da região, oferecendo informações valiosas para pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, professores da educação básica e demais interessados no campo da educação e da história da Matemática.



**ENSINO DE MATEMÁTICA NOS CURSOS TÉCNICOS DE
CONTABILIDADE EM ROLIM DE MOURA/RO (1986 A 1999)**

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni
(*in memoriam*)

Comitê Científico

Prof.^a Dr.^a Kachia Hedeny Techio

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Prof. Dr. Enoque da Silva Reis

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Prof.^a Dr.^a Adriana de Bortoli

Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC)

ENSINO DE MATEMÁTICA NOS CURSOS TÉCNICOS DE CONTABILIDADE EM ROLIM DE MOURA/RO (1986 A 1999)

**Diana Claudia Freire
Sérgio Candido de Gouveia Neto
Cristiane Talita Gromann de Gouveia**



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866e

Freire, Diana Claudia

Ensino de matemática nos cursos técnicos de contabilidade em Rolim de Moura/RO (1986 a 1999) [recurso eletrônico] / Diana Claudia Freire, Sérgio Candido de Gouveia Neto e Cristiane Talita Gromann de Gouveia. – Cachoeirinha : Fi, 2023.

181p.

ISBN 978-65-85725-85-9

DOI 10.22350/9786585725859

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Matemática – Contabilidade – Ensino técnico – Rolim de Moura/RO. I. Gouveia Neto, Sérgio Candido. II. Gouveia, Cristiane Talita Gromann. III. Título.

CDU 51:657:377(811.1)"1986-1999"

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1	11
UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM ROLIM DE MOURA	
2	43
BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM RONDÔNIA E EM ROLIM DE MOURA	
UMA HISTÓRIA SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	62
UMA HISTÓRIA SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.....	67
ESCOLA ESTADUAL ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO – TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	74
ESCOLA ESTADUAL ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - CÂNDIDO PORTINARI.....	88
CENTRALIZAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DE CONTABILIDADE	95
3	134
MATEMÁTICA NOS CURSOS TÉCNICOS EM CONTABILIDADE	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS	165
REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS	169

APRESENTAÇÃO

A temática deste livro apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida durante o mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Natureza – PPGEEN, campus de Rolim de Moura. A pesquisa está intitulada “Ensino da Matemática nos Cursos Técnicos em Rolim de Moura/RO (1986-1999)”, que foi uma proposta de estudo importante e necessária para o conhecimento sobre o ensino de Matemática nos cursos profissionalizantes no Estado de Rondônia e, principalmente, no município de Rolim de Moura.

A realização da pesquisa possibilitou o encontro e o resgate de materiais e memórias de uma história sobre ensino de matemática em nível de segundo grau, isto é, a Matemática na preparação do profissional para atuar na sociedade.

Com todos os resultados da pesquisa e os documentos encontrados, foram selecionados e elaborados três capítulos para compor o livro.

No primeiro capítulo, encontra-se descrita uma história da Educação em Rolim de Moura, baseada em trabalhos já apresentados e publicados e com informações encontradas em livros e jornais, tais como o Jornal Alto Madeira, o Estadão e a Revista Ideias & Fatos.

O capítulo dois apresenta um breve histórico sobre a Educação Profissional no Brasil, desde o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, até a Lei nº 11.741/1996, quando se extinguiu a profissionalização

obrigatória no 2º grau. Nele, narra-se uma breve história das escolas e do Curso Técnico em Contabilidade em Rolim de Moura, no período de 1986 a 1999, destacando a centralização dos cursos na cidade, no ano de 1994, demonstrando a finalidade e as dificuldades do projeto.

O capítulo três traz informações sobre conteúdos, métodos e materiais didáticos utilizados pelos professores para o ensino da matemática durante o processo de ensino nos Cursos Técnicos em Contabilidade das escolas Tancredo de Almeida e Cândido Portinari.

Finalizando, o livro está direcionado a pesquisadores na área de História, História da Educação Matemática e a todos que buscam conhecimento sobre os assuntos abordados.

1

UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM ROLIM DE MOURA

Rolim de Moura é um jovem município que pertence ao Estado de Rondônia, que iniciou sua história na década de 1970, com a propaganda criada por militares para a ocupação da Amazônia, com base na Lei de Segurança Nacional (Diário da Amazônia, 2019). Dessa forma, o desenvolvimento e o ordenamento da ocupação da Amazônia tinham como lemas, “integrar para não entregar”, ou mesmo “ocupar as terras sem homens com os homens sem terras” (Oliveira, 2010).

Com essa campanha foram criados Projetos Oficiais de Colonização pelo Governo Federal (Projetos de Integração de Colonização – PICs), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Um dos PICs implantados foi o Gy-Paraná, ampliado em 1975 e recebendo a denominação de “Setor Rolim de Moura”. (Carneiro, 2008).

O Projeto de Integração de Colonização Gy Paraná – PICGPN, foi o terceiro grande projeto de assentamento do INCRA, no então Território Federal de Rondônia, criado por meio da Portaria nº 1443/1972¹. (Oliveira, 2010). Assim, o projeto Gy-Paraná – “Setor Rolim de Moura” (Figura 01) tinha como finalidade assentar os colonos excedentes de

¹ Primeiro Projeto de Integração de Colonização Ouro Preto – PIC Ouro Preto – Decreto nº 11.164/71; Segundo Projeto de Integração de Colonização Sidney Girão – PICSG – Portaria nº 692/71; Quarto Projeto de Integração de Colonização Paulo Assis Ribeiro – PICPAR – Portaria nº 1.480/73; Quinto Projeto de Integração de Colonização Padre – Adolpho Rohl – PICPEAR – Portaria nº 1.620/75 (Oliveira, 2010).

projetos anteriores, sendo uma extensão do Projeto Integrado de Colonização GY-Paraná ou Ji-Paraná.

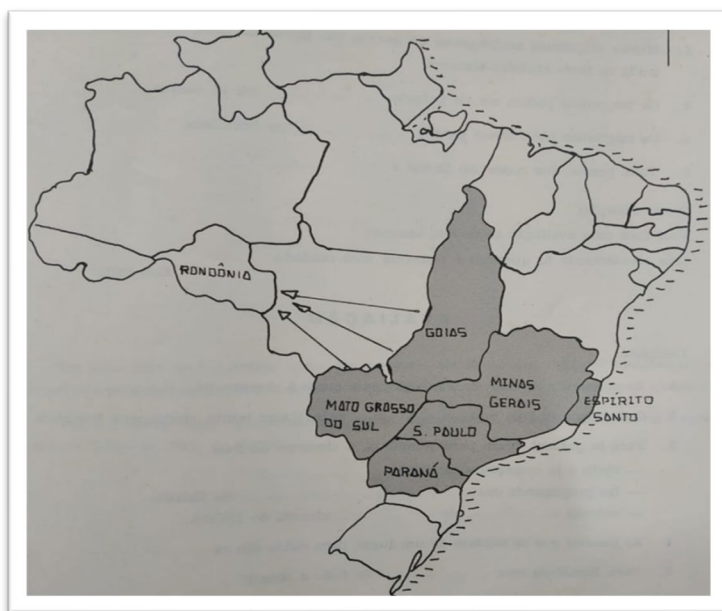
Figura 01: Rondônia e Rolim de Moura



Fonte: Mapa Google 2020. Mapa A – Estado de Rondônia e o Mapa B – Cidade de Rolim de Moura.

A região de Rolim de Moura iniciou sua colonização com a distribuição de lotes de terras rurais. Nesse ínterim, muitas famílias de vários Estados (Figura 02) como Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, entre outros, entraram nessa empreitada.

Figura 02: Origem dos Migrantes que vieram para Rondônia na década de 1980



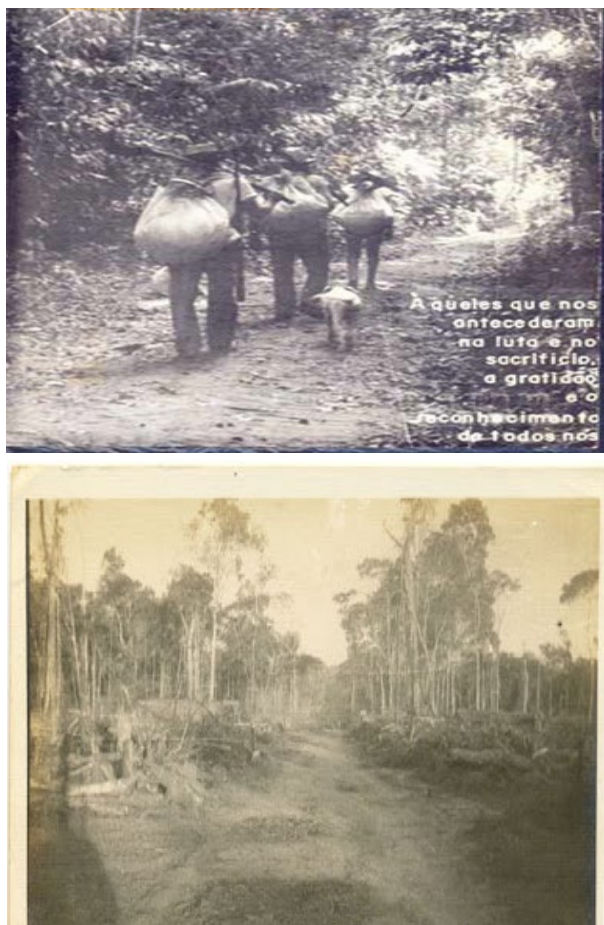
Fonte: CAMPITELI (1983, p. 95)

No início do projeto, a abertura da mata era realizada com facão², formando uma “picada” por onde percorriam demarcando as terras e iniciando o processo de colonização. Os moradores da Colonização GY-Paraná – Setor Rolim de Moura – levavam em média 04 (quatro) dias

² Utensílio semelhante à faca, porém maior do que essa; facalhão, facalhaz (Houais, 2009).

para percorrer os aproximadamente 80 km para chegar à cidade de Cacoal (Figura 03), visto que ainda não havia caminho totalmente aberto entre as duas localidades.

Figura 03: Caminho para Rolim e Moura em 1976

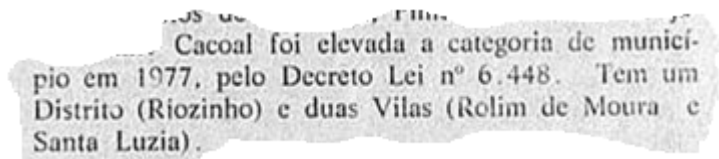


Fonte: Arquivo fotográfico de Rolim de Moura (afotorm)

Com o crescimento do projeto, a cidade foi sendo organizada e estruturada, mas continuava ligada ao município de Cacoal (Figura 04),

conforme matéria apresentada no jornal Alto Madeira de 28 e 29 de março de 1982 Figura 4.

Figura 04: Distrito e Vilas ligados ao município de Cacoal em 1977.



Fonte: Jornal Alto Madeira (28 e 29/03/1982)

Com a estrada aberta, mesmo em péssimas condições, alguns já conseguiam chegar com veículos até o local onde se iniciava a construção da cidade. “A partir de então, as pessoas que chegaram às centenas começaram a erguer a cidade, inicialmente formada de barracos, mucambos³ de pau a pique” (Figura 05). (Diário da Amazônia, 2019).

Os ranchos geralmente eram construídos com lona plástica no início, depois eram cobertos com tabuinhas, ou madeira rachada, muitos faziam seus ranchos com paredes de coqueiros e coberto com folhas de coqueiros, ou com folhas caités⁴ e cocolobas⁵, muito existentes na beira dos igarapés. (Lopes, 2005, p. 41).

³ Significado segundo o dicionário Houaiss (2009) habitação precária e desconfortável; cabana, tapera.

⁴Nome Científico: *Heliconia vellosiana*; Nomes Populares: Caeté, Bananeirinha, Caetê, Helicônia, Helicônia-vermelha. As folhas são lisas, largas, grandes com pecíolo longo. (Patro, 2013)

⁵ *COCOLOBA UVIFERA* – É UMA ÁRVORE COM TRONCO CURTO E FOLHAS GRANDES, ARREDONDADAS E CORIÁCEAS, COM ATÉ 25 CM DE DIÂMETRO, POSSUEM NERVURAS ROSADAS, FICANDO AVERMELHADAS À MEDIDA QUE ENVELHECEM. (Cânovas, 2018).

Figura 05: Casas construídas entre 1975 e 1976 na cidade de Rolim de Moura

Fonte: Arquivo fotográfico de Rolim de Moura - afotorm (2020)

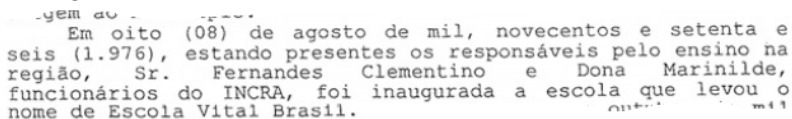
Os primeiros dez lotes urbanos foram entregues no dia 10 de agosto de 1977, iniciando-se efetivamente o povoamento do Núcleo Urbano Rolim de Moura, dando início à construção da Vila Rolim de Moura, [...] sendo emancipado em 05 de agosto de 1983, tornando-se um dos primeiros municípios criados pelo recém-criado Estado de Rondônia (Lopes, 2005), por meio do Decreto-Lei Estadual nº 071 (Oliveira, 2010), “desmembrado do Município de Cacoal”. (Lima, 1991 p. 99).

Há relatos de que, em 1975, já se encontravam famílias reunidas onde seria desenvolvido o município de Rolim de Moura na linha 200, esquina da atual RO-010 (Revista Idéias & Fatos, 1999, p. 15). Isso é corroborado também por Oliveira (2010), ao destacar que “[...] em 1975, o INCRA começa a distribuir terras no interior da floresta do lado esquerdo da BR 364. Num localidade que, por vontade dos desbravadores, passou a ser uma vila, depois uma cidadezinha e hoje é Rolim de Moura”. A escrita de Oliveira (2010) demonstra que, nesse tempo, aconteceu a “demarcação topográfica dos lotes rurais e o assentamento de famílias no Setor Rolim de Moura deu-se entre 1975 e 1977”, na linha 200.

Ainda segundo Oliveira (2010), “O escritor João Batista Lopes sempre esteve presente no desenvolvimento e acontecimentos de Rolim de Moura, ele chegou em 1976 na linha 200, onde foi construída a primeira escola da área rural do então setor Rolim de Moura [...]” (Oliveira, 2010, p. 69). No mesmo sentido, Pessoa (1988) afirmou que “os primeiros moradores se instalaram na chamada linha 200, a 16 quilômetros do atual centro da cidade” (Pessoa, 1988, p. 28).

Assim, com o crescente processo de ocupação, os primeiros grupos de famílias que estavam reunidos na linha 200 – Esquina com a linha 25 de Agosto levantaram uma escola que os filhos dos pioneiros de Rolim de Moura frequentaram. Foi nesse local que a “Primeira Escola” do município foi construída e inaugurada em agosto de 1976, sendo denominada de “Vital Brazil”. (Pessoa, 1988). Na mesma direção, um Informativo de 1999 (Figura 06), publicado pela Prefeitura de Rolim de Moura apoia essa notícia, sobre a primeira escola do município como sendo a “Escola Vital Brasil”:

Figura 06: Informativo sobre a Primeira Escola de Rolim de Moura “Vital Brasil”



Em oito (08) de agosto de mil, novecentos e setenta e seis (1.976), estando presentes os responsáveis pelo ensino na região, Sr. Fernandes Clementino e Dona Marinilde, funcionários do INCRA, foi inaugurada a escola que levou o nome de Escola Vital Brasil.

Fonte: Informativo Prefeitura de Rolim de Moura (1999)

Na mesma linha, Dona Enilde⁶, em entrevista para a Revista Ideias & Fatos, em 1999, relata que “Ali na linha 200 havia muitas pessoas.

⁶ Enilde do Carmo Lopes, primeira professora de Rolim de Moura, chegou na linha 200 em 1976. No ano de 1978, mudou-se para a localidade onde hoje é a cidade. Fez o Magistério no “Logo II” e o curso de Pedagogia, ambos em Cacoal. (Idéias & Fatos, 25/02/1999, p. 15)

Conversei com os pais, e fui até Cacoal pedir autorização do INCRA para abrir uma escola. Depois de muita briga eles autorizaram. Era a Escola Vital Brasil, inaugurada em agosto de 1976” (Idéias & Fatos, 1999, p. 21).

Já Oliveira (2010, p.136) destaca que “a área que deu origem à cidade de Rolim de Moura era o Núcleo Urbano central do setor localizada no cruzamento da linha 184 [...], hoje Avenida Norte Sul, com a linha 25, hoje Avenida 25 de Agosto”. Com o assentamento das famílias nessa área, também se iniciou a construção do comércio da cidade, sendo o Comercial Luzitana (Figura 07) o primeiro a comercializar produtos secos e molhados. Hoje, essa localidade é o centro da cidade, esquina da Avenida 25 de Agosto, próximo ao Igarapé Anta Atirada⁷ (Oliveira, 2010).

Figura 07: Localidade de Rolim de Moura em 1975.



Fonte: PALITOT 30/11/2015

Disponível no Site: <https://alekspalitot.blogspot.com/2015/11/a-colonizacao-de-rondonia-terras-de.html>. Acesso em 29/03/2020

⁷ Segundo Barros (2015), “Anta Atirada” é o nome do principal rio que corta a cidade de Rolim de Moura, foi devido à famosa anta que foi abatida a margem do Igarapé. Na versão mais detalhada, Carneiro (2008, p. 17) descreve que no início da colonização de Rolim de Moura era comum a utilização de carne de caça como alimento, e um dos animais era a anta. Carneiro (2008) cita informações da Revista Idéias & Fatos (1998) “uma vez matamos uma anta. Levemos a ‘bicha’ até o acampamento. Foi aquela festa”. “Carne de anta e pinga pra todo mundo”. “A partir desse fato, as pessoas passaram a se referir a esse rio como o Rio da “Anta Atirada””.

Mesmo com as dificuldades encontradas no desenvolvimento, os moradores e colonos, acompanhados do Técnico Agrícola do INCRA, – Paulo Dutra Filho – foram os responsáveis pelo Núcleo Urbano de Rolim de Moura, construíram a primeira escola.

Entre dezembro de 1977 e janeiro 1978, assume a responsabilidade do Núcleo Urbano de Rolim de Moura, outro Técnico Agrícola do INCRA, inclusive, foi o responsável, representando o INCRA, pela coordenação do mutirão, formado por moradores e colonos, que construiu a primeira escola, na área do núcleo, no ano de 1978, obra provisória, cujas paredes eram de lasca de paxiúba⁸ e a cobertura de tabuinha, assentos improvisados, etc. Os utensílios modernos, industrializados, que se destacavam na escola eram: os livros, cadernos, lápis, borracha e, o giz. O primeiro quadro negro era uma lona plástica preta. (Oliveira, 2010, p. 147).

No ano de 1979, o até então projeto Rolim de Moura foi elevado a Vila de Rolim de Moura (Figura 08), conforme Informativo da Prefeitura de Rolim de Moura (1999).

Figura 08: Registro da elevação do Projeto para Vila Rolim de Moura.

O primeiro Administrador de Cacoal, Sr. Francisco Ferreira Moreira, técnico Agrícola, foi nomeado em vinte e sete (27) de julho de mil novecentos e setenta e nove, elevando o Projeto Rolim de Moura à Vila de Rolim de Moura.

Fonte: Informativo Prefeitura de Rolim de Moura (1999).

Januário (2009, p. 63) destaca que “no início da ocupação humana no setor de Rolim de Moura, a estrutura educacional era muito precária,

⁸ Palmeira é conhecida também por outros nomes populares, como castiçal, zancona e bombom. É mais comum na Amazônia e no Mato Grosso, mas curiosamente cresce em vários habitats. O mais comum deles é a floresta tropical úmida, tanto que uma de suas características peculiares são as raízes, que se adaptam tanto em áreas inundadas como em terra firme. Por conta da resistência de sua madeira, ela é usada como ripa em construções rústicas e na confecção de caravelas e bengalas. (G1, 01/04/2020).

os moradores construíram barracos muito simples, sem conforto nenhum para servir de escolas”.

Os programas que incumbiam aos projetos de Assentamento de Agricultores através da Colonização Oficial, conforme a “Metodologia Operacional” aprovada pela Portaria INCRA nº 17 de 08 de janeiro de 1971, apresentava como deveria funcionar a distribuição de terras, administração do projeto, assentamento, infraestrutura física, “Educação”, habitação rural, entre outros. Assim, segundo a Portaria nº 17/71 do INCRA, na área da Educação, destacava que a ação era em conjunto com o Programa de Infraestrutura física para a construção e/ou reparação dos prédios escolares necessários para o atendimento da população. (Oliveira, 2010).

O INCRA construía escolas nas áreas rurais e também núcleos urbanos. Distância entre as escolas era de quatro a cinco quilômetros [...] em cada linha rural do Projeto de Colonização, para que os alunos percorressem no máximo 2,5 km.

Compreendia ainda: designação de professores para todas as escolas (a princípio todos os professores foram contratados de INCRA); planejar e elaborar rotina de treinamento de professores e monitores e acompanhar o desenvolvimento do programa através do Grupo de Infraestrutura social existente na estrutura do PIC vinculada ao Grupamento Técnico – GT, Tais trabalhos eram coordenados e executados por assistentes sociais, técnicos em desenvolvimento comunitário, etc., do quadro funcional do INCRA. (Oliveira, 2010, p. 108).

De acordo com Carneiro (2008, p. 23), “embora os projetos de colonização possuíssem, não uma política educacional, mas a perspectiva de instalação de escolas, isso não se aplicou – ao menos de

imediatos – a Rolim de Moura”. Dessa forma, Januário (2009, p.64) destaca as dificuldades encontradas pela Educação naquela época:

Ser professor e aluno naquela época era um grande desafio. As construções eram barracos cobertos de lona ou tábuas, de chão batido, onde tocos de madeira bruta serviam como cadeiras e qualquer coisa servia como lousa: lona, pedaços de tábuas, até mesmo latão aberto.

Conforme depoimento de vários profissionais da época, as dificuldades não paravam por aí, por além de atenderem as salas multisseriadas (1ª a 4ª série), muitas vezes não tinha sequer giz. Os professores exerciam, também, a função de merendeira e zeladora. O material didático e a merenda eram trazidos pelos mesmos de Cacoal até as escolas. (Januário, 2009 p. 64).

Assim, com aproximadamente 100 alunos matriculados, a Primeira Escola do Núcleo Urbano de Rolim de Moura iniciou seu funcionamento em 1978.

[...] viemos para Rondônia, onde fiquei dois anos sem estudar, por não termos escola. [...] o meu pai, que foi um dos voluntários na implantação da escola aqui em Rolim de Moura, e assim, em 1978 reiniciava minha trajetória estudantil, cursando a quinta série. (Silva, 2019 p. 44).

A primeira escola da cidade de Rolim de Moura foi a Escola Pereira da Silva (Figura 09), sendo que sua primeira construção foi em madeira bruta na esquina entre a Av. Norte Sul com a Fortaleza.

Figuras 09: Escola Pereira da Silva - Primeira Escola em 1978 (fora da escola e dentro da escola).



Fonte: Arquivo fotográfico de Rolim de Moura - afotorm (2020).

Em entrevista à Revista Ideias & Fatos (1998), o Sr. Moreira⁹ afirma que “A primeira escola, a Pereira da Silva e a Igreja Católica surgiram em função da necessidade que os moradores tinham destas entidades. Eles mesmos as construíram”. (Silva e Burgeile, 2014, p. 106).

Nos primeiros dias do mês de outubro de 1979, foi inaugurado o novo prédio da Escola Pereira da Silva (Figura 10) e o “rancho” foi abandonado e derrubado¹⁰, ficando somente as lembranças e as imagens fotográficas que permitem preservar certos momentos vividos. Lembranças que resgatam as experiências e passagens de situações já vividas e trazem à tona o que está guardado na memória e que, na concepção de Halbwachs,

[...] é um processo de reconstrução, devendo ser analisada levando-se em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais. (Halbwachs, 2013, *apud* Silva, 2016, p. 248).

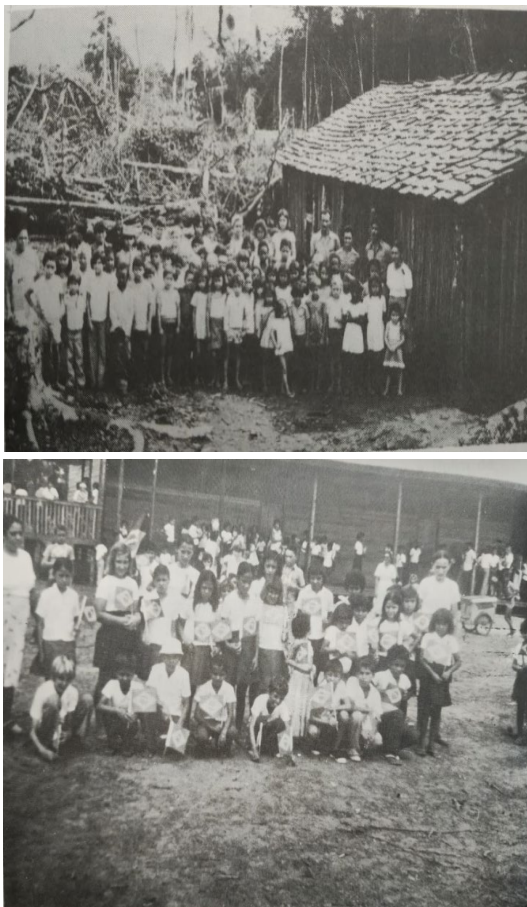
Já as imagens fotográficas segundo Kossoy (2005) “[...] funciona em nossas mentes como uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de certo momento e situação, de certa luz, de determinando

⁹ Sr. Francisco Ferreira Moreira. Foi primeiro executor entre 1978\1979 e administrador de Rolim de Moura. Hoje, é Professor Doutor – UNIR, Campus de Rolim de Moura, em entrevista cedida a Revista Ideias e Fatos Ano I nº 2, Dezembro de 1998. (Silva e Burgeile, 2014, p. 106).

¹⁰ “ainda na linha 184 escolhi o local da escola, da igreja e as datas das casas das professoras. Isso era ali onde hoje é a matriz e a Praça dos Imigrantes”. (Ideias & Fatos, 25/02/1999). A igreja não mudou de lugar (nova estrutura) e a escola mudou duas quadras do lugar original.

tema, absolutamente congelado contra a marcha do tempo” (Kossoy, 2005 p. 42 *apud* Dalcin, 2018, p. 20).

Figura 10: Primeira Escola em 1978 (rancho) e 1979 (Prédio Novo).



Fonte: Lopes (1989)

Segundo Lopes (1989, p. 26), “quando se iniciou o ano de 1979, já pensávamos no curso ginásial, que era necessário, pelo motivo de que muitos alunos que terminavam a 4^a série precisavam continuar os estudos.”.

Naquela época, Januário (2009, p. 64) pontua que:

[...] Rolim de Moura dependia fortemente de Cacoal, os profissionais tinham que cursar o Logos II e participar de reuniões pedagógicas naquela localidade. Após 1981, com a implantação do referido curso na cidade, os problemas desses profissionais foram minimizados, em partes. (Januário, 2009, p. 64).

Corroborando o projeto Logos II, no dia 08/08/1981, foi publicada a matéria no jornal Alto Madeira (1981, p. 08) (Figura 11) sobre a implantação e os benefícios daquele projeto para a Educação em algumas cidades e distrito do Estado de Rondônia, incluindo Rolim de Moura.

Figura 11: Projeto Logos II – matéria publicada Jornal Alto Madeira



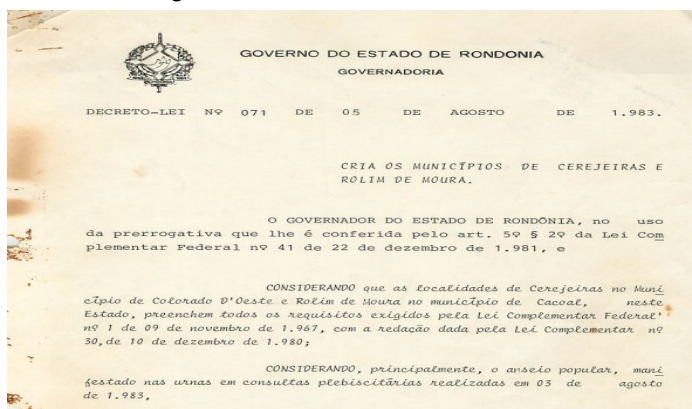
Fonte: Jornal Alto Madeira (1981, p. 08)

Assim, com o progresso e crescimento “[...] o processo massivo de urbanização aconteceu [...], principalmente entre 1980-1985” (Carneiro, 2008, p.149), tanto que, em 1983, Rolim e Moura entrou para a categoria de Município, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 071, de 05/08/1983 (Figura 12).

O nome da cidade foi dado em homenagem ao Visconde de Azambuja (ou Dom Antônio Rolim de Moura Tavares), segundo governador da capitania de Mato Grosso, pelos relevantes serviços prestados à região do vale do Guaporé. (Diário da Amazônia, 2019).

Diante da publicação da emancipação do município de Rolim de Moura, no desenrolar da História encontramos matérias, destacando que em meados de agosto de 1981, já havia comentários sobre o aumento de municípios do Estado, visto que Rondônia contava com 13 municípios e a previsão que logo outros solicitariam a emancipação política, entre eles, Rolim de Moura (Alto Madeira, 13/08/1981, p. 09).

Figura 12: Decreto-Lei nº 071 de 05/08/1983



Fonte: Arquivo dos autores.

Na mesma linha, nos anos de 1982 e 1983 (Figura 13), intensificou-se a solicitação para a emancipação de Rolim de Moura, sendo pauta de várias matérias e solicitações.

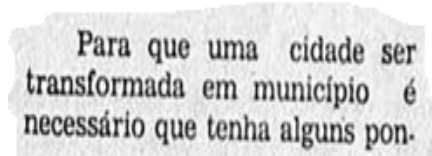
Figura 13: Matérias Publicadas – Solicitação de Emancipação de Rolim de Moura



Fonte: Jornal Alto Madeira (1982 e 1983)

Nos estudos realizados sobre Rolim de Moura, o delegado Glaber Gamaz de Magalhaes, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (Figura 14 e 15) apresentou que o levantamento e as informações realizadas foram satisfatórios, visto que a quantidade de famílias exigidas necessárias para mudar de categoria, Rolim de Moura superou os estipulados (Alto Madeira, 21/07/1983, p 04).

Figura 14: Matérias Publicadas – Solicitação de Emancipação de Rolim de Moura



tos indispensáveis. Os principais são: o mínimo de 80 casas residenciais na zona urbana — Rolim de Moura tem cinco mil e Cerejeira duas mil, e 200 famílias, totalizando 10 mil moradores incluindo-se a zona rural. "No levantamento que fizemos tivemos resultados altamente satisfatórios e provando a necessidade de serem emancipadas politicamente", explicou Glaber.

Fonte: Jornal Alto Madeira (21/07/1983).

Assim, no dia 03 de agosto de 1983 foi realizado o plebiscito que transformou o Distrito de Rolim de Moura em Município de Rolim de Moura.

Figura 15: Matérias Publicadas – Solicitação de Emancipação de Rolim de Moura

TRE: segunda sai a decisão do plebiscito

O Tribunal Regional Eleitoral marcou para a próxima segunda-feira a reunião para decidir quando serão realizados os plebiscitos nos distritos de Rolim de Moura e Cerejeira. O objetivo é saber se a população local quer ou não a emancipação para município.

A data para a realização dos plebiscitos seria fixada na reunião de ontem, que somente não se realizou por falta de quorum no TRE. Segundo o desembargador Darci Ferreira, o órgão ainda aguarda instru-

ções do Tribunal Superior Eleitoral sobre a condução do processo e o modelo de cédula que será utilizado.

Segundo o procurador regional eleitoral, Evaldo Lopes de Alencar, só os eleitores cadastrados nos dois distritos poderão participar do plebiscito, que será feito através do voto secreto. Atualmente Rolim de Moura conta com cerca de sete mil eleitores, enquanto Cerejeiras possui cerca de três mil eleitores.

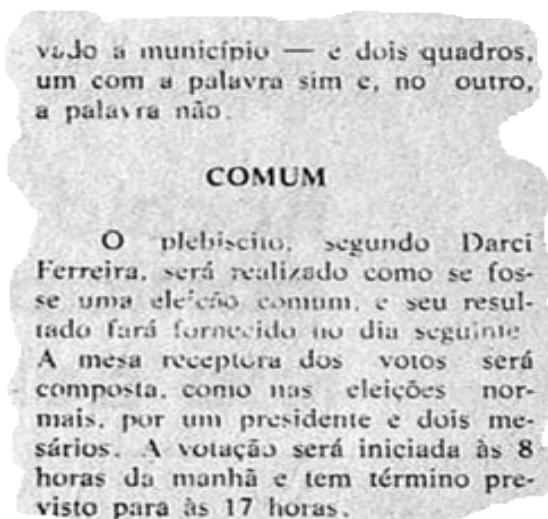
O Tribunal Regional Eleitoral decidiu marcar para o próximo dia três de agosto o plebiscito nos distritos de Rolim de Moura e Cerejeiras, para saber se os moradores das duas localidades querem ou não a transformação em município. A informação foi fornecida ontem pelo desembargador Darci Ferreira, presidente do órgão.

Fonte: Jornal Alto Madeira (03/08/1983)

O plebiscito realizado foi no formato de uma eleição comum (Figura 16), com cédula contendo as palavras sim e não, mesários e teve duração de nove horas. (Alto Madeira, 26/07/1983, p. 04).

Figura 16: Matérias Publicadas – Solicitação de Emancipação de Rolim de Moura

Segundo ele, o calendário para a realização do plebiscito já está pronto e será divulgado hoje, ao mesmo tempo em que, também hoje, começa a ser rodada a cédula única a ser utilizada durante a realização do evento. Na cédula consta apenas uma pergunta: se o morador quer ou não que o distrito seja ele-



Fonte: Jornal Alto Madeira (26/07/1983, p. 04)

Dessa forma, no dia 03 de agosto de 1983 aconteceu o esperado plebiscito, resultando na resposta positiva por parte da população (Figura 17) e que transformou o Distrito Rolim de Moura em município de Rolim de Moura. (Figura 18).

Figura 17: Resultado do Plebiscito 1983 – Rolim de Moura

O resultado da eleição deu como votantes positivos "SIM" cinco mil e setenta e oito (5.078) eleitores, e votantes negativos "NÃO", trinta e um (31) eleitores.

Fonte: Informativo Prefeitura de Rolim de Moura (1999)

Figura 18: Publicação sobre a Emancipação de Rolim de Moura¹¹



Fonte: Alto Madeira (05/08/1983) e (06/08/1983)

Para a administração do mais novo município foi nomeado, em dezembro de 1983, pelo Governador Coronel Jorge Teixeira, o médico Adegildo Aristides Ferreira (Figura 19), ficando no cargo até 1984,

¹¹ A publicação do Jornal tem um erro de digitação, onde está distrito de Rolim de Moura, o correto é distrito de Cacoal.

quando o primeiro Prefeito eleito, Valdir Raupp de Matos assumiu a Prefeitura.

Figura 19: Primeiro Administrador após Emancipação de Rolim de Moura



Fonte: Jornal Alto Madeira (1983)

Com a emancipação e a crescente expansão da cidade de Rolim de Moura nos anos iniciais, foi necessária a construção de muitas escolas, “pois a migração foi grande, especialmente dos anos de 1984, 1985 e 1986” (Pessoa, 1988, p. 53). Nesse sentido, Carneiro (2008, p. 169) descreveu que o desenvolvimento delas teve grande contribuição por parte da população, visto que a construção das “[...] escolas urbanas [...] nasceram [...] a partir da solicitação dos moradores [...]”. (Carneiro, 2008, p. 169).

Assim, criaram-se as primeiras escolas estaduais do município, cujo objetivo era atender crianças com idade escolar e cursos em nível de segundo grau, com cursos profissionalizantes, como destaca Teixeira (2019).

[...] em 1986 havia o ensino médio profissionalizante juntamente com o colegial... então nós tínhamos algumas opções... havia o colegial que seria o curso só para dar sequência faculdade... e o Magistério que era formação para a docência... saíamos do ensino médio com o diploma... não era certificado... e também havia **Ciências Contábeis**. (Kalb, 2018 *apud* Teixeira 2019, **grifo nosso**).

Com a aceleração do crescimento do município, implantação de projetos e buscas por melhores condições, a formação dos professores não acompanhou esse ritmo, ficando a Educação com escassez de profissionais capacitados a desenvolver um trabalho coerente com o fluxo da população.

Anos depois, em 1988, Pessoa (1988, p. 53) destacou que a cidade de Rolim de Moura contava com “nove escolas na zona urbana, [...] com pré-escola, 1º e 2º graus, [...] com um curso de magistério, um de contabilidade e um colegial”, estando as escolas “Tancredo de Almeida Neves” e “Cândido Portinari” entre as primeiras a serem construídas, para atender a população que já se encontrava aqui instalada. Mas, o que os trabalhos abordam sobre a Educação no Município de Rolim de Moura?

Durante o processo de coleta de dados para a pesquisa de informações sobre o tema, ficou evidente a falta de trabalhos, artigos, pesquisas sobre os cursos técnicos no município de Rolim de Moura. A falta de documentos é entendida por Bloch como “Uma ciência que se

limitasse a constatar que tudo acontece sempre como se esperava não teria uma prática proveitosa, nem divertida”. (Bloch, 2001, p. 115).

Diante do exposto, com o intuito de evidenciar a relevância da presente pesquisa, fizemos buscas por artigos, dissertações e teses que apresentavam como tema o desenvolvimento da Educação no município de Rolim de Moura e os cursos técnicos, sendo localizados poucos trabalhos sobre a Educação e nenhum sobre a Educação profissionalizante. Com a falta de informações, consideramos a ideia que Bloch (2001) destaca como “[...] o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser um conhecimento através de vestígios” (Bloch, 2001, p. 73).

Os trabalhos localizados foram três de dissertações e uma tese, como seguem as descrições.

Quadro 01: Trabalhos sobre a Educação em Rondônia e Rolim de Moura.

Teses, dissertações artigos publicados sobre a Educação no município de Rolim de Moura.					
Título	Autor	IES	Ano	Objetivo	Principais Resultados
<i>Imperialismo e Educação do Campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990</i>	Marilisa Miranda de Souza	Tese (UNESP)	2010	- Investigar as políticas educacionais de educação do campo dirigidas ao Ensino Fundamental das escolas públicas do campo no Estado de Rondônia a partir da década de 1990 e suas consequências para o campesinato, identificando as origens dessas políticas, suas concepções e como se relacionam com o projeto de desenvolvimento da Amazônia. - Investigar as propostas de Educação do campo construídas pelas organizações camponesas.	- a Educação não é estendida a toda a população do campo, nem mesmo o ensino fundamental, o que tem sido um dos fatores responsáveis pelo êxodo rural. - O Brasil é um país de capitalismo burocrático, que é o tipo de capitalismo engendrado pelo imperialismo nos países atrasados; - As políticas públicas de Educação do campo são hegemonicamente formuladas, dirigidas e financiadas pelo imperialismo;

					- resistência camponesa que forja uma nova proposta educacional anti-imperialista nos processos da revolução agrária em curso no Estado.
<i>Educação em Rolim de Moura: das iniciativas privadas às ações públicas</i> (1975-1983)	Neri de Paula Carneiro	Dissertação (UFMS)	2008	- Analisar as políticas públicas, as exigências e os conflitos socioeconômicos que estiveram presentes no processo de instalação das primeiras instituições escolares naquela cidade, no momento histórico da instalação do município; - Investigar o processo migratório referente a Rondônia e particularmente Rolim de Moura, nesse período, verificando em que medida a mobilização local interferiu para a implantação de instituições escolares naquela cidade	- Não havia política definida para a implantação de estabelecimentos escolares em Rolim de Moura, dentro do seu processo de colonização; - As escolas inicialmente foram instaladas, não em virtude de políticas públicas, mas a partir da ação dos atores sociais que se engajaram nessa empreitada; - Com a falta de professores a solução foi a contratação de pessoas semialfabetizadas;
<i>Questão Agrária e o Fechamento de Escolas do Campo em Rolim de Moura – RO</i>	Silmar Oliveira do Santos.	Dissertação (UNIR)	2019	- Analisar o processo de fechamento das escolas do campo no município de Rolim de Moura, identificando nesse processo os interesses do capitalismo em sua fase imperialista; - Contextualizar o processo de fechamento de escolas do campo no Brasil, em Rondônia e em Rolim de Moura, relacionando esse processo às determinações do capitalismo em sua fase imperialista; - Identificar e analisar as políticas educacionais que contribuíram para o fechamento das escolas do campo e como ocorreu esse processo no município de Rolim de Moura - RO; - Identificar a existência de mobilização da comunidade rolimorense com relação ao processo de fechamento das escolas do campo; - Analisar as principais consequências do fechamento das escolas do campo de Rolim de Moura.	- Fechamento das escolas, ocorreu um processo de polarização, sob o argumento de que esta ação melhoraria a qualidade do ensino; - O fechamento de escolas do campo: processo de colonização no município de Rolim de Moura; pelo processo de municipalização da educação; pelo êxodo rural, e pelas políticas educacionais destinadas ao campo, expansão da concentração de terras e o favorecimento do agronegócio.
<i>O ensino de matemática nos primeiros anos do</i>	Alaísie Ferreira dos	Dissertação (UNIR)	2019	- Elaborar uma interpretação histórica sobre o ensino e a aprendizagem de matemática nos cinco primeiros anos do ensino	- Crítica sobre a falta de se relacionar os conteúdos e métodos expostos em sala de aula

<i>ensino fundamental em Rolim de Moura (RO) (1996-2017)</i>	Passos Freitas			fundamental, na cidade de Rolim de Moura/RO, entre os anos de 1996-2017. - Desenvolver um contexto histórico referente ao modo de ensino da matemática no ensino fundamental em 1997; - Compreender como se dá o ensino da matemática de acordo com as características de cada local, e quais requisitos são responsáveis pelas tomadas de decisão acerca da organização da Educação.	através dos livros didáticos, com a realidade do aluno; - Falta de recursos didáticos e formação, o ensino da rede pública torna-se precário com relação ao ensino da rede privada;
--	-------------------	--	--	---	--

Fonte: A primeira autora (2021).

Um dos trabalhos é a Tese de Doutorado intitulada “*Imperialismo e Educação do Campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990*” (Souza, 2010), que buscou identificar e analisar as políticas públicas existentes na Educação do Campo, em Rondônia, e as propostas construídas pelas organizações camponesas para a educação do campo, delimitando o estudo no período de 1990 até os dias atuais, ao nível de Ensino Fundamental. A pesquisa foi desenvolvida em quatro municípios sendo eles: Ariquemes, Nova União, Rolim de Moura e Colorado D’Oeste, de forma que pudéssemos ter um panorama da Educação do Campo em âmbito local, compreender a aplicação dessas políticas.

Com a finalidade de garantir que os objetivos fossem alcançados, foram analisados dados que descrevem a realidade de cada localidade, bem como ideologias, contextos econômicos e de relação social, fatores esses, que causaram influência no processo de construção da Educação do Campo e das divergências de opiniões entre os moradores dessa região.

Para garantir um ponto de partida concreto, a autora baseou-se em duas linhas de investigação do processo de dominação sócio-política: o

imperialismo e o capitalismo burocrático. A partir dessas duas linhas de pesquisa, foi possível construir um contexto histórico que descreve como se deu o processo de dominação do imperialismo sobre o território brasileiro e suas consequências no processo de exploração da Amazônia, bem como as lutas da classe do campo a fim de garantir seus direitos como cidadãos e a preservação de seus aspectos culturais.

A partir da pesquisa realizada por Souza (2010) foi possível perceber que as políticas educacionais do campo em Rondônia seguem um padrão imperialista que consiste em: controlar a Amazônia por meio da criação de obras e programas públicos para a criação de latifúndios e a exploração dos recursos naturais, aspectos esses que interferiam nos objetivos da educação do campo, que, inicialmente, se baseava em preparar os estudantes para a mão de obra.

O processo da “construção” da educação no campo deu-se por uma sequência de propostas pedagógicas, sendo elas: a Pedagogia Nova, que se opunha à Pedagogia tradicional, trazendo propostas educacionais que visam ao aluno como o centro do processo de ensino-aprendizagem, sendo necessário fazer uma relação com suas necessidades, seu meio e a proposta de ensino apresentada. A Pedagogia Nova, porém, deu lugar a um novo modelo, a educação tecnicista.

A autora defende que, para mudar essa realidade de imposição do sistema capitalista às classes mais pobres, os camponeses, é preciso que os professores estejam devidamente capacitados para lidar com aquela realidade e construir uma nova proposta pedagógica revolucionária que pretende romper o imperialismo e reestruturar as políticas públicas existentes.

Para tanto, é necessário que os professores, juntamente com a população que busca reivindicar seus direitos, se contraponham aos padrões exercidos pelo proletariado e utilizem novas metodologias, novos mecanismos de ensino que garantam o espaço social da classe menos favorecida, bem como a oportunidade para que possam compreender as políticas públicas e reivindicar seus direitos como cidadãos.

A dissertação “*Educação em Rolim de Moura: das iniciativas privadas às ações públicas*” (1975-1983) (Carneiro, 2008) analisou a implantação da educação escolar em Rolim de Moura/RO, processo de implantação da educação escolar em Rolim de Moura entre os períodos de 1975 e 1983.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as políticas públicas, bem como as exigências e os conflitos socioeconômicos ocorridos durante a instalação das primeiras instituições de ensino. Esse processo ocorreu juntamente com a instalação do município de Rolim de Moura e a migração dos habitantes.

No desenvolvimento da dissertação, o autor apresenta que o processo de migração foi induzido pela reestruturação do território rondoniense e, para tal, foram criados mecanismos de atração dos imigrantes, que contavam com propagandas de incentivo que ocultavam a parte “ruim” do Estado e apresentavam um cenário perfeito e estável, onde era possível a exploração de recursos naturais como o minério e as terras eram ditas como férteis.

De acordo com a pesquisa, foi possível identificar que o sistema escolar visava preparar a população para atender às necessidades a

modernização da agricultura e o processo de industrialização visando à contribuição do homem para o cenário econômico.

A pesquisa de Carneiro (2008) também esclareceu que assim como a Educação foi separada em níveis, a atuação dos professores também foi dividida por nível de capacitação. Sendo assim, os professores que quisessem atuar no segundo grau deviam ter especialização específica ou licenciatura plena e para lecionar no primeiro grau o professor ainda que possua apenas licenciatura curta, pode atuar nesta área desde que faça estudos complementares. Apesar dessa mudança, os objetivos das propostas educacionais não surtiram o efeito esperado, isso porque havia falta de vagas e professores nas escolas, principalmente referentes ao Ensino Médio. O INCRA reconheceu que, na época de 1970, os sistemas político e educacional não estavam devidamente preenchidos e preparados para atenderem as exigências e necessidades aos migrantes que chegavam no estado. A fim de não deixar os camponeses na mão, o INCRA decidiu criar projetos de acompanhamento dos agricultores, que lhes garantissem benefícios na saúde, educação e habitação.

A dissertação de Santos (2019) intitulada “*Questão Agrária e o Fechamento de Escolas do Campo em Rolim de Moura – RO*” buscou compreender como se deu o processo de fechamento das escolas do campo em Rolim de Moura e quais as consequências que isso trouxe para o dia a dia dos camponeses.

A autora fala sobre o fechamento das escolas do campo em Rondônia, esclarecendo inicialmente, que as primeiras escolas do campo surgiram naquele território por influência dos colonos que se

uniam para construir escolas conhecidas como multisseriadas. Claramente, essa era mais uma tentativa dos camponeses de poderem permanecer no campo. Porém, com o crescimento do agronegócio, os poderes públicos fecharam as escolas do campo para obrigar os camponeses a saírem de suas terras. Em consequência do fechamento das escolas (Cerca de 2.298), surgiu um processo de polarização, que ocorria sob o argumento de que tal ação melhoraria a qualidade do ensino.

Porém, a polarização das escolas do campo dificultou ainda mais o acesso à Educação, pois, havia dificuldades de locomoção dos alunos por causa das longas distâncias onde estavam as escolas e também pela falta de professores habilitados. Pensando nisso, no Estado de Rondônia foi adotado o sistema de Ensino Médio com Mediação Tecnológica – EMMTEC, desenvolvido pela SEDUC e que visa garantir o acesso às aulas por meio de transmissões ao vivo via satélite.

Referente a isso, o autor apresenta uma crítica interessante, onde demonstra a revolta dos pais de alunos submetidos à educação por meio de mediação tecnológica, os quais alegavam que a implantação deste recurso saiu do controle e passou a ocorrer em locais que poderiam facilmente ter professores atuando em sala de aula.

No que se refere ao município de Rolim de Moura, a pesquisadora preocupou-se em fazer uma linha histórica, iniciando pela descrição de como se deu a criação e organização do município e, em seguida, descreve suas características geográficas e populacionais. Depois, explica como se deu o processo de colonização de Rolim de Moura e destacou quais foram os principais meios de gerar economia.

A criação das primeiras escolas no município ocorreu por meio de incentivo da própria população e foram constituídas no campo. A responsabilidade por organizar o contexto educacional de Rolim de Moura passou a ser exclusiva do município de Cacoal, que era sede. Um dado interessante apresentado pela pesquisa é a quantidade de escolas do campo criadas entre 1978 e 1997, que chegou a 187 escolas.

Essas escolas na época eram conhecidas como: “Escolas Multigraduadas”. Inicialmente eram ofertados ensino de primeira até a quarta série e só a partir de 1993 foram ofertadas de quinta a oitava série por meio do projeto Pró-campo.

A autora preocupou-se também em falar sobre as escolas multisseriadas que tiveram grande importância no contexto histórico da educação do campo em Rolim de Moura. As primeiras escolas seriadas foram construídas pela própria população por meio de materiais encontrados no próprio ambiente e não possuíam água encanada e nem mesmo estrutura para preparação das merendas.

Além disso, as escolas do campo também sofriam com a falta de professores com formação para atuar em sala de aula, fato que levou a contratação de professores leigos que, os quais sofriam tanto quanto os alunos para “tentar” ao menos oferecer uma educação aceitável, sem recursos pedagógicos e com estruturas precárias.

E, por fim, a dissertação “*O ensino de matemática nos primeiros anos do ensino fundamental em Rolim de Moura (RO) (1996-2017)*”, a qual tinha como objetivo elaborar uma interpretação histórica sobre o ensino e a aprendizagem de matemática nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, na cidade de Rolim de Moura/RO, entre os anos de 1996-

2017 (Freitas, 2019), nos será útil para entender o processo de Educação em Rolim de Moura.

A autora mostra que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs tiveram influência no planejamento dos professores, demonstrando, em seus estudos, a presença do professor leigo e a mudança desse quadro com o passar do tempo no ensino municipal e que os cursos profissionalizantes disponibilizados pelo Governo foram recebidos de modo positivo pelos professores.

Assim, nota-se a necessidade de estender as pesquisas para compreendermos como se deu o processo educacional no Município de Rolim de Moura, principalmente dos cursos técnicos implantados. No caso desta pesquisa, o foco serão os Cursos Técnicos de Contabilidade. Mas, antes, convidamos o leitor para um passeio pela implantação da Educação Profissional e Técnica no Brasil no próximo capítulo.

2

BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM RONDÔNIA E EM ROLIM DE MOURA

A história da educação profissional no Brasil é marcada por grandes transformações, reformas políticas e educacionais. Esses movimentos foram incentivados por revoltas populares e políticas. As reformas educacionais ocorreram durante a implantação do sistema capitalista no Brasil e entre as várias reformas que marcaram esse período, inicialmente, daremos ênfase ao Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, na qual o presidente Nilo Peçanha criou as "Escolas de Aprendizes e Artífices", para o ensino profissional primário e gratuito, mantidos pela União, sendo esse o início oficial dessas escolas. (Brasil, 1909 *apud* Vieira, Souza Junior, 2016, p. 156).

As Escolas de Aprendizes e Artífices tinham como objetivo assegurar que os estudantes, filhos de famílias que não estavam em condições de manter seus estudos ou o trabalho, adquirissem competências e qualificações para o mercado de trabalho, dando início ao processo de implantação da educação profissional no Brasil, como destacou Fonseca:

[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico

e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime [...] (Fonseca, 1961).

Essa lei determinou a criação de 19 (dezenove) escolas profissionalizantes nas principais capitais brasileiras. As escolas profissionalizantes eram chamadas de Escolas de Aprendizes e Artífices e buscavam atender estudantes de classe baixa.

A criação das Escolas de Aprendizes e Artífices tinham como objetivo, segundo a análise tradicional, formar uma equipe qualificada para operarem máquinas de fábricas em indústrias, porém, a realidade era bem diferente. Em primeiro lugar, as 19 (dezenove) escolas não seriam suficientes para suprirem as necessidades de mão de obra qualificada para as mais de 3 mil fábricas existentes no Brasil. Referente a lei e seus objetivos Peçanha afirmou que:

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que facilite as classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: eu para isso se torno necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna como indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, [...]. É um dos primeiros deveres do Governo da República, formar cidadãos úteis a Nação.

A partir desta afirmação, fica evidente que o objetivo da implantação das escolas profissionalizantes era a formação de trabalhadores especializados, isto é, “operários e contramestres com ensino prático e conhecimento técnico para a aprendizagem de um ofício”. (Souza, 2010, p. 01).

Mas, o Decreto nº 7.566/1909 não demorou muito para ser alterado. Em 1911 entrou em vigor o Decreto nº 9.070 de 25 de outubro, o qual trouxe novo regulamento às escolas de aprendizes artífices, como destaca o Art. 2º.

Art. 2º. Nas escolas de aprendizes artífices procurar-se-ha formar operarios e contramestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso as officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes ao Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das indústrias locais. (Decreto nº 9.070/1911).

Já no ano de 1927, foi publicado o Decreto nº 5.241, de 22 de agosto, que determinava que o ensino profissional era obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, isto é, a implantação do Ensino Profissional em todas as escolas primárias do País

Art. 2º Em todas as escolas primarias subvencionadas ou mantidas pela União, farão parte obrigatoriamente dos programmas; desenho, trabalhos manuaes e rudimentos de artes e officios ou industrias agrarias, conforme as conveniencias e as necessidades da população escolar.

Art. 3º [...] em quaesquer estabelecimentos de instrucção secundaria, mantidos pela União, como tambem nos equiparados, serão installadas aulas de artes e officios, sendo livre ao alumno o escolher aquelle em que se queira especializar, não se dando, porém, o certificado da conclusão do curso sem essa especialização.

Art. 4º O certificado de habilitação profissional assegurará, em igualdade de condições, o direito de nomeação ao que o possuir, entre os candidatos a funções publicas quaesquer da União. (Decreto nº 5.241/1927).

A presente lei foi sancionada com o objetivo secundário de garantir as pessoas capacitadas para o ingresso no mercado de trabalho e, o objetivo principal, era garantir o funcionamento e a permanência do sistema industrial. Para tanto, assim como descrito nos artigos que compõem a lei, os indivíduos ficavam sujeitos às aulas de especialização em artes, ofícios, trabalhos manuais, desenhos e capacitação em atividades industriais e agrícolas e, para pegarem o certificado, teriam que ser submetidos a um exame específico para cada especialização escolhida.

As Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1930, passaram a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde Pública. Posteriormente, em 13 de janeiro de 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a se chamar Liceus. Segundo seus objetivos:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escola de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de associados. A lei regulará o cumprimento deste dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (Brasil, 1937).

Essa mudança na estrutura das escolas profissionalizantes também alterou, consideravelmente, seu campo de abrangência, passando então a dedicar-se à formação profissional para todas as demais áreas de conhecimento e atuação.

Posteriormente, a Lei Orgânica do Ensino Industrial visava proporcionar uma melhor organização do ensino de grau secundário, pois foi destinada à preparação profissional dos trabalhadores artesãos, de indústria, transporte, pesca e comunicação.

Art. 3º O ensino industrial deverá atender:

1. Aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana.
2. Aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra.
3. Aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Art. 4º O ensino industrial, no que respeita à preparação profissional do trabalhador, tem as finalidades especiais seguintes:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais.
2. Dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade.
3. Aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados.
4. Divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Parágrafo único. Cabe ainda ao ensino industrial formar, aperfeiçoar ou especializar professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino, e administradores de serviços a esse ensino relativos. (Brasil, 1942).

O ensino industrial, segundo o artigo 6º do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, foi organizado em dois ciclos, em que o primeiro apresentaria a seguinte ordem: Ensino Industrial básico, Ensino de Mestria, Ensino Artesanal e Aprendizagem, e o segundo ciclo seria organizado em: Ensino Técnico e Pedagógico.

Art. 6º O ensino industrial será ministrado em dois ciclos.

§ 1º O primeiro ciclo do ensino industrial abrangerá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino industrial básico. 2. Ensino de mestria. 3. Ensino artesanal.
4. Aprendizagem.

§ 2º O segundo ciclo do ensino industrial compreenderá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino técnico. 2. Ensino pedagógico. (Decreto-Lei nº 4.073/1942)

Cada nível de estudo, dentro de cada ciclo, apresentava um curso específico que pretendia desenvolver uma habilidade exclusiva.

Vejamos:

Art. 9º O ensino industrial, no primeiro ciclo, compreenderá as seguintes modalidades de cursos ordinários, cada qual correspondente a uma das ordens de ensino mencionadas no § 1º do art. 6 desta lei:

1. Cursos industriais. 2. Cursos de mestria. 3. Cursos artesanais. 4. Cursos de aprendizagem.

§ 1º Os cursos industriais são destinados ao ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional.

§ 2º Os cursos de mestria têm por finalidade dar aos diplomados em curso industrial a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre.

§ 3º Os cursos artesanais destinam-se ao ensino de um ofício em período de duração reduzida.

§ 4º Os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício. (Brasil, 1942)

No segundo ciclo, o ensino industrial pretendia oferecer o curso técnico, que apresentava por objetivo o ensino de técnicas específicas, para que o empregado tivesse as habilidades necessárias para atuar em determinada área, dentro do seu ambiente de trabalho, e os cursos

pedagógicos que seriam para a formação do corpo docente administrativo que compõe o ensino industrial.

Ainda no ano de 1942, o Decreto-Lei nº 4.127, definiu como seriam organizados os estabelecimentos de ensino industrial, que passaram a ser reconhecidas como Escolas Industriais e Técnicas, sendo elas, organizadas da seguinte maneira:

Art. 2º O presente decreto-lei dispõe sobre as escolas técnicas e as escolas industriais federais, incluídas na administração do Ministério da Educação. *Parágrafo único.* Disposições legislativas especiais regerão a matéria atinente à instituição e constituição das escolas artesanais mantidas sob a responsabilidade da União, e das escolas de aprendizagem dos estabelecimentos industriais federais. (Brasil, 1942).

A partir desse momento, a rede federal de ensino industrial passou a ser constituídas por escolas técnicas, escolas artesanais, escolas industriais e escolas de aprendizagem. Referente às escolas técnicas, ficou definida a oferta dos cursos de nível técnico de eletrotécnica; construção de máquinas e motores; pontes e estradas; indústria têxtil; edificações; desenho técnico; artes aplicadas e de construção aeronáutica.

Referente aos cursos de nível industrial e seus respectivos cursos de maestria, de acordo com o Decreto-Lei nº 4.127, foram ofertados: curso de fundição; curso de caldeiraria; curso de mecânica de máquinas; curso de serralheria; curso de mecânica de automóveis; curso de máquinas e instalações elétricas; curso de mecânica de precisão; curso de mecânica de aviação; curso de alvenarias e revestimentos; curso de aparelhos elétricos e telecomunicações; curso de pintura; curso de

carpintaria; curso de fiação e tecelagem; curso de cantaria artística¹; curso de chapéus, flores e ornatos; curso de joalheria; curso de alfaiataria; curso de tipografia e encadernação; curso de artes do couro; curso de gravura; curso de corte e costura; curso de cerâmica e curso de marcenaria.

Seguindo para o ano de 1946, no dia 10 de janeiro, o Conselho Nacional do Comércio recebeu autorização do Governo Federal para criarem escolas em todo o país que, posteriormente, em 1967 foi regulamentada pelo Decreto nº 61.843, que aprovou as normas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

O SENAC é uma instituição brasileira de educação de responsabilidade da Confederação Nacional do Comércio, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento de pessoas e instituições para o mercado de trabalho e, para tanto, preocupava-se em desenvolver competências trabalhistas e educacionais além de noções de comércio, Serviços e Turismo.

Art. 2º A ação do SENAC abrange:

- a) em geral, o trabalhador no comércio e atividades assemelhadas e, em especial, o menor aprendiz;
- b) a empresa comercial e todo o conjunto de serviços auxiliares do comércio;
- c) a preparação para o comércio.

Art. 3º Para a consecução dos seus fins, incumbe ao SENAC:

- a) organizar os serviços de aprendizagem comercial e de formação, treinamento e adestramento para o comerciário adulto, adequados às

¹ Conservação e Restauração de pedras. É o ofício ou arte de talhar blocos de rocha bruta de forma a constituir sólidos geométricos. Arte de trabalhar a pedra natural com as suas mãos realizando cantaria artística, escultura, montagem técnica e artística e acabamento de superfície. Disponível: Disponível: <https://www.pedrantiqua.pt>. Acesso em 20/12/2021 às 07h:26min.

necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais, do mercado de trabalho;

b) utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes, tanto públicos, como particulares;

c) estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos, profissionais e particulares e agência de organismos internacionais, especialmente de formação profissional e de pesquisas de mercado de trabalho;

d) promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas de aprendizagem comercial;

e) conceder bolsas de estudo, no país e no estrangeiro, ao seu pessoal técnico para formação e aperfeiçoamento;

f) contratar técnicos, dentro e fora do território nacional, quando necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus serviços;

g) participar de congressos técnicos relacionados com suas finalidades;

h) realizar, direta ou indiretamente no interesse do desenvolvimento econômico-social do país, estudos e pesquisas sobre as circunstâncias vivenciais dos seus usuários, sobre a eficiência da produção individual e coletiva, sobre aspectos ligados à vida do comerciante e sobre as condições socioeconômicas da empresa comercial. (Decreto nº 61.843, 1967).

O SENAC está presente em várias regiões do Brasil e se mantém através da contribuição das empresas comerciais que estão vinculadas à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC. A CNC foi criada em setembro de 1946 e possui 34 (trinta e quatro) federações, que têm a responsabilidade de representar e defender os direitos dos empreendedores responsáveis pelo comércio de bens, serviços e turismo.

Assim, a CNC dedicou-se à criação do SENAC que disponibilizava, além da qualificação profissional, o pleno desenvolvimento educacional, cultural, de lazer, esporte, saúde e alimentação.

Seguindo o desenvolvimento da Educação, em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024, sendo a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, permitindo que as pessoas que concluíram os cursos profissionais pudessem prosseguir os estudos no Ensino Superior.

Essa lei apresentava a estrutura da educação nacional, a qual compreendia os direitos e deveres dos cidadãos, do Estado, da família e os demais grupos que compõem a sociedade, além de estabelecer o respeito, a dignidade e a liberdade do homem, bem como as condições necessárias para o desenvolvimento intelectual e social do ser humano.

A lei também se preocupou em garantir o desenvolvimento de aspectos sociais coletivos e individuais, que se baseiam no desenvolvimento de habilidades e recursos tecnológicos que contribuam para a superação dos desafios presentes no meio social. Para tanto: “[...] reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos” (Kuenzer, 2007, p. 29 *apud* Vieira e Souza Junior, 2016, p. 158).

Já no ano de 1967, com a aprovação do Decreto nº 60.731, de 19 de maio, as Escolas Fazendas deixaram de fazer parte do Ministério da Agricultura e tornaram-se responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura - MEC, passando a serem chamadas de Escolas Agrícolas Federais.

Ao longo desse mesmo tempo vai se constituindo uma rede de escolas agrícolas – Escolas Agrotécnicas Federais, com base no modelo escola-fazenda e vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas

fazendas passam para o então Ministério da Educação e Cultura tornando-se escolas agrícolas. Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em centros federais de educação tecnológica (CEFET) equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários. (Silva, 2009, p. 07).

Essa mudança gerou consequências como: a transferência da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV ao MEC. A partir desse momento, o SEAV passou a ser a Diretoria do Ensino Agrícola, tornando-se responsável pelo ensino comercial e industrial.

No ano seguinte, em 1968, o Ensino Superior sofreu várias mudanças, inspiradas no modelo acadêmico norte-americano, no que se refere aos aspectos estruturais, através de recursos que foram colocados em prática, a partir da aprovação da Lei nº. 5.540, de 28 de novembro, que propunha a instalação de cursos profissionalizantes de curta duração com o objetivo de proporcionar capacitações de nível superior.

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho. (Lei nº. 5.540, 1968). E, no parágrafo primeiro desse mesmo artigo, define-se: Art. 23. § 1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior. (Lei nº. 5.540, 1968).

Porém, a reestruturação do Ensino Superior não era uma proposta recente, ainda no ano de 1961, com a aprovação da Lei nº 4.024, surgiram possibilidades de cursos ou instituições exclusivas para a criação de cursos de temáticas diferenciadas, baseadas na obtenção de ofícios e

capacitação em ciências, letras, artes e quaisquer atividades trabalhistas que contribuíssem para a manutenção da estrutura comercial.

Com a evolução do ensino profissionalizante, a Lei nº 5.692/1971 deu-se sequência ao processo de reformulação do ensino de Primeiro e Segundo grau, quando esse passou a ser exclusivo para a profissionalização. A partir desse momento, todas as instituições de ensino, públicas ou privadas, deveriam, obrigatoriamente, escolher dentre os mais de 100 (cem) cursos existentes, para serem ofertados à população.

A justificativa para a aceitação dessa nova lei foi a necessidade de mão de obra no Brasil, devido ao grande avanço econômico e a industrialização acelerada. Dentre outras justificativas sobre a importância dos cursos técnicos, o Ministro atuante na época do governo de Emilio Médici, afirmou que nesse novo processo, a Educação Primária ganhou um significado mais importante: preparar o indivíduo para adentrar o nível superior, um nível que está ali para prepará-lo exclusivamente para o mercado de trabalho.

Porém, apesar da contribuição para o desenvolvimento e melhoria do sistema educacional, esse processo envolveu também interesses políticos. Segundo Luiz Antônio Cunha, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, o “principal objetivo do governo era a terminalidade do ensino e a redução de vagas destinadas ao ensino superior”. (Agência Senado, 2017).

Ainda segundo Cunha (2017), os governos que sucederam ao golpe Civil Militar de 1964, tinham como objetivo a redução de gastos com o ensino e que os cursos profissionalizantes como “meio de garantir mão

de obra” era uma justificativa criada para encobrir o real objetivo do governo. (Agência Senado, 2017)

Para garantir que a Lei de 1971, referente à obrigatoriedade de que os cursos técnicos fossem aprovados e, dentre os parlamentares presentes na reunião que garantiram a análise do projeto, o deputado Ribeiro declarou: “Tornam-se inadiáveis medidas concretas para acelerar o preparo do povo brasileiro. O país precisa de mão de obra de melhor qualidade e maior quantidade, no menor tempo possível”. Porém, o Deputado Vieira não hesitou em alertar que, para fazer o projeto funcionar, não bastava apenas ter uma ideia e um objetivo, era preciso também ter uma estrutura composta por um corpo docente devidamente qualificado. (Agência Senado, 2017)

A partir de então, as críticas continuaram, até mesmo a imprensa se manifestou alegando a falta de recursos que garantissem o funcionamento do projeto, pois mesmo com as verbas recebidas pelo MEC, elas não seriam suficientes para garantir a organização de infraestrutura e recursos didáticos necessários para que as instituições de ensino ofertassem um curso profissionalizante de qualidade.

Os avisos, porém, foram em vão. O projeto foi aprovado e posto em prática e, mesmo sem os recursos necessários, as Instituições ofereciam uma vasta opção de cursos, e o que era para ser uma “revolução” na Educação tornou-se uma desordem ainda maior. Escolas profissionalizantes atuavam em situações precárias e chegaram ao ponto de adaptarem materiais didáticos nas carteiras escolares.

Todo esse processo gerou duras críticas à reforma educacional, tanto por parte da imprensa, quanto dos próprios alunos, que alegavam

não ter interesse em cursos profissionalizantes, mas sim, o ingresso nas universidades.

Fato é que, assim como afirmou a imprensa, esse processo de reestruturação da Educação iria marcar positivamente ou negativamente a história da Educação, mas, segundo Cunha (2017), tal marca foi negativa e falha.

Foi um enorme fracasso, porque disso não resultou absolutamente nada, a não ser desorganização escolar no ensino médio, cujos resultados negativos estão presentes até hoje. Se de repente todo o ensino de 2º grau é obrigado a se enquadrar em determinada forma compulsoriamente, algumas escolas até conseguem, outras menos, mas a falsificação vira tônica. O que tivemos de ensino falsamente profissional é algo de arrepiar. (Cunha, 2017 *apud* Beltrão, 2017).

Apesar das duras críticas, alguns especialistas preocuparam-se em afirmar que essa mudança no sistema educacional proporcionou benefícios significativos, como a divisão do ensino entre: Primeiro e Segundo grau, sendo o Primeiro grau composto pelo primário e o ginásio e o Segundo grau constituído por três anos, que hoje conhecemos como Ensino Médio.

Em 1982, o Ministério da Educação - MEC organizou um debate para apresentar propostas de reformulação da Lei 5.692/71 que implementou os cursos profissionalizantes na Educação e tornou-os obrigatórios nas instituições de ensino.

A partir da nova Lei nº 7.044, de 1982, a capacitação profissionalizante que dava sequência à capacitação educacional do

Primeiro Grau tornou-se optativa às instituições de ensino, porém, os pareceres da Lei nº 5.692/71 de 1971 permaneceram em vigor.

A Lei de 1982, possibilitou algumas mudanças que almejavam a melhoria da proposta educacional, entre elas, vale destacar:

§ 1º - A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º - À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensinar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino. (Lei nº 7.044/1982).

Portanto, a reformulação da lei não mudou por completo a estrutura do segundo grau, apenas possibilitou a não obrigatoriedade do ensino profissionalizante nas instituições particulares de ensino; dessa maneira, as pessoas pertencentes às classes menos favorecidas e que não possuíam o interesse em ingressar em uma formação profissional, poderiam optar pela continuação do ensino regular, a preparação para o vestibular até chegar às universidades.

No ano de 1996, em 20 de dezembro, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a Lei nº 9.394, sendo partes substituídas pelas Leis nº 11.741, de 2008²; nº 12.796, de 2013³ e nº 13.415 de 2017⁴.

² Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

³ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

⁴ Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho

A Lei nº 9.394/96 definiu o ensino profissional como específico e sem vínculo direto com as demais etapas de escolaridade sendo destinada exclusivamente à preparação para o trabalho, em que o sujeito passaria por um processo de capacitação em instituições especializadas de formação continuada ou em seu ambiente de trabalho.

Contudo, as afirmações propostas nessa lei deixam claro que, independentemente, dos objetivos educacionais, referentes à educação profissional, o Ensino Básico que a antecede deve ser organizado em igual nível de competência, segundo o artigo 5 e Complementado pelo Art. 36-C e D:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013);

Art. 36-C: A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008);

II - Concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

- CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Segundo o capítulo III da Lei nº 9.394 de 1996, a Educação Profissional contribui para o desenvolvimento das aptidões necessárias para a vida profissional, a partir da sua ampla estrutura educacional, as quais, envolvem aspectos de trabalho, ciência e tecnologia, garantindo a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, objetivo esse afirmado no parágrafo único - Capítulo II: “O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”.

Como a educação profissional técnica está vinculada ao ensino médio, mesmo que forma articulada ou subsequente pode-se concluir que está faz parte da educação básica. [...], a LDB 9394/96 especifica [...] que os institutos superiores de educação manterão programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis, mas não especifica nada em relação a programas para a educação profissional técnica. (Gomes e Magalhães, 2016, p. 157).

Após a Lei nº 9.394/96, o Ministério da Educação (2000) em uma publicação sobre a educação básica, pontua que ela “[...] tem como sua

etapa final e de consolidação o ensino médio, que objetiva a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. (MEC, 2000, p. 84).

A educação profissional, na LDB, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. A valorização de uma não representa a negação da importância da outra. A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento. (MEC, 2000, p. 84).

Assim, com a publicação da Lei nº 9.394/96, a educação profissional não ficou vinculada ao ensino médio (antigo 2º grau), e estavam, dessa forma, extintos os cursos técnicos profissionalizantes. Com efeito, as escolas públicas e particulares que ofereciam os cursos técnicos, teriam a responsabilidade de formar os alunos que ingressaram nos cursos, sendo finalizados entre 1999 e 2000. Portanto, o curso Técnico em Contabilidade como os outros cursos profissionalizantes foram encerrados, ficando os profissionais já formados atuando na sociedade.

A atuação desses profissionais estava assegurada pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade, definindo as atribuições do Contador e do Guarda-Livros que, posteriormente, tornaram-se os Técnicos em Contabilidade por meio da Lei nº 3.384, de 28 de abril de 1958. Porém, Gouveia Neto (2015, p. 11) destaca que “a partir de 1945, dois cursos passaram a coexistir: o

Técnico em Contabilidade (de grau médio) e o Superior em Ciências Contábeis (graduação)”.

Nesse sentido, com o encerramento dos cursos Técnicos em Contabilidade, por meio da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), foi promulgada a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 (Brasil, 2010), a qual alterou o Decreto-Lei nº 9.295/46 (Brasil, 1946), passando a exigir o ensino superior para obter o registro da categoria, salvaguardando os direitos profissionais dos técnicos já registrados, permitindo que os formandos obtivessem registro até junho de 2015. Após essa data, os técnicos não teriam mais direito ao registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC. Porém, os que já o possuíam, poderiam atuar exercendo a profissão como descreve o Art. 12, § 2º:

Art. 12. Os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

[...]

§ 2º Os técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazê-lo até 1º de junho de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão. (Decreto-Lei nº 9.295/1946).

Com a mudança da legislação, a partir de 1º de junho de 2015, os técnicos não registrados, não poderiam continuar realizando algumas das atividades que anteriormente eram atribuídas à profissão. Contudo, a alteração da lei não representava a extinção da categoria dos profissionais já registrados, pois, enquanto houvesse profissionais com

essa formação, haveria técnicos no mercado. É o que professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e vice-presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul - CRCRS, Ana Tércia Rodrigues relata:

Não está sendo extinta a categoria dos técnicos em contabilidade. Na verdade, o que se está eliminando são os novos registros. O que acontece é que, a partir de 2015, os técnicos não terão mais algumas prerrogativas profissionais como, por exemplo, assinar balanços ou ser titular de uma organização contábil. Quem já tem o registro, entretanto, vai manter essas possibilidades. (Rodrigues, 2014 *apud* Engster, 2014).

À vista disso, com a lei promulgada em 2010, o profissional com formação técnica teria o prazo de 05 anos para efetuarem o registro junto ao CRC, ou até mesmo se especializarem, e foi o que aconteceu com muitos profissionais, inclusive do município de Rolim de Moura/RO.

UMA HISTÓRIA SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA

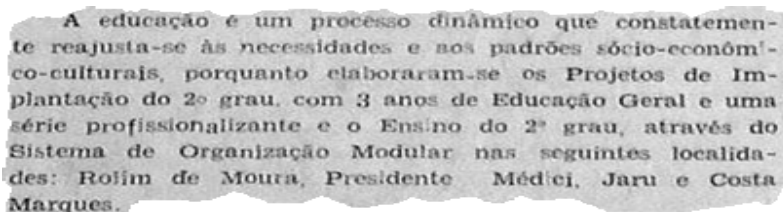
Para construir uma história da educação profissional, especificamente dos cursos técnicos, no município de Rolim de Moura, precisamos apresentar informações sobre a educação profissional em nível de segundo grau implantado no Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia foi criado em 22 de dezembro de 1981, por meio da Lei Complementar nº 41 que destaca a criação do Estado e deu outras providências, como descreve o artigo 1º da referida Lei. “[...] Fica criado o Estado de Rondônia, mediante a elevação do Território Federal

do mesmo nome a essa condição, mantidos os seus atuais limites e confrontações”. (Lei Complementar nº 41, 1981, p.01).

No entanto, antes da emancipação, o “Estado de Rondônia” já apresentava preocupação com o desenvolvimento da Educação, onde em junho de 1981, fora implantado o 2º grau em forma modular (Figura 20), como destaca a matéria do jornal Alto Madeira (09/06/1981, p. 03);

Figura 20: Implantação do 2º Grau em forma modular 1981.

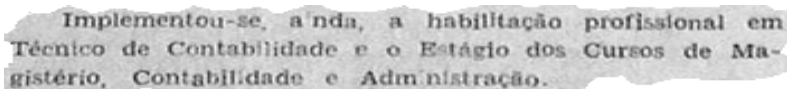


A educação é um processo dinâmico que constantemente reajusta-se às necessidades e aos padrões sócio-econômico-culturais, porquanto elaboraram-se os Projetos de Implantação do 2º grau, com 3 anos de Educação Geral e uma série profissionalizante e o Ensino do 2º grau, através do Sistema de Organização Modular nas seguintes localidades: Rolim de Moura, Presidente Médici, Jaru e Costa Marques.

Fonte: Jornal Alto Madeira (09/06/1981)

Dessa forma, para a implantação dos cursos profissionalizantes, o Governo tinha à disposição cursos que estavam relacionados, no Parecer nº 45/72 e Parecer nº 76/75, descritos após a reforma do ensino de 1º e 2º graus, instituídos pela Lei nº 5.692 de 1971, cujo objetivo era o ensino profissionalizante e propunha que as escolas “[...] teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, **contabilidade** ou agropecuária”. (Beltrão, 2017, **grifo nosso**).

Com efeito, entre os cursos disponíveis, o Estado fez a opção pela implantação dos cursos de Administração, Contabilidade e Magistério (Figura 21), como destaca a matéria publicada no jornal Alto Madeira, de 09 de junho de 1981:

Figura 21: Implantação dos Cursos com habilitação Profissional em Rondônia – 1981


Implementou-se, ainda, a habilitação profissional em Técnico de Contabilidade e o Estágio dos Cursos de Magistério, Contabilidade e Administração.

Fonte: Jornal Alto Madeira (09/06/1981)

Assim, com a criação do Estado e toda uma estruturação social, econômica e educacional, tinha-se muito trabalho pela frente. Na parte educacional, iniciou-se a preparação da “Proposta Curricular”, já levando em consideração a Lei Federal nº 7.044/1982, que alterou a os dispositivos da Lei nº 5.692/1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.

Com isso, o Estado, além do desafio da estruturação social e econômica tinha a implantação dos dispositivos constantes na lei dos cursos profissionalizantes, no caso, a Lei Federal nº 7.044/1982 (Figura 22). Em relação a isso, o jornal Alto Madeira (1983, p. 02) apresentou informações sobre os novos desafios do Estado, quanto à preparação para o desenvolvimento educacional, como destaca:

Figura 22: Rondônia – Desafios e preparação para desenvolvimento Educacional - Lei Federal nº 7.044/1982


DESAFIO
A partir de 1984, as escolas estaduais passarão a enfrentar um novo desafio: a implantação, na prática, das diretrizes e normas pela lei federal 7.044/82. Esta lei pretende uma profunda reformulação na estrutura do curso de 2º Grau, e alterou as regras estabelecidas pela Lei 5.692/71 especialmente em relação a dois aspectos: foi retirada a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, e concedida às escolas a autonomia para definir e estabelecer a sua própria proposta educacional.

Fonte: Jornal Alto Madeira (09/06/1983)

Como a Lei Federal nº 7.044/1982 apresentava os cursos profissionalizantes que poderiam ser implantados, destacando novas estruturas e regras para inserir na sociedade, o Estado manteve os cursos que já estavam em andamento, reestruturando-os, somente, de acordo as solicitações na Lei aprovada.

Quanto ao encerramento dos cursos técnicos no Estado de Rondônia, a Instrução Normativa nº 02/98 GAB/SEDUC-RO, destacou em seu artigo 3º que, a partir de 1998, não haveria matrículas para os 1º anos dos cursos técnicos.

Art. 3º A partir do ano letivo de 1998, não haverá matrículas de alunos nas 1ª séries dos Cursos Médios das seguintes habilitações profissionais: Técnico em Contabilidade, Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária, Técnico Florestal e Técnico em Informática. (Instrução Normativa nº 02/98 GAB/DESEDUC-RO).

A Instrução Normativa apresentou informações sobre os alunos que, no ano de 1997, entraram nos cursos técnicos e não conseguiram aprovação, deveriam ser transferidos para o colegial, como destaca o § 1º: “O aluno retido na 1ª série dos cursos de habilitação profissional a que se refere este artigo, será matriculado na 1ª série do ensino médio de educação geral (colegial)” (Instrução Normativa nº 02/98 GAB/DESEDUC-RO).

Nesse sentido, a Instrução Normativa nº 02/98, da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, foi implantada com a finalidade de atender os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e, posteriormente, o Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.

A Lei nº 9.394/96 discorria em seu Capítulo III, sobre a Educação Profissional, destacando, entre os artigos 39 a 42, a independência do ensino entre os cursos técnicos e o Ensino Médio.

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (LDB Nº 9.394/96).

Já o Decreto nº 2.208/97 complementou a LDB de 1996, e causou a descontinuidade dos cursos técnicos a nível médio, originando a adaptação das escolas para a nova forma de ensino, bloqueando as novas matrículas nas séries iniciais dos cursos técnicos.

Art. 2º A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

[...]

Art. 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular. (Decreto nº 2.208/97).

Na mesma linha, com a finalização em 1997 do ingresso de novos alunos nos cursos profissionalizantes, o Estado ficou com a responsabilidade de concluir os cursos em andamento. Assim, as turmas que ingressaram em 1997 tiveram seu encerramento em 1999, estabelecendo o fim dos cursos profissionalizantes nas escolas mantidas pelo Estado.

Mas, como se deu a implantação, o desenvolvimento e o encerramento dos cursos técnicos em Rolim de Moura/RO?

Após abordar sobre a implantação, desenvolvimento e encerramentos dos Cursos Técnicos no Estado de Rondônia, seguimos para a apresentação de “Uma História sobre o Processo de Implantação dos Cursos Profissionalizantes no Município de Rolim de Moura”.

UMA HISTÓRIA SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Com o desenvolvimento e o crescimento populacional do município de Rolim de Moura/RO, tornou-se necessária a construção de escolas para comportar a quantidade de crianças e jovens em idade escolar e até mesmo de pessoas adultas que aqui chegaram sem estudos.

Antes da emancipação, Rolim de Moura/RO contava com a Escola Aluísio Pinheiro Ferreira, para atender os alunos do 2º grau⁵. Posteriormente, foram construídas outras escolas estaduais como descreve a Revista Idéias & Fatos em 1999, destacando que “em 1981, foi construída a Escola Aluísio Pereira da Silva. Depois foram as escolas [E.E.E.F.M.] Cândido Portinari, [E.E.E.F.M.] Tancredo Neves, Nilson Silva”. (Idéias & Fatos, 1999, p. 16).

O Município de Rolim de Moura foi emancipado em 1983, durante a vigência da Lei nº 7.044/82 que alterou os dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. A Lei nº 5.692/1971 tinha como obrigatoriedade a implantação de cursos técnicos profissionalizantes no nível médio, o que estava ocorrendo em todo o Brasil.

Mesmo com a alteração, a Lei Federal nº 7.044/1982, em seu art. 4, §2º, destacava que “[...] A preparação para o trabalho, no ensino de 2º Grau, poderá ensinar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino”.

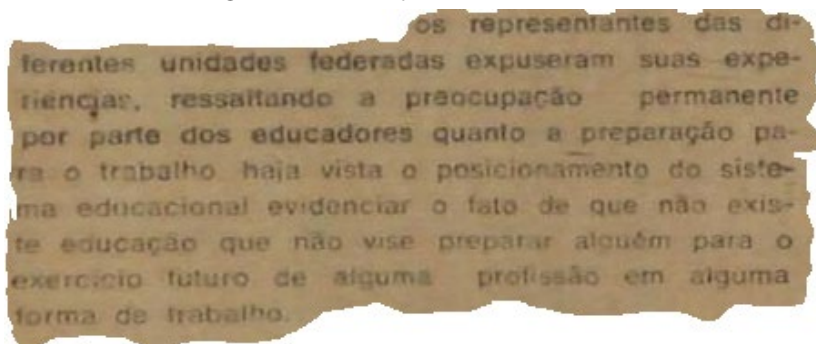
Nesse sentido, mesmo após a Lei nº 7.044/82, que tirava a obrigatoriedade da implantação de cursos técnicos profissionalizantes no nível médio, “um grande número de escolas de 2º Grau manteve a intenção de profissionalizar, oferecendo cursos reivindicados pelos alunos, e que, nos limites de suas possibilidades, vêm tendo sua organização e funcionamento aperfeiçoados” (Mafra, Cavalcante, 1992, p. 122).

⁵ Até 1996 o atual Ensino Médio era chamado de “2º grau”, a mudança aconteceu após a aprovação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), depois de quase dez anos em tramitação no Congresso Nacional. Com a nova LDB, a educação formal ficou assim dividida: Ensino Básico (antiga pré-escola), Fundamental (1ª a 8ª séries), Médio (antigo segundo grau), Profissionalizante e Superior.

Tanto assim, que no mês de junho de 1984, mais exatamente nos dias 27 a 29, aconteceu o “Encontro Nacional sobre a Preparação para o Trabalho” (Figura 23). O encontro foi realizado em Brasília, contando com a presença de todos os Estados, sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura – MEC, a orientação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP e a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional – CENAFOR⁶.

No encontro, entre os temas abordados, estavam os efeitos e as ações a partir da vigência da Lei nº 7.044/82.

Figura 23: Efeitos e Ações – Lei nº 7.044/1982.



Fonte: O Periódico Educação (1984, p. 03).

⁶ CENAFOR – Era o órgão do Ministério da Educação e Cultura voltado para a preparação e o aperfeiçoamento de docentes, técnicos e especialistas em formação profissional e para a prestação de assistência técnica com vista à melhoria e à expansão dos órgãos de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

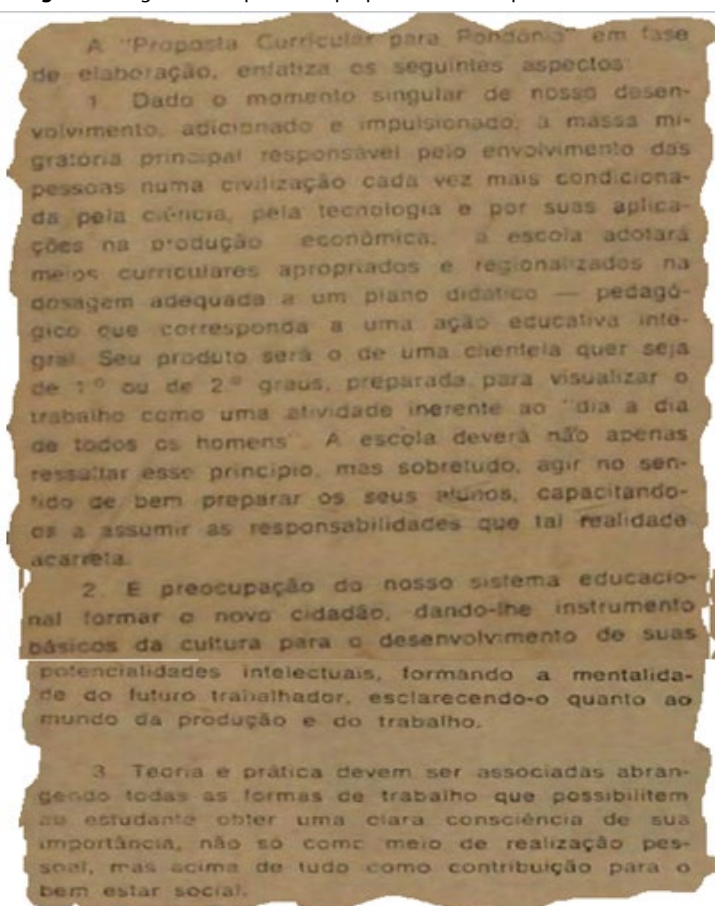
O CENAFOR visava elaborar, validar e difundir métodos e recursos pedagógicos para atender as necessidades da formação profissional; realizar levantamento, estudos e pesquisas necessários à orientação e ao aperfeiçoamento das atividades de formação na área; organizar e divulgar documentos técnicos e pedagógicos relacionados com essa formação; promover cooperação, intercâmbio e colaboração com entidades nacionais e estrangeiras e organismos internacionais que tenha objetivos congêneres. (Em Aberto, 1985)

O CENAFOR foi extinto pelo Decreto 93.613/1986.

Durante esse processo, Rondônia pretendia efetuar a implantação de um projeto educacional, iniciando, a partir do Ensino de 1º grau com a introdução no currículo de disciplinas e práticas de formação especial. E, ainda, “instrumentalizando os alunos com conhecimentos indispensáveis a sua futura definição profissional” (Figura 24). (O Periódico Educação, 1984, p. 03), visto que “[...] o ensino técnico e a educação brasileira após 1964, organizando-se no sentido de atender às necessidades criadas pela transformação na base econômica. O ensino técnico teve sua importância aumentada pela contribuição dada ao aperfeiçoamento profissional da força de trabalho” (Machado, 1982 *apud* Em Aberto, 1984, p. 46).

A preocupação com a preparação para o mercado de trabalho, no período em que aconteceu o Encontro Nacional, a “Proposta Curricular para Rondônia” que estava em fase de elaboração, realçava aspectos como:

Figura 24: Alguns dos aspectos da proposta Curricular para Rondônia – 1984.



Fonte: O Periódico Educação (1984, p. 03).

Os aspectos enfatizados na proposta curricular para Rondônia seguiam a mesma sugestão dos cursos implantados em todo o Brasil, os cursos profissionalizantes, que tinham como proposta preparar o indivíduo para o mundo do trabalho. "O objetivo fundamental da educação do trabalhador no processo capitalista é, [...] a formação de um trabalhador que "combine um conjunto de habilidades técnicas

necessárias – e não mais que isto – a um conjunto de condutas convenientes”” (Kuenzer, 1985 *apud* Em Aberto, 1985, p. 43), ainda:

No caso específico da formação profissional, esta deve ser compreendida como algo mais do que o treinamento de trabalhadores para que ganhem sua vida. É a formação de cidadão que participam da construção da sociedade por meio do trabalho, entendido como categoria ampla que inclui a produção de bens materiais e não-materiais. (Em Aberto, 1985, p. 39).

A proposta Curricular Educacional, objetivando a preparação para o trabalho deveria ter aspectos envolvidos no ensino, como laboratórios, bibliotecas atualizadas, professores preparados para atuar nas formações de profissionais no nível técnico sendo “definido pelos requisitos necessários à sua formação” (Machado, 1982 *apud* Em Aberto, 1984, p. 46) que segundo Velloso (1984, p. 19) a formação profissional para o mercado de trabalho era “altamente sugestiva do papel da escola no desenvolvimento de transações compatíveis com as características da organização burocrática da produção capitalista” e o ambiente escolar em um todo tinha esta função.

Os alunos têm horários rígidos de entrada e saída, são submetidos a um extenso conjunto de outras normas que regem a vida escolar, sentam-se em uma sala de aula onde o professor tem, entre outras, a responsabilidade de supervisionar e moldar os comportamentos não-cognitivos dos educandos. À divisão hierárquica do trabalho fora da escola corresponde igualmente uma hierarquia no sistema escolar: diretor, secretário, professor, aluno. (Velloso, 1984, p. 19).

Nesse sentido, em todo esse processo de emancipação e implantação da proposta curricular, Rondônia um Estado com pouca

estrutura e falta de profissionais para atuarem em diversas áreas, apresentava a proposta curricular com o objetivo de forma, preparar a população, e desenvolver profissionais qualificados para suprir as necessidades aqui existentes. A preocupação com o desenvolvimento econômico, social, educacional e precisando de mão de obra capacitada, o Estado continuou a implantação dos cursos técnicos, inserindo-os em municípios recém-criados como Rolim de Moura/RO.

Mesmo com tantos cursos disponibilizados para serem ministrados para profissionalizar, Rolim de Moura/RO dispôs-se a oferecer basicamente 03 (três) modalidades de Ensino Técnico: Contabilidade, Assistente de Administração e Magistério, todos com a finalidade de preparar os alunos para o trabalho: “O ensino profissionalizante e técnico no município é oferecido pela rede pública por meio dos Cursos de Magistério, Técnico em Contabilidade e Técnico em Administração em três escolas na Zona Urbana”. (Vilhena, Siqueira, 2001, p. 219).

Somente em 1990, foi efetuada a solicitação para implantação do colegial - curso preparatório para o vestibular, na Escola Cândido Portinari, sendo autorizado pela Portaria 0145/GAB/SEDUC.

O Curso Técnico em Contabilidade foi implantado na E.E.E.F.M. Tancredo de Almeida Neves em 1986 e, em 1994, com a centralização dos cursos técnicos foi transferido para E.E.E.F.M. Cândido Portinari.

Resumidamente, o Quadro 02 apresenta os cursos implantados nas Escolas Tancredo de Almeida Neves e Cândido Portinari, no município de Rolim de Moura/RO. Dessa forma, cabe questionar como se deu a implantação e o funcionamento desses cursos técnicos de contabilidade

nessas duas escolas de Rolim de Moura/RO. É o que será abordado nos próximos pontos.

Quadro 02: Escola Tancredo de Almeida Neves x Escola Cândido Portinari

	Escola Tancredo de Almeida Neves	Escola Cândido Portinari
Ano de Criação	1985 - Decreto nº 2.746	1984 - Decreto nº 2.558
Endereço	Av. São Paulo, 4679	Av. Fortaleza, 5550
Bairro	Beira Rio	Centro
Estrutura	Uma estrutura construída em alvenaria e madeira, com 20 salas de aula, cozinha, bebedouro, secretaria, direção, biblioteca, almoxarifado, laboratórios, banheiro. Coberta com eternit, piso feito de cimento com xadrez cor verde e cerâmica, caixa de água, quadra esportiva e motor.	Uma estrutura construída em alvenaria e madeira, com 20 salas de aula, cozinha, bebedouro, secretaria, direção, biblioteca, almoxarifado, laboratórios, banheiro. Coberta com eternit, piso feito de cimento com xadrez cor verde e cerâmica, caixa de água, quadra esportiva e motor.
Implantação dos Cursos Técnicos	Lei nº 5.692 de 1971, Parecer nº 45/72, Parecer nº 76/75 e a Lei Federal nº 7.044/1982.	
Curso Técnico	Técnico em Contabilidade até 1993.	Técnico em Magistério e Colegial até 1993
1994		Todos os cursos técnicos foram centralizados na escola Cândido Portinari.
Finalização dos Cursos Técnicos		Lei nº 9394/1996 e Instrução Normativa nº 02/1998 GAB/SEDUC-RO. Em 1999 e 2000, finalizaram as turmas remanescentes.

Fonte: os autores (2022).

ESCOLA ESTADUAL ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO – TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

A Escola de 1º e 2º Graus Tancredo de Almeida Neves, pertence à rede pública de ensino do Estado, e foi criada em 07 de outubro de 1985, pelo Decreto nº 2.746/85. Recebeu o nome em homenagem ao Presidente do Brasil “TANCREDO DE ALMEIDA NEVES”.

A Escola Tancredo de Almeida Neves (Figura 25) iniciou o ano letivo em 1986, com a disponibilização de cursos de “1º e 2º grau” “com o Ensino Fundamental e Médio (Técnico em Contabilidade)”. (Parecer nº 038/CEE/RO/92).

Encontra-se instalada em prédio próprio, construído especificamente para o funcionamento da escola, de acordo com a tipologia de estabelecimento de ensino de 1º e 2º Graus, com vinte (20) salas de aula e demais instalações e equipamentos necessários exigidos para o seu funcionamento, inclusive escritório modelo. (Parecer nº 090/CEE/RO/88).

Figura 25: E.E.E.M.F. Tancredo de Almeida Neves - 1987

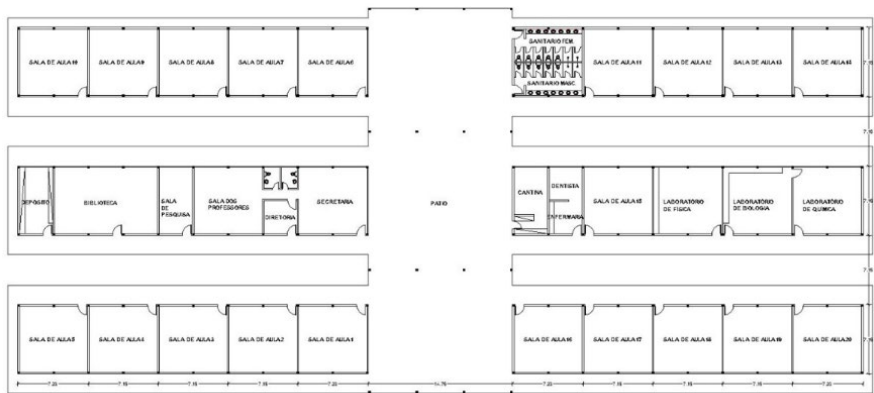


Fonte: Arquivo da escola (2020)

A arquitetura dessa escola seguiu o mesmo padrão da planta baixa e fachada (Figura 26 e 27) das construções que as escolas estaduais construídas na época⁷. Assim, grande parte das escolas tinha a mesma estrutura.

⁷ Como exemplo de arquitetura de outras escolas, apresentamos a escola Cora Coralina em Ariquemes criada pelo Decreto nº 2.903/09/04/86.

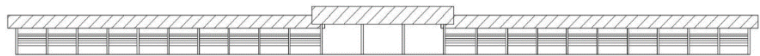
Figura 26: Planta Baixa da Escola Tancredo de Almeida Neves⁸



1 PLANTA BAIXA
sem esc.

Fonte: Escola Tancredo de Almeida Neves (2020) – Estruturado por Luiz Felipe Lessing de Morais, Engenheiro Civil CREA: 17666 D-RO

Figura 27: Fachada da Escola Tancredo de Almeida Neves

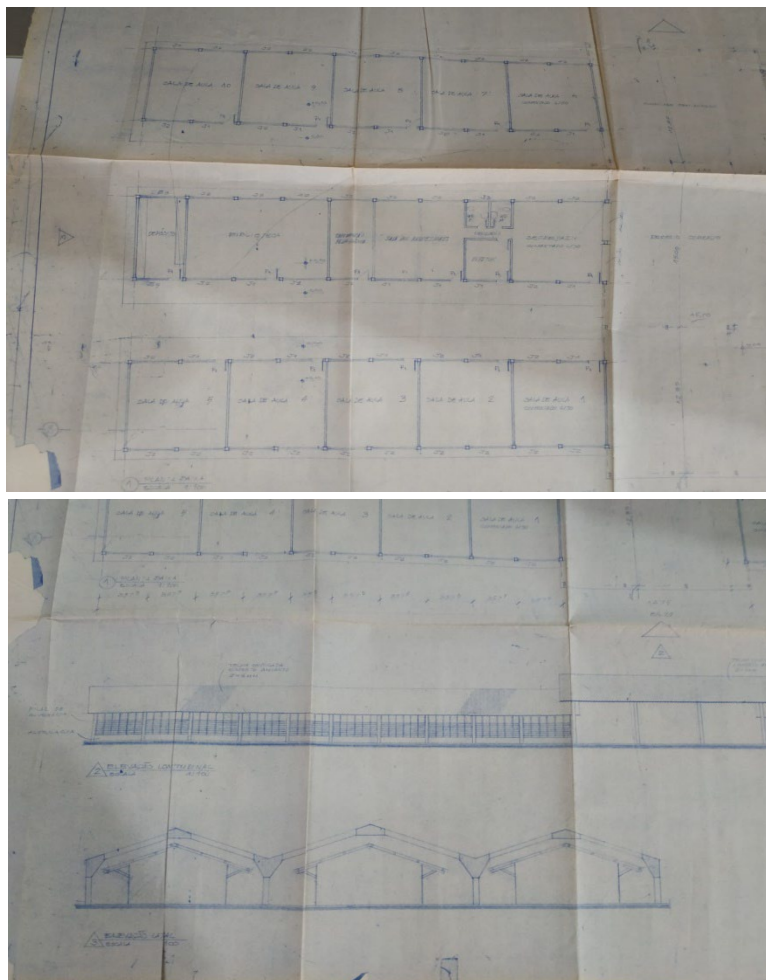


2 FACHADA
sem esc.



3 VISTA LATERAL
sem esc.

⁸ As medidas das salas conforme planta baixa (20 salas de aula com 47,92 m² cada; 03 laboratórios com 47,92 m² cada; 01 biblioteca com 73,35 m²; 01 sala de pesquisa com 23,51 m²; 01 sala dos professores com 47,92 m²; 01 secretaria com 47,92 m²; 01 enfermaria/dentista com 23,51 m²; 01 cantina com 23,51 m²; 01 depósito com 23,51 m²; 01 Sala da direção com 11,73m²; 02 banheiros com 23,51 m²; 01 pátio com 586 m²).



Fonte: Arquivo da Escola (2020)

Dessa forma, como destaca o Projeto Político Pedagógico (PPP) (2019), nascia em 1984, “uma escola com uma boa estrutura, com 1.572 m² de área construída e com uma equipe movida pelo sonho de transformar a cidade num lugar mais humano e civilizado”.

No ano de 1993, a escola aumentou a construção, passando para uma área coberta no total de 2.979,75 m² (área dos blocos 1.572,42 m²; pátio coberto 620,00 m²; outros pontos cobertos 787,33 m²).

A Escola Tancredo de Almeida Neves, foi construída parcialmente em alvenaria e madeira, (Figura 28 e 29) coberta com Eternit, piso feito de cimento, com xadrez na cor verde e cerâmica, caixa de água, quadra de cimento descoberta.

Figura 28: Fotos da Escola Tancredo de Almeida Neves - 1987.



Fonte: Arquivo da escola (2020)

Figura 29: Pátio da Escola Tancredo de Almeida Neves - 1987.



Fonte: Arquivo da escola (2020)

Como era o interior destas escolas? O bebedouro localizava-se na lateral da cozinha da escola, que estava situada no pavilhão central do lado direito⁹. A cozinha continha fogão industrial, panelas e talheres grandes para serem utilizados no preparo da merenda escolar, para os alunos. Geralmente, as escolas tinham pratos e colheres de plástico azul (Figura 30).

⁹ Referência utilizada entrada pelo portão - planta baixa da E.E.E.M.F Tancredo de Almeida Neves (Figura 28, p. 76).

No mesmo pavilhão ficavam os laboratórios e o almoxarifado e, em frente da cozinha estava localizada a Secretaria e outros departamentos da administração da escola (direção, supervisão, salas dos professores e biblioteca). De uma forma geral, entre os pavilhões havia espaços para escorrer as águas das chuvas que, posteriormente, foi cercado com arame e com plantas (minhas memórias). Para trazer essas memórias, nos apoiamos em Le Goff (1990), que pontua:

As Memórias tornaram-se pouco a pouco elementos paralelos à história, mais do que história propriamente dita, pois que a complacência dos autores perante si mesmos, a procura de efeitos literários, o gosto pela pura narração desviam-nos da história e transformam-se num material. (Le Goff, 1990, p. 112).

Ainda sobre a estrutura da escola, o bebedouro era revestido de cerâmica branca com 08 (oito torneiras) e com água gelada, conforme a Figura 29. Posteriormente, foi desenvolvida uma horta (Figura 31) atrás da escola, para auxiliar na preparação da merenda, sendo os próprios alunos, juntamente com o professor, plantavam e cuidavam das mudinhas.

Figura 30: Cozinha e Bebedouro – Escola Tancredo de Almeida Neves - 1993.





Fonte: Arquivo da escola (2020)

Figura 31: Horta Escola Tancredo de Almeida Neves - 1993.



Fonte: Arquivo da escola (2020)

Os banheiros ficavam localizados no último pavilhão no lado direito, e a cantina, estava localizada no final do pátio, entre os dois últimos pavilhões, vistas pelo portão, conforme fotos tiradas no ano de 1993, arquivos apresentados pela escola.

Sobre o uso das fotografias em estudos históricos, Dalcin (2018) sugere que:

Ao ler uma fotografia de uma escola ou grupo escolar, sala de aula, formatura, situações de ensino, experiências de aprendizado, ou outra situação da cultura escolar, é inevitável, produzimos uma narrativa, buscamos identificar lugares, pessoas, tempos, fatos e circunstâncias. (Dalcin, 2018, p. 24).

Assim, prosseguindo com a narrativa, sobre a estrutura dessas escolas. As salas de aulas (Figura 32) foram construídas, tendo a base de alvenaria, parte em madeira (pequenas tabuinhas devidamente colocadas) e com pequenos espaços para obter a ventilação. Na parte superior, ficavam as grades para melhor circulação do ar (é possível observar na segunda fotografia da Figura 32); cada sala possuía um quadro verde para uso de giz branco, carteiras e cadeiras de madeiras, ventiladores e armários.

Figura 32: Salas de Aula Escola Tancredo de Almeida Neves – 1993



Fonte: Arquivo da escola (2020)

As salas da Educação Infantil (Figura 33) eram cobertas com vários cartazes preparados pelos professores e fixados nas paredes, como o alfabeto, calendário, números e outras imagens para alegrar as salas. Na sala da Pré-Escola, as mesas eram pequenas e redondas com cadeiras baixinhas e todas em madeira. A sala era organizada em grupos de alunos, onde cada mesa era composta por quatro cadeiras.

Os armários eram de madeira, com duas portas, servindo para armazenar os materiais escolares (latinhas encapadas, e enfeitadas para colocar os lápis de cor e giz de cera, cadernos para desenho, folha de crepom, tintas, e todos comprados pelos pais dos alunos). O uniforme da Pré-Escola nos primeiros anos (1986 e 1987) era uma jardineira xadrez vermelha e as outras turmas da escola usavam o uniforme, composto por camiseta branca e calça/saia azul.

Figura 33: Salas de Aula escola Tancredo de Almeida Neves - 1993.



10



Parte do uniforme utilizado pela autora, ao entrar na pré-escola em 1987, na Escola Tancredo de Almeida Neves. Com a bolsa, usava uma jardineira com uma blusinha branca, e uma pequena toalha de rosto, também bordada com meu nome, bordado este feito por minha mãe.

Fonte: primeira autora (2022)



Fonte: Arquivo da escola (2020)

Para as turmas do Segundo Grau, os cursos Técnicos em Contabilidade, as salas utilizadas eram as mesmas que os outros alunos usavam nos períodos matutino e vespertino. A diferença era o escritório modelo solicitado em 1993 que, posteriormente, passou para a Escola Cândido Portinari.

Para as aulas de Educação Física, a escola tinha uma quadra de cimento (Figura 34), descoberta, com refletores, marcações dos espaços para cada tipo de esporte, cesta de basquete, e local para levantar a rede de *volleyball*.

Figura 34: Quadra de Esportes - Escola Tancredo de Almeida Neves – 1993



Fonte: Arquivo da escola (2020)

No ano de 1993, a escola contava com 1.710 (mil setecentos e dez) alunos, sendo 37 (trinta e sete) turmas de séries iniciais (1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental de oito anos) e 18 (dezoito) turmas do Ginásio (5ª a 8ª série do Ensino Fundamental de oito anos) e uma (01) turma de Técnico em Contabilidade (Projeto Político Pedagógico – PPP, 2019).

Com o desenvolvimento e a formação de alunos, em 1993, a escola contabilizava 405 (quatrocentos e cinco) alunos matriculados no curso

de Técnico em Contabilidade distribuído entre o 1º, 2º e 3º do segundo grau (contabilidade), totalizando 08 (oito) turmas, 03 (três) no primeiro ano, 03 (três) no segundo ano e 02 (duas) no terceiro ano.

Para atender à demanda dos alunos e turmas destacadas no ano de 1993, a escola contava com um quadro de professores para cada curso ou série oferecida aos alunos. Os professores, – José Carlos de Oliveira, Antônio Mendes de Oliveira e Marta Amarilho Pereira – ministravam as disciplinas específicas de contabilidade; já para outras disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa tinha-se os professores Margarida Maria Andrade e Edivaldo Pereira Andrade. Posteriormente alguns deles passaram a ministrar aulas na Escola Cândido Portinari, após a centralização em 1994.

A Resolução nº 0053/CEE/RO/94, homologada em 16/09/1994, em seu art. 1º “Autorizou a transferência e o funcionamento do curso Técnico em Contabilidade e do Curso Técnico em Administração, das escolas Estaduais Tancredo de Almeida Neves e Aluizio Pinheiro Ferreira, respectivamente, para a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Cândido Portinari”, da rede de Ensino Municipal de Rolim de Moura/RO, aprovando também as suas grades curriculares.

Mesmo com a transferência dos cursos de Segundo Grau – Técnico em Contabilidade – para a Escola Cândido Portinari, a Escola Tancredo de Almeida Neves continuou na tentativa de reconhecimento perante o Conselho Estadual de Educação – CEE, tanto que em 1995 foi produzido o processo nº 251/95 – CEE/RO, destacando informações necessárias para a liberação do reconhecimento, e entre os anos de 1995 e 1999 aconteceu a vistoria de uma Comissão enviada pelo CEE.

Em 1999, o Conselho Estadual de Educação emitiu o Parecer nº 117/99, negando o reconhecimento e prorrogando a autorização, destacando as mudanças ocorridas como: a escola toda em alvenaria, de 20 salas de aula quando construídas para 21 salas, não contava mais com as salas de laboratórios, conforme documentos de criação da escola em 1985.

A escola funciona em prédio construído em alvenaria para fins escolares, medindo 2.979,75 m², o relatório da Comissão Verificadora informa que há 21 salas de aula, com metragem mínima de 1,30m² por aluno; sala de direção. Secretaria, professores, supervisão escolar, biblioteca, sala de leitura, depósito, almoxarifado, cozinha, despensa, área coberta para recreação medindo 620m², e quadra de esporte. (Parecer nº 117/99 – CEE/RO).

Até a presente data, a escola ainda não conseguiu o seu reconhecimento.

ESCOLA ESTADUAL ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - CÂNDIDO PORTINARI

A Escola de 1º e 2º Graus Cândido Portinari, foi criada pelo Decreto nº 2.558, de 12 de dezembro de 1984 e autorizada para funcionamento pelo Parecer nº 048/CEE/RO, de 27 de maio de 1987, sendo que a autorização foi prorrogada até dia 31 de dezembro de 1990, por meio do Parecer nº 072/CEE/RO/89.

Pode-se observar que o Jornal Alto Madeira (19/02/1983, p. 04) destacou, naquela época, que a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, visava

visando
atender a todas as crianças e jovens do 1.º e
2.º graus que chegam a Rondônia.

O Estado estabeleceu a construção de algumas escolas que foram distribuídas entre os municípios do Estado, evidenciando que, em 1983, as escolas estavam [...]

estão em fase de
acabamento em Ariquemes (1); Guajará Mi-
riri (1); Vilhena (1); Pimenta Bueno (1);
Rolim de Moura (1) e Ji-Paraná, dois, todos
com 20 salas de aula.

Fonte: Alto Madeira (19/02/1983, p. 04).

O nome da escola foi escolhido no intuito de homenagear o artista plástico brasileiro Cândido Torquato Portinari que deixou marcada em suas obras a força do povo brasileiro.

Inicialmente, a escola estava instalada em prédio de construção mista em madeira/alvenaria, construído especificamente para fins escolares (Figura 35), contando com 20 (vinte) salas de aula (Figura 36), 01 (uma) sala para secretaria, 01 (uma) para professores, 01 (uma) sala para orientação, 01 (uma) sala para biblioteca (Figura 36), 03 (três) laboratórios (Figura 37) sendo eles: 01 (uma) para química, 01 (uma) para física e 01 (uma) para biologia. Contava também com 01 (uma) cantina, 01 (uma) almoxarifado, 05 (cinco) banheiros masculinos, 05 (cinco) banheiros femininos, pátio coberto (Figura 37), 01 quadra polivalente, consultório dentário, campo gramado para futebol e horta, isto é, seguia o mesmo padrão que a maioria das escolas estaduais eram construídas na época, como demonstrado anteriormente através da Escola Tancredo de Almeida Neves.

Figura 35: Frente da Escola Cândido – 1990



Fonte: Arquivo da Escola (2021)

Figura 36: Sala de Aula e Biblioteca - Escola Cândido Portinari – 1990



Fonte: Arquivo da Escola (2021)

Figura 37: Laboratório e Pátio Coberto - Escola Cândido Portinari – 1990



Fonte: Arquivo da Escola (2021)

O prédio da Escola Cândido Portinari, em 1990, encontrava-se em condições regulares de uso, com boa rede hidráulica e elétrica, inclusive poço, bombas e um grupo gerador a diesel próprio. As salas de aulas eram amplas, ventiladas, equipadas com número suficiente de carteiras, cadeiras, quadro e giz e ventiladores.

Na escola tinham diversos materiais disponíveis, como: os didáticos, os materiais de expediente, os materiais esportivos e de consumo. Tinha também, mimeógrafo a tinta e a álcool, vídeo cassete, televisão, projetor de slides, amplificador de som, microfone, telefone, bebedouros, geladeira, freezer e sofás.

A biblioteca era espaçosa, devidamente equipada com arquivos, armários, lugares reservados para os alunos pesquisarem. Tinha um acervo composto pelas obras: Barsa, Conhecer, Merador, Paumape, revistas, livros diversos para pesquisas (estudos sociais, ciências, técnicas agrícolas, português, inglês) vários dicionários e livros de literatura Infanto-Juvenil. No período de 1989, a escola também estava incluída no Projeto Ciranda da Ciência¹¹; enfim, a Escola Cândido Portinari seguia a estrutura de todas as outras escolas construídas no mesmo período.

A Escola Cândido Portinari entrou em funcionamento com o 1º e 2º Grau, no ano de 1985. No 2º grau, com o curso de Habilitação para o Magistério e diante da constante solicitação da comunidade e da necessidade de criar opções para a clientela estudantil, foi implantado no ano de 1990, o curso Colegial pela Portaria nº 0145/GAB/SEDUC, em

11



Lançado em 1986, pela Fundação Roberto Marinho, o projeto Ciranda da Ciência ajudava a despertar o interesse dos alunos do ensino fundamental para “o mundo visto pelas lentes dos microscópios”. Em convênio com a Hoechst do Brasil, a iniciativa promoveu experiências em Biologia, Física e Química em escolas públicas e privadas. Distribuiu kits de laboratório para as escolas e capacitou professores durante os seus nove anos de duração, beneficiando neste período mais de três milhões de crianças.

Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/empresas/consolidacao-fundacao-roberto-marinho/>.

29 de janeiro de 1990. Por meio do Parecer nº 179/CEE/RO/90, de 12 de dezembro de 1990, foi autorizada a implantação do Curso Colegial na Escola Cândido Portinari.

No ano de 1990, a escola Cândido Portinari, contava com 1874 (mil oitocentos e setenta e quatro) alunos no 1º grau, 88 (oitenta e oito) alunos no Magistério, distribuído no 1º, 2º e 3º ano, 82 (oitenta e dois) nos 1º anos do Colegial, resultando o total de 2.044 (dois mil e quarenta e quatro) alunos, além de 60 (sessenta) professores devidamente habilitados.

Diante dessa consciência de mudança e, da constante preocupação com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a Escola tinha como objetivo:

Conduzir a educação com o propósito de formar cidadãos conscientes, pluralizados, capazes, eficientes e realmente preparados para a vida, qualificando-os e preparando-os para os cursos de graduação, oportunizando a entrosagem e intercomplementariedade com a capacidade de expansão e promulgação de uma consciência crítica social a partir do contexto individual e coletivo. (História da Escola, 1990).

A Escola Cândido Portinari, apresentou como missão “Assegurar ao estudante uma educação de qualidade que atenda seu Projeto de Vida, promova o desenvolvimento cognitivo, amplie os valores necessários para o convívio em sociedade e o prepare para o sucesso no mundo do trabalho”. (Projeto Pedagógico Escolar – PPE, 2020, p. 12) e como valores, a escola defendia “[...] valores Protagonismo, Respeito, Comprometimento, Responsabilidade, Inovação, Solidariedade, Convivência harmoniosa, Cooperação, Reciprocidade, Resiliência e Proatividade” (Projeto Pedagógico Escolar – PPE, 2020, p. 13), valores

presentes em todas as ações da escola, com a finalidade de acompanharem as transformações que vinha ocorrendo no mundo.

Enfim, após apresentar, nos parágrafos anteriores, as características das escolas Tancredo de Almeida Neves e Cândido Portinari, onde os cursos técnicos foram ministrados. Inicialmente na Escola Tancredo de Almeida Neves e após a centralização na Escola Cândido Portinari, cabe, a partir de agora, questionar como se deu o processo de implantação e funcionamento da centralização dos cursos nessas duas escolas de Rolim de Moura/RO.

CENTRALIZAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DE CONTABILIDADE

A centralização pode ser definida como reunião, ou seja, concentração em um mesmo lugar. Assim, a partir de uma ideia seguida de estudo, iniciou-se a construção, o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a implantação da centralização dos cursos técnicos no município de Rolim de Moura/RO.

Em Rolim de Moura/RO, antes do processo de centralização os cursos técnicos, de acordo com o Parecer nº 036/CEE/RO/94, estavam distribuídos entre as escolas estaduais construídas no município sendo:

[...] as Escolas Aluizio Pinheiro Ferreira, Carlos Drummond de Andrade, Tancredo de Almeida Neves e Cândido Portinari que ofereciam aos alunos de Ensino Médio o Curso colegial e os cursos profissionalizantes Magistério, Técnico em Contabilidade e Técnico em Administração. (Parecer nº 036/CEE/RO/94).

Como mencionado, o projeto de centralização dos cursos técnicos no município de Rolim de Moura/RO teve como idealizador o professor Nelson Ferreira da Costa Filho, que desenvolveu esse projeto em 1991, durante o curso de Pós-Graduação de Metodologia do Ensino Superior, ministrado na Universidade Federal de Rondônia – UNIR – campus de Rolim de Moura. Sobre a Pós-graduação em Rolim de Moura, destacamos o que Silva (2019) explica: “[...] o primeiro contato que tive com o Campus Rolim de Moura foi em 1991, quando a UNIR ofereceu o primeiro Curso de Metodologia do Ensino Superior. Esse momento é o marco histórico da nossa UNIR em relação à Pós-Graduação”. (Silva, 2019, p. 21).

O professor Nelson Ferreira da Costa Filho, autor do projeto, possui uma vasta experiência em trabalhos na área da Educação, os quais foram iniciados no ano de 1973 em Recife/PE, ele ainda com 15 anos.

A princípio, em 1965, cursou a primeira série, passando por toda a educação primária, depois, pelo ginásio e ingressou no Curso Técnico em Contabilidade no ano de 1973, e, posteriormente, cursou o Magistério.

No nível superior, cursou de Pedagogia ainda no Estado de Pernambuco, conforme relatou:

[...] na década de 60, não era um período fácil para estudar, eram poucas escolas e predominava o alto índice de analfabetismo no país [...]. De 1965 eu com 07 anos entrei na primeira série primária de acordo com a LDB 2024/61 em 1968 fiz um ano de admissão, a pessoa estudava um ano para depois passar para o Ginásio e em 1969 iniciei no 5º, em 1972 concluí o 8º ano e quando foi 1973 [...] iniciei o curso técnico em Contabilidade [...] de acordo com a LDB nº 5692/71, [...] em 1975 fui fazer o curso pedagógico na época equivalente ao Magistério. Em 1980 eu passei no vestibular para estudar geografia na Universidade Estadual de Nazaré da Mata, longe do Recife, [...], quando foi em 1983, a Secretaria de Estado da Educação solicitou para eu fazer o curso de pedagogia porque eu era

diretor de uma escola, então eu fiz outro vestibular e dei continuidade aos estudos com aproveitamento das disciplinas cursadas. Ainda na década de 80 concluí o curso de pedagogia. (Costa Filho, 03/12/2020).

Em 1990, o professor Nelson transferiu-se para o Estado de Rondônia, mediante a aprovação em um concurso público, realizado com a finalidade de preencher as vagas na área da educação, vindo inicialmente para a cidade de Nova Brasilândia.

[...] ao chegar em Rondônia em junho de 1990 eu queria continuar como professor, mas o meu concurso foi para diretor escolar para o Estado de Rondônia, [...]. Em junho de 1990, eu fui residir em Nova Brasilândia, passando a trabalhar na escola Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, trabalhando nesta escola até junho de 1991[...]. (Costa Filho, 03/12/2020).

Na mesma linha de pensamento, o Professor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR em sua dissertação de mestrado em 2014 descreve que em “[...] meados de 1990 [...] em junho fui aprovado em concurso para professor de 1º e 2º graus do Estado Rondônia, certame realizado no Nordeste em virtude de que, em Rondônia, não se formava número suficiente de professores para atender à demanda”. (Albuquerque, 2014, p. 17).

Nesse sentido, a entrevista realizada em 20/07/2021, pontua também sobre a dificuldade das escolas do município em contar com professores especializados para ministrar aulas, para disciplinas específicas, principalmente nas áreas de matemática, física e biologia relatando que:

[...] na época, o Governo buscou professores habilitados no nordeste para ministrar aulas, mas não ficaram muito tempo e, a maioria retornou aos estados

de origem. Assim, faltavam professores principalmente de matemática, física e biologia. A defasagem de professores de matemática ficava cada vez mais crítica, com pessoas sem formação na área, ministrando aula da disciplina. (Professora Mariana, 20/07/2021).

No ano de 1991, o professor Nelson solicitou a transferência para a cidade de Rolim de Moura, sendo lotado na Escola Cândido Portinari, como relata “[...] junho de 1991, quando vim para a Escola Cândido Portinari, participei de várias atividades [...]”. (Costa Filho, 03/12/2020).

Já no município de Rolim de Moura, o Professor Nelson entrou para a sua primeira especialização, que por sinal, foi o primeiro curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior, oferecido na Universidade Federal de Rondônia, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica - PUC de Curitiba - Paraná, Universidade Federal da Paraíba – Campina Grande e Universidade Federal do Mato Grosso. Parte dos professores era dessas três instituições.

O projeto foi desenvolvido pelos professores Mestre Gilmar do Nascimento e professor Roberto Carlos Farias. Foi elaborado pela UNIR, pois na época não tinha a RIOMAR. Então, o projeto passou pelo departamento do campus de Rolim de Moura/RO e seguiu para os Conselhos Superiores da UNIR em Porto Velho, para aprovação.

[...] o professor Gilmar do Nascimento também estava lecionando no curso de História e já tinha feito o mestrado na Universidade Federal da Paraíba. Elaborou o projeto de especialização a primeira do estado de Rondônia em 93. O curso Lato Sensu especialização em Metodologia do Ensino Superior quando foi oferecido para nós, os professores que já ministravam aulas na instituição e para quem tivesse interesse, [...] os acadêmicos que haviam acabado de colar grau também participou desta primeira turma, foram muitas experiências, muitas trocas de experiências. (Costa Filho, 03/12/2020).

Posteriormente o professor Nelson, cursou outra especialização em Gestão Escolar e, depois, o Mestrado.

Em 1993, teve a primeira seleção para uma especialização em Metodologia do Ensino Superior [...] em Rondônia na Universidade Federal, em seguida fiz a outra pós-graduação também Lato Sensu na UNIR em Gestão Escolar através do pró-gestão. Em 1998, participei da seleção do programa de mestrado stricto sensu¹². No ano 2002 fui para Lisboa Portugal quando participei do programa de doutoramento em administração e fiz todos os créditos, mas não foi possível retornar para a defesa por questões financeiras. (Costa Filho, 03/12/2020).

Dessa forma, o professor Nelson, entrou com alguns colegas para a formação de pós-graduação, visto que no município não havia muitos profissionais da Educação com formação para atuarem no “segundo grau”.

Segundo Costa Filho (03/12/2020), em sua entrevista, destaca que a UNIR de Rolim de Moura foi a primeira a receber o curso de pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior, descrevendo que “[...] no estado de Rondônia, a primeira instituição de ensino superior que veio a ter o curso de uma especialização Lato Sensu, foi a UNIR o campus de Rolim de Moura”. (Costa Filho, 03/12/2020).

Costa Filho (2020) destaca ainda que, em 1991 iniciou a primeira pós-graduação de Metodologia do Ensino Superior ministrado no campus da UNIR, com o desenvolvimento da pós-graduação, surgiu a oportunidade de colocar em prática um projeto que já estava em discussão, visto que a cidade tinha o curso Técnico de Administração no

¹² Mestrado em Educação e Linguagem, pela Associação Vilhenense de Educação e Cultura, AVEC. Título: A percepção dos agentes sociais envolvidos na construção do projeto político-pedagógico da Escola Aluísio Pinheiro Ferreira, Rolim de Moura, Rondônia, Ano de Obtenção: 2001.

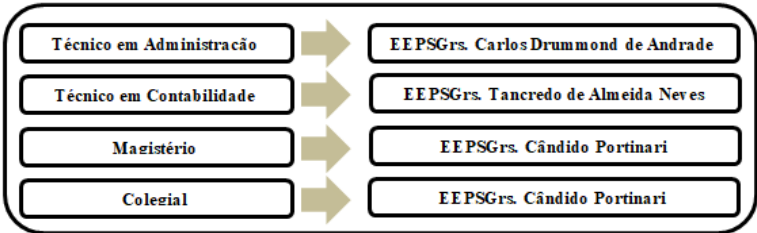
Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1492297176908054>. Acesso em: 14h21min.

Colégio Carlos Drummond de Andrade, Técnico em Contabilidade no Tancredo de Almeida Neves, Colegial e Magistério na Escola Cândido Portinari (Figura 38).

Com o andamento da especialização, um dos pré-requisitos para a conclusão da pós-graduação era o desenvolvimento de um projeto. O professor Nelson, com todo o conhecimento das escolas e da Educação do município de Rolim de Moura, escreveu o projeto de centralização dos cursos técnicos do município na Escola Cândido Portinari, como destaca Costa Filho (2020) *“Todo esse processo eu desenvolvi enquanto professor, enquanto pesquisador”*. (Costa Filho, 03/12/2020).

Nesse sentido, o professor Nelson durante o curso de pós-graduação, também exercia o papel de educador e pesquisador, o que possibilitou colocar na prática, durante o processo de desenvolvimento e preparação para o projeto de centralização, *“[...] tudo isso aconteceu, enquanto eu era professor”* nas escolas do município, e enquanto aluno e pesquisador *“para o meu TCC - Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação Lato Sensu da UNIR Campus de Rolim de Moura, com o tema: Retrospectivo verso o Ensino de 1º e 2º Graus em Rolim de Moura”*. (Costa Filho, 03/12/2020).

Figura 38: Distribuição dos Cursos Técnicos - Escolas em Rolim de Moura.



Fonte: os autores(2021)

Nesse sentido, Costa Filho (03/12/2020) relatou sobre a finalidade e o objetivo do desenvolvimento do projeto, destacando que:

Ainda em 1993, no final da especialização precisava fazer a monografia e, [...] eu estava observando durante os estágios que a única escola que era reconhecida em Rolim de Moura era a Escola Cândido Portinari [...] e que haviam vários professores [...] só com formação em Magistério ministrando as aulas, que na época era chamado de segundo grau, por estar regido pela Lei 5.692/71. Então eu fiz o meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, com a ideia de centralizar o ensino médio em uma única escola que era reconhecida. Fiz a monografia apresentei [...] a representação de ensino tomou conhecimento deste trabalho e foi colocado em prática. (Costa Filho, 03/12/2020).

Após a especialização, o projeto foi colocado em prática, iniciando com diversas reuniões, com professores, diretores e a Secretaria de Educação. O Parecer nº 036/1994 descreve que "Um grupo de profissionais da educação discutiu a proposta de centralização dos cursos [...], em uma só escola, justificando o aproveitamento mais eficiente dos recursos humanos habilitados ao magistério e tendo em vista a melhoria dos cursos oferecidos". (Parecer nº 036/CEE/RO/94).

Um dos motivos que levou o autor a fazer o projeto da centralização dos cursos em uma única escola, como destacado, foi a falta de professores qualificados para os cursos – *em cada escola havia professores somente com a formação do Ensino Médio lecionando, ou seja – professores sem formação específica para a área de atuação, visto que somente tinham o segundo grau. (Costa Filho, 03/12/2020).*

A falta de professores especializados era comum nas escolas do município, tanto que *“na Escola Nilson Silva a grande maioria dos professores tinham o magistério”* (Professora Mariana, 20/07/2021).

Na mesma linha, Borges (2011, p.47) relata sobre a falta de professores destacando que:

O intenso fluxo migratório se refletia no grande crescimento da população e consequentemente crescia a necessidade de escolas e de professores, chegando ao ponto, do governo do estado buscar em outras regiões, em particular no Nordeste, grandes quantidades de professores, para atuarem nas escolas do Estado, o que certamente contribuiu para o aumento do número de professores leigos no Estado. (Borges, 2011, p. 47).

Os problemas encontrados nas escolas, eram perceptíveis, visto a dificuldade em efetuar a lotação das disciplinas em todas elas, já que nem todas possuíam o quadro completo de professores, sendo uma das preocupações do projeto, *“[...] a ideia de centralização seria por falta de professores habilitados, a centralização supriria essa falta, pois muitos professores vieram de outros Estados se frustraram e voltaram a seus Estados de origem”*. (Professora Mariana, 20/07/2021).

Mas, por outro lado, a aplicação da centralização apresentou outras visões, isso dependendo do ponto de vista de quem fez a análise do processo considerando que [...] o vocabulário dos documentos não é, a seu modo, nada mais que um testemunho: precioso, sem dúvida, entre todos; mas como todos os testemunhos, imperfeito; portanto sujeito à crítica. (Bloch, 2001 p. 142).

Nesse sentido, na visão de pessoas que acompanharam o processo, destaca-se que na época da centralização *“estava se discutindo para levar*

o segundo grau para a Cândido Portinari, ficar só na Cândido Portinari até mesmo porque estava uma questão política que seria um colégio que teria maior visibilidade”. (Débora, 13/03/2021).

Por parte dos professores, na época da centralização, segundo Costa Filho (1999, p. 62) foi realizada uma pesquisa com os docentes, e foi percebido que grande parte estava de acordo com a centralização “pois na medida que cada professor lecionasse uma disciplina para a qual estava habilitado, poderia produzir mais e com isso o aluno estaria ganhando”. (Costa Filho, 1999, p. 62).

Já na visão de outro professor, que também fez parte do processo, relata que: “A questão ali não é [...] acho que não é o pensamento de melhorar não, era centralizar para diminuir despesas. Pelo que eu percebi”, isto segundo ele “[...] centralizando lá o professor de matemática ele ministrava aula para todos os cursos técnicos. Um professor para todos os cursos. Ai só tinha, por exemplo, o magistério e quem dava aula para o magistério, das matérias específicas era só para aquele curso”. (Professor João, 05/08/2021).

A maior resistência aconteceu por parte da direção das escolas, visto não queriam perder o título de “2º grau” e argumentavam “[...] estar perdendo com a saída do ensino médio” (Costa Filho, 1999, p. 62) e, conseqüentemente, os professores graduados, um dos requisitos exigidos para solicitar o reconhecimento das escolas. Mas, na visão de Costa Filho, (1999), a preocupação das escolas com os cursos era uma questão de status.

Mesmo com a existência de tantas dificuldades; como: a falta de infraestrutura física e humana, esta última incapaz de transformar conteúdos significativos em um programa crítico, com uma visão de totalidade, algumas administrações escolares relutaram para que o ensino médio permanecesse no estabelecimento que dirigiam. Muito mais do que uma preocupação com o curso, estava a questão de status [...] (Costa Filho, 1999, p. 62).

Mesmo diante de algumas resistências, a centralização foi colocada em prática. Costa Filho (1999, p. 64) destaca que a centralização “[...] tinha o compromisso público de desempenhar atividades envolvidas com a comunidade para a construção e a execução de um projeto pedagógico elaborado a partir das necessidades básicas de aprendizagem do aprendiz, sem excluir a participação da família.”

O autor do projeto tinha conhecimento das causas e realidades de todas as escolas do município, visto que, além de ter trabalhado em algumas delas como a Escola Tancredo de Almeida Neves e a Escola Cândido Portinari, também trabalhara na Universidade Federal de Rondônia-UNIR, sendo emprestado pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, para completar o quadro de professores, como descreve o professor Nelson: *“Em 1992 eu fui convidado pela professora Dr.^a. Arlene Fughiara para ministrar aula na UNIR, nesse período foram convidados outros professores como o professor Gilmar dos Santos Nascimento e Terezinha de Jesus Pereira”* (Costa Filho, 02/12/2020).

Professores da rede estadual de educação de ensino foram emprestados para a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como a finalidade de suprir a necessidade de profissionais da educação que a instituição necessitava manter.

No início do ano de 1994, quando o diretor do campus era o professor Moisés de Oliveira, o magnífico reitor da Universidade Federal de Rondônia, professor Dr. Osmar Siena publicou um edital para chamamento de professores e técnicos administrativos para serem redistribuídos para universidade. Na sequência, publicou a portaria de nomeação de uma comissão de análise documentos e seleção, composta pelos professores Maria de Lourdes Castro Bettiol, Gilmar Nascimento, Dionísio Quintino e Maria José Lopes.

Devidamente autorizados pela Reitoria, foram redistribuídos oficialmente no final do ano de 1994, para atuarem e serem lotados no Campus de Rolim de Moura, trinta técnicos administrativos e professores de primeiro e segundo graus, estes com o intuito de trabalhar na futura Escola de Aplicação do Campus, [...]. (Bettiol, 2019, p. 32). [...]. Fomos tapa-buraco no campus, exercendo, além das atividades de professor nos cursos superiores, o trabalho em distintos setores, como na Biblioteca, na Secretaria, nos serviços gerais, ou ainda atuando como professores de Telecurso 2000, dentre outros. Houve período em que apenas os redistribuídos atuavam nas salas de aula, pois os professores concursados do quadro superior ocupavam os cargos mais importantes do campus, como direção, chefia de departamento etc. (Bettiol, 2019, p. 35).

Esta foi uma prática que aconteceu em outras cidades como Vilhena, Cacoal, Pimenta Bueno (Figura 39), como destaca a matéria do jornal Diário da Amazônia do dia 17 de julho de 1996.

Figura 39: Matéria sobre Falta de professores na UNIR.

O corpo docente da Unir também está sensivelmente afetado com enormes prejuízos para a qualidade de ensino.

[...]

No interior a situação é ainda mais crítica nos cinco campus existentes nos municípios de Guajará-Mirim, Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena e Pimenta Bueno. Para poder preencher os “furos” a Secretaria da Educação-Seduc, cede os professores.

Fonte: Diário da Amazônia (1996 p. 02).

O professor Nelson, que fez parte do quadro dos professores emprestados para UNIR, destacou em sua entrevista, realizada em 03/12/2020, “[...] em 1992 paralelamente às aulas que eu ministrava no Cândido, fui convidado para ministrar aula na UNIR, por falta de professores no curso de Pedagogia; ali iniciava outro desafio porque eu não tinha especialização [...]”, mas tinha experiência com a Prática de Ensino, visto que “ao ir ministrar as aulas na UNIR eu já tinha experiências de estágio por eu já vir trabalhando com as disciplinas de Prática de Ensino no Magistério”. (Costa Filho, 03/12/2020)

Então, devido ao fato de obter conhecimento nessas escolas, por trabalhar como professor e diretor, também ministrava aula para o curso de Pedagogia, na disciplina de Prática de Ensino da UNIR como relata em entrevista realizada em 03/12/2021 “[...] eu ministrava aula no curso de Pedagogia, e tinha acesso a todas as escolas, certo? Por que eu tinha acesso a todas as escolas? Porque eu era professor do Magistério e eu era professor de Prática de Ensino”. (Costa Filho, 03/12/2020).

Os estudos realizados durante a pós-graduação resultaram no projeto conhecido como o Retrospectivo verso o Ensino de 1º e 2º Graus em Rolim de Moura, apontando a centralização dos cursos “como alternativa para a escassez de mão de obra qualificada, a Centralização

de todos os cursos de Ensino Médio numa só unidade de prestação de serviços educacionais”. (Costa Filho, 1999, p. 61).

Diante das análises realizadas durante a busca pela solução do problema com a mão de obra qualificada, em 16/09/1994, foi publicada a Resolução nº 053/CEE/RO (Figura 40) descrevendo sobre a centralização de todos os cursos técnicos do município na “Escola Cândido Portinari” (Costa Filho, 1999, p. 61).

Figura 40: Relatório Instrução Técnica – Liberação dos Cursos Técnicos

Instrução Técnica
Relatório
 Pelo ofício 63/94. Rolim de Moura de 30/06/94, o diretor da EPSE Cândido Portinari remeteu a este Conselho documentos referentes à escola, que formaram o Processo 044/CEE/RO/94.

Análise
 A Escola de 1º e 2º graus Cândido Portinari é reconhecida por este Conselho através do Parecer nº 056/91 e Resolução 047/91.
 A escola atendeu o disposto no voto do relator do Parecer 036/CEE/RO/94, e encaminhando os documentos exigidos para receber deste Conselho a autorização para implantar os Cursos Técnico em Contabilidade e Técnico em Administração.
 As ementas, anexadas ao processo, estão bem elaboradas e de acordo com as disciplinas que compõem o currículo de cada curso.
 O corpo docente é na sua maioria habilitado ao magistério das disciplinas que lecionam (12 professores), sendo que os demais (08) são Bacharéis (05) e licenciados LC (02) e pedagogo (01).
 As grades curriculares foram analisadas no processo 02/CEE/RO/94 e tendo em vista que foi uma grade padrão aprovada por este órgão para o curso de Contabilidade so há necessidade de aprovar a grade curricular do Curso Técnico em

Administração, que tem as seguintes características:

- disciplinas do núcleo comum, as previstas no art 7º da Lei 5692/71, parte diversificada e parte profissionalizante;
- duração do curso: 3 anos;
- carga horária do curso: 3204 h/aula
2268 h/ativo
- carga horária da parte profissionalizante: 3050 h/at.
- indicadores:
 - mód. semanal: 36
 - " aula: 45 min
 - " período: 15 min.
 - dias letivos, semanais: 05
 - " anuais: 18
 - carga horária diária: 04 horas.

Parecer técnico:

Esta assessoria e de parecer favorável à autorização para implantação dos cursos Técnico em Contabilidade e Técnico em Administração assim como as grades curriculares dos referidos cursos anexadas a esta instrução.

Porto Velho, 12/09/94

Atenciosamente

Dr. Alc. Geral

Encaminhando este processo para as providências cabíveis

12/09/94

A Chefia de Gabinete para
anexar, seguir a Resolução
e providências necessárias. Em 16/09/94

Assinatura: [Assinatura]

16.09.94

Assinatura: [Assinatura]

Fonte: Conselho Estadual de Educação – CEE/RO (2021)

Na mesma linha, o Parecer nº 036/1994 descreve que “A escola escolhida para oferecer os cursos foi a E.P.S.G. Cândido Portinari, que recebeu os alunos das demais escolas”, visto ser a única instituição de ensino que “[...] foi reconhecida por este Conselho, através do Parecer nº 056/91 e a Resolução nº 047/CEE/RO/91”. (Parecer nº 036/CEE/RO/94), uma vez que as outras escolas só contavam com a autorização para o funcionamento.

A autorização para a centralização não demorou muito para ocorrer por parte do Conselho Estadual de Educação – CEE/RO, pois a escola já contava com o reconhecimento.

Primeiro como se tratava de uma escola estadual precisava ter autorização de funcionamento, mas a escola já era reconhecida pelo conselho precisava apenas

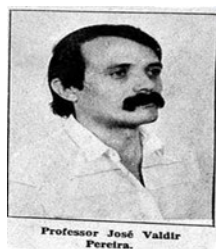
ser oficializada a nova estrutura e a provação da matriz curricular de cada curso, o Conselho Estadual aceitou o projeto com muito brilho e então eles me deram total apoio porque eles sabiam que poderia funcionar sim e seria a melhor saída para o estado de Rondônia, após eu ter feito todo o processo e com tudo já aprovado foi bem tranquilo as turmas concluíram os seus cursos e só sucesso. (Costa Filho, 03/12/2020).

A Escola Cândido Portinari foi nomeada, devido a alguns fatores que impediram as outras escolas de recepcionar os cursos técnicos sendo eles:

1. Falta de habilitação das direções;
2. Falta de laboratórios, que na construção das mesmas se fizeram necessários, mas para comportar o grande número de alunos, três escolas que funcionam com o ensino médio os demoliram para transformá-los em sala de aula;
3. Falta de acervo bibliográfico;
4. E, principalmente, falta de professores habilitados nas suas áreas do conhecimento. (Costa Filho, 1999 p.61-62).

Mas o problema educacional citado por Costa Filho (1999) sobre a cidade de Rolim de Moura, também foi destaque em 1981, em um artigo no jornal Alto Madeira (Figura 41), escrito pelo Professor José Valdir Pereira¹³.

13



Escritor e Poeta, Professor para o Ensino Fundamental, Médio e Superior; Técnico em Educação e Consultor Técnico em Planejamento Governamental, em Planejamento da Educação e em Finanças Públicas. *Chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal de Rondônia, conforme Portaria nº 823/SEC/75; *Subsecretário de Educação e Cultura do Governo do Território Federal de Rondônia, nomeado pela Portaria nº 359/DSP, de 30 de outubro de 1975; *Diretor do Centro de Ensino Superior de Rondônia-CESUR, nomeado pela Portaria no. 31/FUNDACENTRO, de 12 de dezembro de 1980; *Coordenador da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal de Rondônia, nomeado pela Portaria nº. 611/SEC, de 10

Figura 41: Artigo de Jornal sobre os Problemas do Ensino de 2º grau.

E o ensino de 2º grau? A situação deste não é menos estarrecedora complicada e trágica do que a da dos demais, porque, além do adolescente comprar (ou ganhar) uma mercadoria (ensino, educação) barata, absoleta e de má qualidade no ensino de 1º grau, quando conseguem uma vaga numa escola de 2º grau, constata que o filme nada mais é do que uma execrável reprise. mesmas carências, ou seja: professores leigos, falta de laboratórios, de equipamentos, de material permanente, de material de consumo, inexistência de Supervisores e Orientadores educacionais e, o que não é menos imperdoável e abominável: currículos e programas antiquados, mal dosados e sem a mínima sequência.

Fonte: Pereira (1981 p. 08)

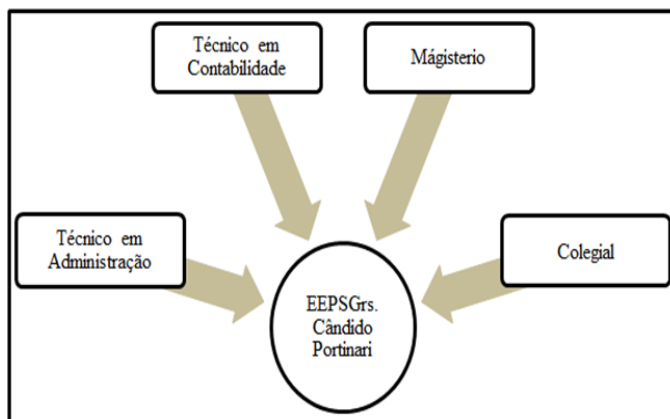
Nesse sentido, o professor Nelson e uma equipe começaram o projeto, já que em cada curso havia professores ministrando aulas somente com o chamado segundo grau, e os que tinham a formação de nível superior precisavam trabalhar em várias escolas o que era cansativo, então, com muitas conversas e acordos, aconteceu a centralização dos técnicos (Figura 42) na Escola Cândido Portinari no ano de 1994.

de setembro de 1979; *Responsável pela Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal de Rondônia, no período de 22 a 25 de outubro de 1979, conforme Portaria nº.793/SEC;

*Responsável pela Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal de Rondônia, no período de 17 a 20 de março de 1980, conforme Portaria nº 369/SEC; *Responsável pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, na ausência do titular, conforme portaria n.º 0006/SECET, de 2 de fevereiro de 1982;

*Secretário Adjunto da Secretaria da Educação do Estado de Rondônia, nomeado pelo Decreto nº 043, de 03 de março de 1982; *Pró-Reitor Acadêmico da Fundação Universidade Federal de Rondônia, nomeado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, através da Portaria nº 203, de 12 de maio de 1983; *Coordenador da Coordenadoria Setorial de Planejamento da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, nomeado pela Portaria nº 0014/SEDUC, de 14 de janeiro de 1985;

Figura 42: Centralização dos Cursos Técnicos em Rolim de Moura.



Fonte: os autores (2021)

Com a solicitação de autorização para a implantação da centralização dos cursos técnicos, também foram requeridas as grades curriculares dos cursos profissionalizantes e que deveriam apresentar disciplinas do núcleo comum, previstas no art. 7º da Lei nº 5.692/71, as partes diversificadas e a parte profissionalizante. Nesse sentido, “O currículo foi inventado basicamente como um conceito para direcionar e controlar a autonomia do professor e sua liberdade potencial em aula” (Goodson, 2008, p. 143) sendo o currículo escolar considerado como “[...] um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos”. (Goodson, 2008, p. 17) e, ainda, devendo “considerar o aprendizado como sendo localizado na história de vida é compreender que o aprendizado é situado contextualmente e que ele também tem uma história” (Goodson, 2008, p. 155).

Assim, no Parecer nº 036/CEE/RO/94, estão relacionadas as grades curriculares dos cursos técnicos, sendo um deles o formato dos cursos Técnicos em Contabilidade, como destacado:

Curso Técnico em Contabilidade: duração: 3 anos

Carga horária de estágio supervisionado: 360 h/a.

Carga horária do Curso: 3.240 h/a; 2.295 h/at.

Parte profissionalizante: 1080 h/at.

(Parecer nº 036/CEE/RO/94)

A grade curricular utilizada nos cursos técnicos em contabilidade na Escola Tancredo de Almeida Neves, relacionava disciplinas do núcleo comum como: Língua Portuguesa, Literatura, Língua Est. Moderna (Inglês), História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira - O.S.P.B, Matemática, Biologia, Química, Física, Educação Artística, E.M.C., Educação Física, Programas de Saúde e Ensino Religioso.

Quanto às disciplinas diversificadas, eram oferecidas matérias como a de Filosofia e Estudos Regionais (História e Geografia de Rondônia) e nas disciplinas da parte profissionalizante estão relacionadas as matérias como a Contabilidade de Custo, Economia de Mercado, Direito e Legislação, Mecanografia Proc. De Dados, Organização e Técnicas Comerciais – O.T.C., Estatística e Matemática Comercial e Financeira. (Figura 43).

A grade curricular na Escola Tancredo de Almeida Neves foi autorizada para três anos, iniciando em 1992, com a carga total de 3.096 horas. Goodson (1997, p. 20) coloca que “o currículo escrito é o testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares”, o que permite a análise, verificação e comparação com a grade curricular autorizada para ser trabalhada na Escola Cândido Portinari, que foi liberada após a centralização dos cursos.

A comparação e estudo da grade curricular escrita, ainda segundo Goodson (1997, p. 20) “deveria proporcionar uma série de conhecimentos sobre o ensino”, mas “é preciso salientar que este estudo dever estar relacionado com investigações sobre os processos educativos, os textos escolares e a história da pedagogia”.

Figura 43: Grade Curricular Técnico em Contabilidade – Escola Tancredo de Almeida Neves

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 REPRESENTAÇÃO DE ENSINO DE ROLIM DE MOURA
 ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
 GRADE CURRICULAR DE 2º GRAD TÉCNICO EM CONTABILIDADE
 DURAÇÃO DO ANO LETIVO: 180 DIAS
 MÓDULO - SEMANA: 36 SEMANAS
 MÓDULOS-AULAS: 45 MINUTOS
 NÚMERO DE MÓDULOS-AULAS POR DIA LETIVO: 4 a 5 AULAS
 CARGA HORÁRIA: 3096 - DURAÇÃO: 3 ANOS

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

- 1992 - 93, 94, 95

DISCIPLINAS	SÉRIES			TOTAL DE HORAS	
	1ª	2ª	3ª		
NÚCLEO CO-	- Língua Portuguesa	3	3	1	324
MUN. LEI	- Literatura	2	2	2	216
5692/71 CFE	- L.E.M. Inglês	2	-	-	72
	- História	2	-	-	72
	- Geografia	2	-	-	72
	- O.S.P.B.	-	1	-	36
	- Matemática	3	1	3	324
	- Biologia	2	-	-	72
	- Química	2	-	-	72
	- Física	2	-	-	72
	- Educação Artística	-	1	-	36
	- Educação Física	2	2	2	216
	- E.M.C.	1	-	-	36
	- Programa de Saúde	-	1	-	36
	- Ensino Religioso	1	-	-	36
SUB-TOTAL	24	13	10	1692	
PARTE DIVER SIFICADA	- Filosofia	-	-	2	72
	- Estudos Regionais	-	1	-	36
	- História de Rondônia	-	1	-	36
	- Geografia de Rondônia	-	1	-	36
PREP. PARA TRABALHO	- Cont. e Custos	2	4	4	360
MÍNIMO	- Eco. Mercados	-	-	2	72
PROF. P.A	- Direito e Legislação	-	-	2	72
45/72 CFE	- Mec. Proc. Dados	-	2	-	72
	- O.T.C.	-	2	2	144
	- Estatística	-	2	-	72
	- Mat. Com. Financeira	-	-	3	108
SUB-TOTAL	2	12	15	1044	
- Estágio Supervisionado	-	-	-	-	360
TOTAL - GERAL	26	25	25	3096	

Fonte: Escola Cândido Portinari (2021).

Já a nova grade curricular foi autorizada após a centralização, quando o professor Nelson assumiu a direção da Escola Candido Portinari.

A nova grade curricular sofreu algumas alterações, sendo excluída a disciplina Organização Social e Política Brasileira - O.S.P.B, e detalhando mais as disciplinas voltadas para a preparação dos alunos para a vida profissional, sendo separadas e acrescentadas as disciplinas de Contabilidade Geral; Normas e Princípios Contábeis e Ética Profissional, Contabilidade Industrial; Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pública e Contabilidade Comercial (Figura 44).

A nova grade curricular foi organizada pelo Professor Mestre Nelson, o idealizador do projeto, pois ele tinha preparação e conhecimento para modificar a grade curricular. Visto ter formação no curso Técnico em Contabilidade como destaca em entrevista,

A minha primeira experiência com o curso de contabilidade, deu-se pelo fato de ter cursado o técnico em Contábeis, na época a gente recebia a carteira do Conselho de Contabilidade de acordo com a Lei 5692 de 1971 para atuar como contador nos escritórios e empresas de modo geral. (Costa Filho, 03/12/2020).

E também estar atuando como diretor da escola que estava com a implantação do projeto.

Bem, eu atue como diretor diretamente, mas é também como professor na sala de aula, eu acompanhei como diretor. Então eu assumi a direção da escola aí eu fui buscar fazer os ajustes, porque centralizamos e eu precisava enquanto diretor nesse período, eu precisava organizar a matriz curricular de todos os cursos porque estava do jeito que estava funcionando no Tancredo, do jeito que estava funcionando em cada escola eles desceram para o Cândido Portinari funcionando do mesmo jeito, aí quando eu assumi a direção do colégio, eu tinha

que assumir isso também, tinha que organizar a matriz curricular de todos os cursos. E aí eu fui a Porto Velho várias vezes, assim, eu tive livre acesso ao Conselho Estadual de Educação. Eu enquanto diretor fui seguindo as orientações do conselho e fui fazendo as modificações necessárias, organizando o núcleo comum dos cursos que era de acordo com a lei até então, núcleo comum que atualmente chamado de base Nacional. Pois bem, precisava ser aprovada a matriz curricular de todos os cursos precisava ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação RO que até então não tinha, apenas foram jogados para depois ser organizada essa situação. Aí Graças a Deus eu tive muito apoio e isso foi feito, foi realizado nesse período em que eu fui diretor da escola. (Costa Filho, 03/12/2020).

Figura 44: Grade Curricular do Curso Técnico em Contabilidade – Escola Cândido Portinari

INFORMAÇÕES DO CURSO		DISTRIBUIÇÃO DE HORAS						TOTAL
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	
CURSO	Língua Portuguesa	4	144	4	144	2	72	360 ✓
	Literatura	2	72	2	72	2	72	216 ✓
	Língua Est. Moderna (Inglês)	2	72	1	36	1	36	144 ✓
	Geografia	2	72	1	36	1	36	144 ✓
	Matemática	2	72	1	36	1	36	144 ✓
	Química	2	72	1	36	1	36	144 ✓
	Física	2	72	1	36	1	36	144 ✓
	Biologia	2	72	1	36	1	36	144 ✓
	Informática	2	72	1	36	1	36	144 ✓
	Atualização Profissional	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Estágio Supervisionado	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Prova de Estado	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	SUB - TOTAL	25	11	09	1.440			
CURSO	Filosofia	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	História do Est. e do Brasil	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Geografia do Est. e do Brasil	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade Geral	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade Especial: Contabilidade e Est.	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade e Comércio	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade e Produção de Bens	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade e Serviços	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade e Administração	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade e Indústria	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade e Comércio Exterior	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	Contabilidade e Turismo	1	36	1	36	1	36	108 ✓
	SUB - TOTAL	25	11	09	1.440			
TOTAL		50	22	18	2.880			

Porto Velho, 10 de Abril de 2009.

(Assinatura)

Nelson Ferreira da Costa Filho
Diretor Pedagógico
E.F. do Cândido Portinari
Porto Velho (RO/2009)

Fonte: Arquivos do CEE/RO (2021)

GOVERNO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CURSO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

NÍVEL MÉDIO

MÓDULO: 36 SEMANAS ANUAIS

DIAS LETIVOS ANUAIS: 180

MÓDULO AULA: 45'

DIAS LETIVOS SEMANAIS: 5

CARGA HORÁRIA: 3.240

DURAÇÃO: 3 ANOS

MÓDULO RECREIO: 15 MIM.

DISCIPLINAS		S É R I E S						TOTAL
		1º		2º		3º		
		s	a	s	a	s	a	
	Língua Portuguesa	4	144	4	144	2	72	360
	Literatura	2	72	2	72	2	72	216
	Língua Est. Moderna (Inglês)	2	72	-	-	-	-	72
	História	2	72	-	-	-	-	72
	Geografia	2	72	-	-	-	-	72
	Química	2	72	-	-	-	-	72
	Física	2	72	-	-	-	-	72
	Biologia	2	72	-	-	-	-	72
	Matemática	3	108	3	108	3	108	324
	Educação Física	2	72	2	72	2	72	216
	Educação Artística	1	36	-	-	-	-	36
	Programas de Saúde	1	36	-	-	-	-	36
	SUBTOTAL	25		11		09		1.620
	Filosofia	-	-	-	-	2	72	72
	História do Est. de Rondônia	-	-	1	36	-	-	36
	Geografia do Est. de Rondônia	-	-	1	36	-	-	36
	Contabilidade Geral	-	-	4	144	-	-	144
	Normas, Princ. Contábeis Ética Profissional	-	-	1	36	-	-	36
	Economia e Mercados	-	-	2	72	-	-	72

Mecanografia e Processamentos de Dados	-	-	2	72	-	-	72
Org. e Téc. Comercial	-	-	2	72	-	-	72
Estatística	-	-	2	72	-	-	72
Mat. Geral e Financeira.	-	-	2	72	-	-	72
Contabilidade e Custos	-	-	-	-	2	72	72
Direito e Legislação	-	-	-	-	2	72	72
Contabilidade Industrial	-	-	-	-	2	72	72
Contabilidade Agrícola	-	-	-	-	2	72	72
Contabilidade Pública	-	-	-	-	2	72	72
Contabilidade Comercial	-	-	-	-	6	72	72
SUBTOTAL			17		18		1.260
Estágio Supervisionado				180		180	360
TOTAL	25		28		27		3.240

Rolim de Moura, 18 de abril de 1994.

Nelson Ferreira da Costa Filho

Além dessas diferenças nas grades curriculares do curso de Ciências Contábeis, e adaptação dos alunos, de uma forma geral, eles tiveram que fazer outras adequações após a centralização.

Assim, todos os alunos do nível escolar de nível de Ensino Médio, precisariam sair das escolas perto de suas casas e se deslocar para a escola no centro da cidade, a E.E.E.F.M. Cândido Portinari, a única reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer nº 056 de 06 de agosto de 1991, sendo considerada a escola mais preparada em questão de estrutura, para receber todos os cursos técnicos, iniciando o processo de adaptação de todas que fizeram parte

deste processo, tantos os alunos, os professores, as escolas e até mesmo as famílias. Mas a adaptação sempre fez parte das escolas.

[...] na verdade nós tivemos duas fases de adaptação, quando nós fomos para o primeiro ano no Tancredo, vários alunos vieram de outras escolas para nossa e posteriormente nós que fomos para outra escola. Então nós tivemos duas fases de adaptação: primeiro de receber colegas novos porque nem todos participavam do ensino fundamental na nossa escola e depois nós é que fomos participar de um novo grupo na escola Cândido Portinari. (Isabel, 28/05/2021).

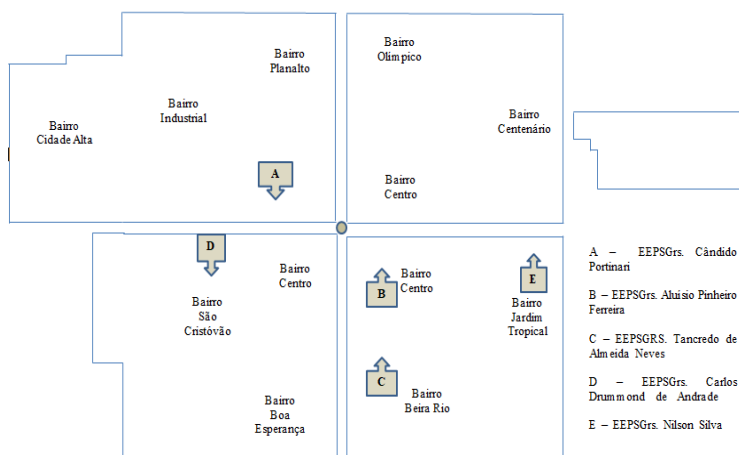
A distância também foi destacada por um dos professores entrevistados, visto que uma das escolas em que ministrava aula, era perto da sua casa “eu fiquei um ano, pedi para sair, achava muito longe, visto que uma das escolas era do lado na minha casa” (Professor João, 05/08/2021). Os responsáveis por esse projeto tiveram algumas preocupações iniciais, quanto à centralização, visto que muitos alunos estavam em processo de início, meio e final dos cursos técnicos. Uma das preocupações foi o impacto sobre a mudança de escola, bairro, distância (Figura 45 e 46), dificuldades para locomoção, a mudança de cultura.

Para amenizar o processo de adaptação, uma das atitudes foi a fazer a transferências dos livros da biblioteca referentes a cada curso,

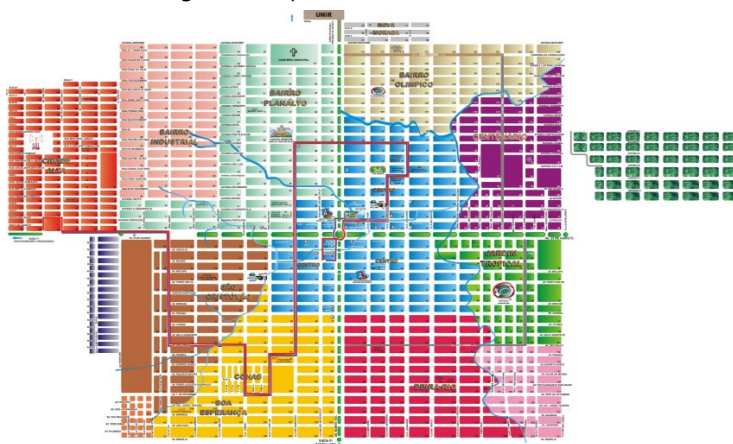
Eu lembro que nós tínhamos uma biblioteca lá, se era o mesmo que foi para lá eu não sei te dizer, mas nós ganhávamos também muito na época, o CRC era muito participativo com a gente, eles enviavam e tinham não sei se interesses de repente políticos, alguma coisa assim, mas nós recebemos bastantes livros lá e nós tivemos acesso a isso (Isabel, 28/05/2021).

Da forma como estava na escola de origem, a turma fora transferida, sem mudança dos alunos, e poucas mudanças dos professores como seguem relatos dos entrevistados que fizeram parte do processo. “Não, não teve porque os nossos professores foram para lá [Cândido Portinari]. Nós levamos toda nossa estrutura. Nossa estrutura foi junto, então nós não tivemos dificuldade não”. (Isabel, 28/05/2021), a entrevistada declara ainda que “Nós continuamos a mesma turma, nós tínhamos, se eu não me engano, eram três salas de contabilidade, de técnico, e as três salas foram iguaizinhas, eram do Tancredo e foram lá para o Cândido. Todos os colegas, os professores, tudo continuou da mesma forma”. (Isabel, 28/05/2021), o que foi confirmado nas palavras de André “A mesma turma saiu daqui [Escola Tancredo de Almeida Neves], só acrescentou mais uns alunos”. (André, 21/07/2021).

Figura 45: Mapa da cidade de Rolim de Moura – Localização das Escolas.



Fonte: primeira autora (2021)

Figura 46: Mapa da cidade de Rolim de Moura.

Fonte: <https://guiarolim.com.br/IMG/MAPA-ROLIM.jpg> (11/01/2021)

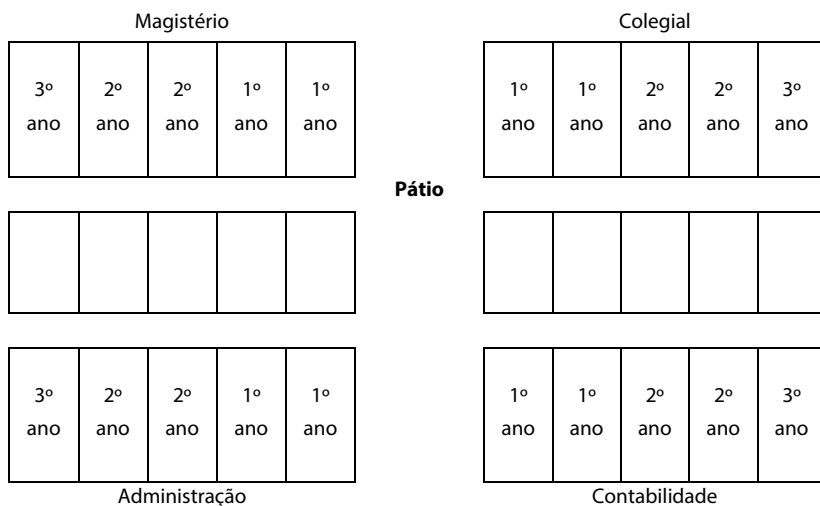
Da mesma forma, em sua entrevista, Costa Filho (02/12/2020), expressa a preocupação com a adaptação dos alunos e professores com a nova realidade mencionando que “a princípio, no primeiro ano, desceu tudo do jeito que eles estavam, apenas montamos aquele horário enorme [...]” e para não tornar as aulas cansativas, ou deixar o professor vir para escola ministrar somente uma aula, o desenvolvimento do horário também teve essa preocupação, como destaca Costa Filho (03/12/2020):

Eu procurava colocar cada professor em suas disciplinas respeitado a peculiaridade de cada turma para evitar ficar as aulas cansativas ou com sobrecarga de conteúdo exemplo no mesmo dia duas aulas de matemática e física tudo cálculo eu procurava evitar essas situações. Outra situação era não deixar o professor com aula vaga, por exemplo, [...] não tem a primeira aula vai ter a segunda aula que é horrível. E aí eu consegui organizar tudo isso para evitar esse tipo de problema para você vir na escola e você ministrar sua primeira, segunda, terceira e a quarta aula tudo tranquilamente isso eu organizei. (Costa Filho, 03/12/2020).

Outro ponto foi organizar as turmas do mesmo curso técnico no mesmo pavilhão, para facilitar tanto para os alunos como para os professores (Figura 47).

Segundo passo a organizar as turmas, então na sala 01, por exemplo, era a sala de contabilidade, então naquele pavilhão de contabilidade tinha até o terceiro ano de contabilidade, então todos os professores entravam naquela sala e continuava tudo normalmente tradicionalmente, então quanto a essa organização não teve problema. Segundo passo que não teve problema era, por exemplo, a professora de língua portuguesa ela dava aula na turma de técnico em contabilidade, magistério e assim sucessivamente. Mas era um processo normal procurando valorizar o curso relacionando ao conteúdo da disciplina. (Costa Filho, 03/12/2020).

Figura 47: Distribuição das Turmas após a Centralização dos Cursos Técnicos em 1994.



Obs.: nas salas pavilhão do meio do lado esquerdo (Secretaria, Direção, Sala dos Professores, Supervisão, orientação, Sala de leitura e Almoxarifado), lado direito (Cozinha, Sala Cursos TV Cultura, 03 laboratórios).

Fonte: entrevista Costa Filho (03/12/2020).

Já os livros das bibliotecas e outros materiais destinados aos cursos técnicos, também foram transferidos junto com os alunos para a Escola Cândido Portinari, e “[...] outros que consegui em Porto Velho, conseguimos muitos outros materiais para complementar os laboratórios da Cândido Portinari”. Com essa transferência, a biblioteca na escola teve uma nova organização, “teve uma reestruturação, então foram colocados os livros cada livro dos cursos técnicos na biblioteca organizando a catalogação do acervo bibliográfico”. (Costa Filho, 03/12/2021).

Nesse sentido, os entrevistados relatam que a adaptação nas escolas não foi difícil, no “[...] processo de centralização não teve mudança de ensino. Não perceptivo” (André, 21/07/2021), apesar das diferenças entre as escolas.

As dificuldades encontradas pelos alunos estavam relacionadas à distância, visto que muitos não tinham veículo, como destaca os entrevistados.

O que nós tivemos de problemas eventuais foi assim, à distância porque nós saímos de um bairro para estudar no centro então, dobrou a distância do nosso percurso e no período não tinha veículos, ia a pé, você ia bicicleta, então essa foi a nossa maior dificuldade eu creio. (Isabel, 28/05/2021).

Além da distância, a turma que estudava no período noturno tinha a falta de energia como dificuldade para a mudança de escola, “cada Colégio tinha o grupo gerador né (Figura 48), mas nem sempre [...] às vezes tinha o óleo para continuar as aulas. Mas 50% dos dias que acabava a aula eram dispensados. Às vezes tinha [...]”. (Tiago, 13/05/2021), já a entrevistada Débora descreveu que “aqui em Rolim de Moura acabava

muito a energia, acho que, depois das 10 [22h00min] era muito comum a gente ficar sem luz né, [...] (Débora, 13/03/2021), e ainda a entrevistada Isabel expôs que [...] no primeiro ano com certeza vira e mexe a gente ia embora sem energia porque não tinha jeito, mas depois que [...] acho que do segundo para lá já não tinha mais essa dificuldade, já... já tinha sido sanada já. (Isabel, 28/05/2021) e, por fim, o entrevistado Tiago expressou que “Uma senhora levava uma vela para acender quando acabava a energia” (Tiago, 13/05/2021).

Figura 48: Energia - Motor: Escolas Tancredo de Almeida Neves e Cândido Portinari



Fonte: arquivos das escolas (2021)

A falta de energia elétrica também foi abordada no texto “Rolim de Moura, ontem” desenvolvido pelo professor Dirceu Bettiol (2001, p. 67)

“A energia elétrica movida a geradores somente funcionava 8 horas por dia, só após, passou para 18 horas e mais tarde 24 horas”.

A falta de energia elétrica era comum no Estado (Figura 49), assunto também abordado por Evangelista (2019, p. 106) “As residências, em geral, também não possuíam energia elétrica ou gerador” muitos usavam lamparina ou lampião que “era comum no interior, visto o precário abastecimento de energia elétrica no Estado”. (Evangelista, 2019, p. 107).

As cidades ao longo da BR 364 possuíam energia elétrica por meio do sistema de usina termoeletrica das Centrais Elétricas de Rondônia (CERON). Em determinadas cidades como Ouro Preto do Oeste, a CERON fornecia energia em horários alternados em dias úteis e ininterruptamente aos finais de semana. Eram frequentes os cortes e as quedas de tensão, por isso, algumas escolas e residências utilizavam geradores próprios. (Evangelista, 2019, p. 107).

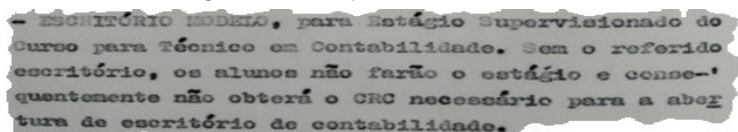
Figura 49: Matérias: Falta de Energia em Rondônia



Fonte: Jornal Alto Madeira

Outro ponto verificado na centralização foi o escritório modelo solicitado em 1993, pela Escola Tancredo de Almeida Neves (Figura 50), que também foi transferido, visto que a escola trabalhava com aulas práticas para o curso Técnico em Contabilidade segundo declaração de reconhecimento de 1993, descreve que, para o desenvolvimento das aulas práticas do curso Técnico em Contabilidade a Escola deveria ter um escritório modelo para o desenvolvimento do estágio dos alunos, isto é, simular a prática realizada nos escritórios de contabilidade por um técnico em contabilidade.

Figura 50: Solicitação do Escritório Modelo



- ESCRITÓRIO MODELO, para Estágio supervisionado do Curso para Técnico em Contabilidade. Sem o referido escritório, os alunos não farão o estágio e consequentemente não obterá o CRC necessário para a abertura de escritório de contabilidade.

Fonte: Ofício nº 224/EPSTG.A. N 05/10/1993.

O escritório modelo (Figura 51) foi preparado em uma sala de aula, como demonstram os registros fotográficos na Escola Tancredo de Almeida Neves (1993).

Figura 51: Escritório Modelo – Escola Tancredo de Almeida Neves – 1993



Fonte: Arquivo da escola (2020)

Os registros demonstram que os escritórios modelos tinham mesas e cadeiras escolares, um quadro para auxiliar o professor ao explicar as atividades/documentos a serem desenvolvidos e 04 máquinas de datilografia para preenchimentos de documentos necessários para o dia a dia de um profissional, na área da contabilidade (Figura 52).

Nesse sentido, de registros fotográficos Borges (2003) mostram que

[...] as imagens fotográficas devem ser vistas como documentos que informam sobre a cultura material de um determinado período histórico e

de uma determinada cultura, e como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social. (Borges, 2003, p. 73).

Na mesma linha, Dalcin (2018) corrobora, narrando que:

Ao ler uma fotografia de uma escola ou grupo escolar, sala de aula, formatura, situações de ensino, experiências de aprendizado, ou outra situação da cultura escolar, é inevitável, produzimos uma narrativa, buscamos identificar lugares, pessoas, tempos, fatos e circunstâncias. Logo, parece razoável que o processo de leitura da fotografia seja norteadado inicialmente por perguntas simples: em que ano tal fotografia foi produzida? Quem são as pessoas fotografadas? O que fazem? Como se vestem? Em que lugar estão? (Dalcin, 2018, p. 24).

Assim, a entrevistada Isabel, descreve que a Escola Tancredo de Almeida Neves entre 1992 a 1994 possuía laboratório de contabilidade e os professores dessas áreas trabalhavam

[...] dentro das limitações que cada um (professor) tinha, eles tinham uma responsabilidade muito grande com a gente, eles sempre trouxeram coisas novas, coisas que a gente precisava para o dia a dia, funcionava, não sei se mais para frente vai perguntar, mas funcionava o nosso laboratório, nós tínhamos laboratório de contabilidade e ele funcionava, os professores eram bem responsáveis com aquilo que eles tinham proposto para gente. (Isabel, 28/05/2021)

Com a centralização dos cursos técnicos em 1994, foi transferido para a Escola Cândido Portinari e lá continuou o laboratório, “Sim. Nós tínhamos laboratório lá” [Cândido Portinari]. (Isabel, 28/05/2021).

Figura 52: Exemplo de Documentos desenvolvidos durante o Estágio

The image shows a collection of official documents from the Brazilian government, specifically from the Ministry of Industry and Commerce (Ministério da Indústria e do Comércio). The documents include:

- Registro de Emprego** (Employment Record): A form with fields for personal data, employment details, and a section for the employer's signature.
- Contrato de Constituição de Sociedade** (Partnership Agreement): A document detailing the formation of a company, including the names of the partners, their shares, and the company's purpose.
- Formulários de Registro de Comércio** (Commercial Registration Forms): Multiple forms with various sections for registration, including fields for the company's name, address, and capital.

The documents are filled out with handwritten and typed information, including names, addresses, and dates. Some documents have official stamps and signatures.

Fonte: André (21.07.2021).

Em contraposição aos documentos registrados por fotografia, ofício e matérias em jornais, os entrevistados destacam que não havia um escritório modelo, “Não. Não tinha laboratório de contabilidade. Era só teoria. Fazíamos os lançamentos contábeis no caderno mesmo” (Mateus, 27/07/2021) outro ainda declara que “Estava começando a chegar, nenhuma escola tinha laboratório” (Débora, 13/03/2021).

Nessa ideia de contradição, Le Goff (2003) descreve que “[...], não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” (Le Goff, 2003, p.538). E destaca que “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (Le Goff, 2003, p. 538). Assim, como descreve Le Goff, precisamos entender o momento/período que cada entrevistado estava vivendo, dentro da história, bem como as experiências de cada um.

Então, o entrevistado Pedro estava na última turma de contabilidade e ressalta que:

A gente tinha o livro, então, por exemplo, a gente tinha um caderno, grosso, preto [...] que tinha lá para você aprender o preenchimento DARE, preenchimento do contrato, preenchimento no DARF, da nota fiscal, do balancete, do razonete¹⁴, do livro diário, entende? Então nós tínhamos esses. (Pedro, 31/03/2021).

O entrevistado Pedro ainda destaca sobre as aulas de estágio, mencionando que:

Dentro da sala de aula. Exatamente. A gente não saía dali a gente não se envolvia com outros profissionais, eram os profissionais que nós tínhamos ali dentro. Então o professor passava, demonstrava o preenchimento, a gente tinha um modelo, a gente pegava um DARF, um diário, por exemplo, preenchia o diário e guardava tudo nesse livro, no final do curso então, no final do ano apresentava esse material e éramos avaliados pela organização. (Pedro, 31/03/2021).

Já o entrevistado André, fez parte da transição de uma escola para outra, comenta que “[...] um conteúdo de contabilidade que tínhamos que preencher uns formulários e esses formulários eles já existiam para comprar. E esse formulário, se não me engano, eles tinham alguma coisa sobre débito, crédito [...]” (Figura 53) (André, 21/07/2021).

¹⁴ O Razonete nada mais é que um Razão Simplificado. É de grande utilidade no ensino da Contabilidade, pois, através dele, é possível controlar o movimento de todas as contas utilizadas na escrituração de maneira bem simplificada. Sendo assim, para controlar o movimento das contas, em substituição ao livro Razão, didaticamente podemos utilizar gráficos em T, em número igual ao de contas existentes na escrituração. (Ribeiro, p. 143, 1997). O Razão é um livro de grande utilidade para a Contabilidade porque registra todas as contas, toda a movimentação da empresa. (Ribeiro, p. 85, 1997).

É uma representação gráfica em forma de T bastante utilizada pelos contadores. É um instrumento didático para desenvolver o raciocínio contábil. Através do razonete são feitos os registros individuais. (Marion, p. 145, 2009).

Figura 53: Livro Diário desenvolvido no Estágio em Técnico em Contabilidade.

[illegible][illegible]

Fonte: André (21/07/2021)

Destaca-se que, inicialmente, a ideia da centralização foi pensada somente para o município de Rolim de Moura, como forma de projeto piloto, sendo chamado de “*reorganização do ensino*” Costa Filho (03/12/2020) e, caso aprovado com resultado positivo, ocorreria a implantação em outros municípios.

A centralização foi exclusiva para Rolim de Moura, então não foi feito para outras cidades. Foi exclusivo de Rolim de Moura depois de Rolim de Moura o Estado já se encarregou de fazer. A minha parte e era como pesquisador foi mostrar que funcionava. E eles pegaram a ideia e mandaram para outras cidades, mas a priori foi isso. (Costa Filho, 03/12/2020)

O período esperado para verificação dos resultados da centralização demorou em média três anos, isto é, “*demorou primeiro uma turma se formar*” (Costa Filho, 03/12/2020) porque, inicialmente, “*achava que era só uma multidão*” (Costa Filho, 03/12/2020). Após a aprovação, a implantação aconteceu em outras escolas “*tanto é que até hoje, a Escola Aurélio Buarque de Holanda é uma escola exclusiva de Ensino Médio, a escola de Nova Brasilândia ainda é dessa época na centralização, exclusiva do ensino médio*” (Costa Filho, 03/12/2020).

Com a centralização sendo uma realidade em 1994, no ano seguinte foram desenvolvidos projetos para fins de capacitação das equipes envolvidas com o processo, como os professores, supervisores, o setor pedagógico, administrativo, entre outros.

Segundo Costa Filho (03/12/2020), a capacitação efetuada nas escolas teve a finalidade de habilitar os profissionais da “*supervisão, orientação, gestão, direção e professores*”; os projetos foram desenvolvidos em forma de minicursos, destinados a cada setor, sendo

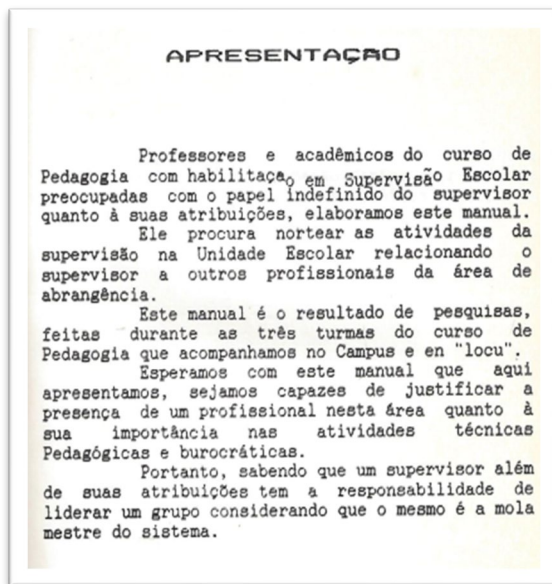
trabalhados em parceria com os alunos da Universidade Federal de Rondônia – UNIR,

[...] então no curso de prática de ensino da UNIR eu não queria mais aquele estágio observação, participação e Regência, eu queria diferente, então foi aí que nós começamos a ministrar cursos, então eu juntava os alunos por cidades e a gente começou a iniciar uma formação continuada que a gente não sabia que era formação continuada bem na verdade, mas era. [...] nós não chamávamos de treinamento, mas nós chamávamos de curso de atualização pedagógica, [...].
(Costa Filho, 03/12/2020)

Para os cursos, foram desenvolvidos manuais, como o Manual do supervisor (Figura 54) para auxiliar o acompanhamento do processo.

Figura 54: Curso de Treinamento – Manual do Supervisor





Fonte: Costa Filho (2020)

Assim, a implantação da centralização dos cursos técnicos no município realizou-se até o encerramento dos cursos profissionalizantes.

Diante do processo da centralização e desenvolvimento da Educação nos cursos técnicos implantados, a pesquisa teve como propósito analisar a forma de abordagem metodológica e os materiais utilizados no ensino da Matemática, o que apresentaremos no próximo capítulo intitulado “matemática nos cursos Técnicos em Contabilidade”.

3

MATEMÁTICA NOS CURSOS TÉCNICOS EM CONTABILIDADE

É evidente o quanto a Matemática se faz presente no dia a dia de muitas pessoas, pois é essencial ao desenvolvimento de diversas atividades, desde separar as quantidades corretas dos ingredientes que compõem uma receita até o desenvolvimento de cálculos mais complexos, como os utilizados na arquitetura. Assim, compreender os cálculos da matemática é tão importante quanto aprender a utilizá-los na prática.

Por que a matemática está presente em quase todos os anos no desenvolvimento educacional do estudante? A matemática é considerada como disciplina obrigatória, o que destaca o artigo 35 da Lei nº 4.024/1961, onde descreve que, no Ensino Médio, o Conselho Federal de Educação, deveria indicar as disciplinas, entre elas as obrigatórias.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias. (Lei nº 4.024/1961)

Nesse sentido, para definir quais são as disciplinas obrigatórias, Queiroz e Housome (2018, p. 7) destacam que, em 24 de abril de 1962, a Indicação s/n Art. 7º, apresentava a lista das disciplinas obrigatórias e optativas para o segundo grau (ensino médio).

Tal indicação trazia a lista de disciplinas obrigatórias para todos os sistemas do ensino médio secundário, bem como a lista de disciplinas complementares e optativas para o sistema federal de ensino, conforme a seguir:

- **Disciplinas obrigatórias** para o Ginásio e Colegial: Português (sete séries); História (seis séries); Geografia (cinco séries); **Matemática** (seis séries); Ciências (sob a forma de iniciação à Ciência, 2 séries, sob a forma de Ciências Físicas e Biológicas, 4 séries). O número de séries indicadas constitui o máximo, conforme Parágrafo único do Art. 1º.
- Disciplinas complementares do sistema federal para o Ginásio e Colegial (Apenas uma das opções apresentadas): Desenho e Organização Social e Política Brasileira; Desenho e uma língua estrangeira moderna; Uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna; Ou duas línguas estrangeiras modernas, em ambos os ciclos; Uma língua estrangeira moderna e filosofia (no 2º ciclo) [...]. (Queiroz e Housome, 2018, p. 7, **grifo nosso**).

Diante da importância e, com a finalidade de construir uma interpretação histórica sobre o ensino de Matemática, no curso Técnico em Contabilidade, no período de 1986 a 1999, na cidade de Rolim de Moura/RO, a pesquisa contou com a entrevista de 02 (dois) ex-professores e 07 (sete) ex-alunos, considerando que a entrevista “apresenta maior flexibilidade” (Gil, 2002, p. 11).

Os nomes dos entrevistados foram trocados por nomes fictícios com a finalidade de resguardar-lhes a identidade.¹

Para as entrevistas, foram preparados roteiros contendo questionamentos, tendo como finalidade responder os objetivos propostos pela pesquisa.

Para a construção da pesquisa e, com a intenção de verificar conteúdos e formas do ensino da matemática, também contamos com materiais disponibilizados pelos entrevistados durante o processo.

Assim, além das entrevistas concedidas, contamos com 03 (três) livros de Matemática, cedidos pela Professora Mariana, 09 (nove) cadernos de planejamento de aulas (sendo 08 (oito) de matemática e 01 (um) de matemática financeira) disponibilizados pelo Professor João e o entrevistado André, colocou a disposição 04 (quatro) cadernos pessoais, utilizados no decorrer dos três anos, época em que esteve em formação no curso Técnico em Contabilidade, entre os anos de 1993 a 1995, além de avaliações e trabalhos desenvolvidos durante esse período.

Devido à importância da Matemática para o desenvolvimento na vida pessoal, profissional, os alunos e os professores entrevistados destacaram que essa disciplina está ligada a diversas situações desenvolvidas dentro e fora da sala de aula como “[...] outras áreas que são ligadas a matemática tipo física, [...] um professor que deixou assim, bastante conteúdo [...], a gente gostava de fazer os exercícios que ele passava, então, de certa forma matemática estava ligada em tudo o que a gente fazia” (Isabel, 28/05/2021). Outra resposta foi do entrevistado

¹ O Professor Mestre Nelson Ferreira da Costa Filho teve seu nome incluído no texto porque ele aceitou colaborar com nossa pesquisa e consentiu que seu nome fosse mencionado no estudo.

Mateus, que destacou que [...] *se você entender um pouco da matemática [...] terá cabeça mais aberta para outras coisas.* (Mateus, 27/07/2021). A Matemática ainda, nas palavras do entrevistado Pedro:

[...] Contribuiu, por exemplo, para quem trabalha na área de contabilidade, vou citar meu caso: como técnico contábil, na época, nós tínhamos os lançamentos contábeis na disciplina de contabilidade, [...]. Outras, não só da própria disciplina de contabilidade como também da disciplina de física, da disciplina de estatística, da contabilidade pública e contabilidade Rural, que [...] teve dentro do ano letivo [...]. (Pedro, 31/03/2021).

Já o entrevistado André respondeu sobre a importância da matemática, destacando que:

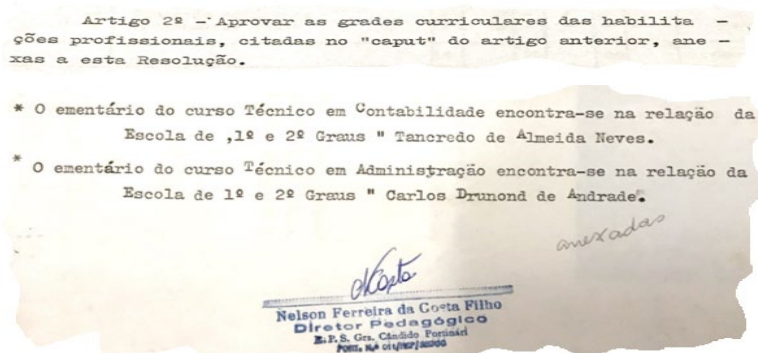
[...] não considero disciplina mais importante que a matemática não. A matemática [...] está em tudo [...] é a mais importante. [...] mas acredito que o indivíduo usa muito mais a lógica do que a propriamente a matemática. É a lógica e a física. A matemática, somou, dividiu, diminuiu, multiplicou, percentual, coeficiente. O resto, o resto vai bem, vai tranquilo. (André, 21/07/2021).

Diante das considerações sobre a importância da Matemática, analisamos e percebemos que, dentro do curso técnico em contabilidade, temos outras disciplinas relevantes, como as específicas do curso, dentre elas: a estatística e a matemática comercial e financeira.

A Matemática básica era ensinada, durante o primeiro ano do curso, de acordo com a grade curricular. A estatística, matemática comercial e financeira, no decorrer do segundo ano do curso técnico em contabilidade.

Quanto aos conteúdos da disciplina de Matemática, a Resolução nº 053/CEE/RO/94, que autorizou a centralização dos cursos técnicos (Figura 55), em seu art. 2º também aprovava as grades curriculares. (Figura 55)

Figura 55: Resolução nº 053/CEE/RO/94 – Art. 2º e Aprovação do Ementário do Curso Técnico em Contabilidade



Fonte: CEE/RO

Segundo o CEE/RO, a centralização foi aprovada com as ementas das escolas em que se encontravam antes da centralização e que para a matéria como matemática, foram utilizados os mesmos conteúdos programáticos (Figura 58) do curso técnico em administração.

[...] o currículo escrito, sob qualquer forma – cursos de estudo, manuais, roteiros ou resumos –, é um exemplo perfeito sobre invenção de tradição. Mas, como acontece com toda a tradição, não é algo pronto de uma vez por todas; é, algo a ser definido, onde, com o tempo, as modificações tendem a se construir e reconstruir sempre de novo. (Goodson, 2008, p. 78).

Os conteúdos programáticos (Figura 56) e os objetivos educacionais da disciplina de Matemática do 1º ano eram, segundo os anexos da Resolução nº 053/CEE/RO/94:

Figura 56: Conteúdos Programáticos de Matemática.

CONTEÚDOS	PROGRAMÁTICOS
- Matrizes - Determinantes - Sistemas Lineares - Teoria das probabilidades - Análise Combinatória	
OBJETIVOS	EDUCACIONAIS
MATEMÁTICA	
- Desenvolver e ativar o raciocínio para futuro desenvolvimento de idéias e trabalhos. - Conhecer e identificar as relações da matemática com o cotidiano, no emprego e na vida particular. - Adquirir desenvoltura para definir idéias de trabalho e identificação profissional. - Proporcionar compatibilidades entre os vários campos de trabalho que existe na região. - Revisão: Cálculos algébricos e numéricos, equações e sistemas de equação de 1º e 2º graus, potenciação e radiciação e feixe de paralelas. - Conjuntos, conjuntos numéricos e relações. - Funções: funções polinomiais de 1º e 2º graus, funções modulares, funções exponenciais e funções logarítmicas. - Progressões aritméticas e geométricas.	

Fonte: CEE/RO

No segundo ano, os alunos tinham em sua grade curricular a disciplina de Matemática Comercial e Financeira, com conteúdos programáticos e os objetivos educacionais (Figura 57), como descritos em anexo a Resolução nº 053/CEE/RO/94:

Figura 57: Conteúdos Programáticos de Matemática Comercial e Financeira.

CONTEÚDOS	PROGRAMÁTICOS
- Operações sobre mercadorias - Juros simples - Desconto simples - Juros compostos - Desconto composto - Taxas - Séries de pagamentos (renda) - Sistema de amortização de empréstimo - Apêndice - Moeda	
OBJETIVOS	EDUCACIONAIS
MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA =====	
OBJETIVOS GERAIS 1. Oferecer ao participante base necessária para acompanhar e se aprofundar no estudo de assuntos correlatos à área. 2. Desenvolver no aluno a capacidade para efetuar cálculos operacionais incluindo empréstimos, capitalização e amortização. 3. Capacitar o aluno para efetuar cálculos de taxas e descontos simples e compostos. 4. Ser capaz de distinguir e aplicar corretamente juros simples e compostos.	

Fonte: CEE/RO

Quanto aos conteúdos, os professores entrevistados, destacaram que na “*Matemática Financeira: Regime de capitalização, conceitos de juros, capital e taxas de juros, juros simples e compostos, acréscimos e descontos*” (Professora Mariana, 20/07/2021). Por parte dos alunos, durante a entrevista, verificamos sobre conteúdos e desenvolvimentos das aulas de Matemática.

Os entrevistados frisaram que estudaram conteúdos, como: matrizes e equação do segundo grau. Quando questionados sobre os conteúdos estudados, nas disciplinas de matemática, durante o curso,

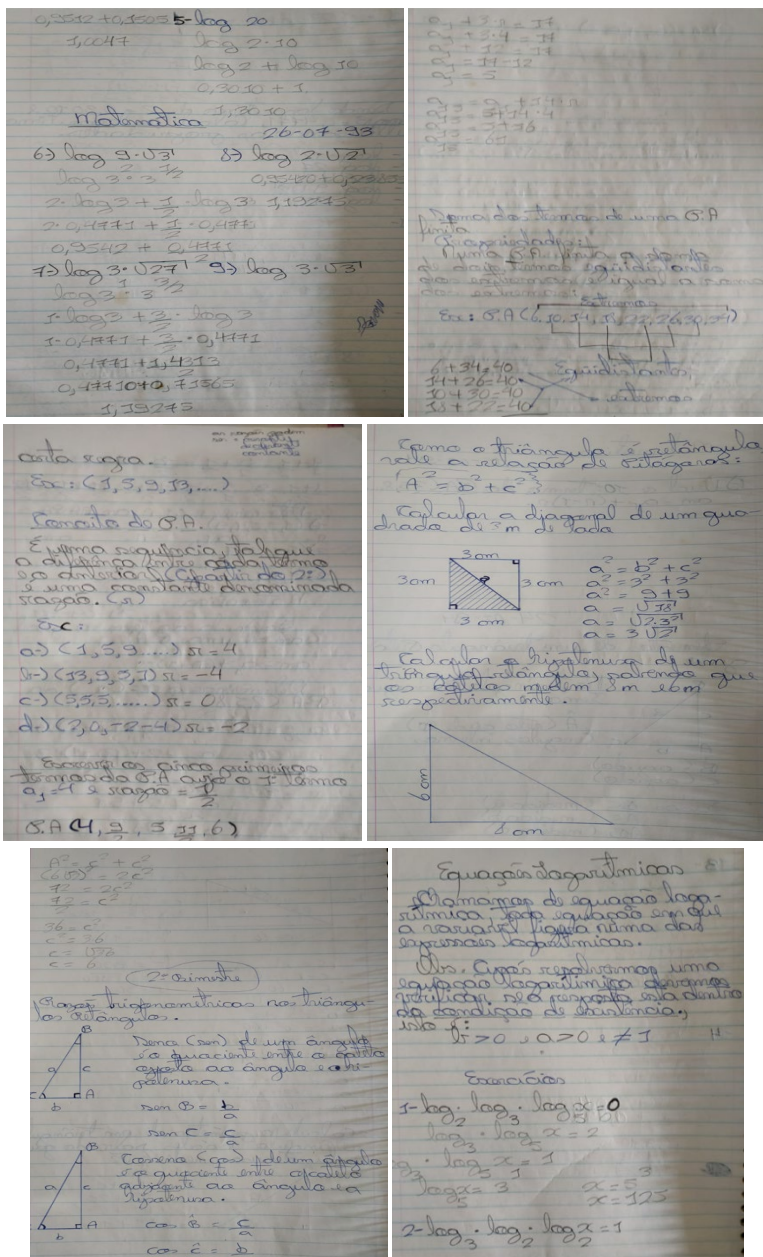
uma delas destacou que “Eu acho que matrizes [...] equação de segundo grau, [...]”. (Débora, 13/03/2021). Outro aluno relatou que:

[...] dentro da matemática [...], estudou muito algoritmo, muitas equações, equação de segundo grau, [...] a parte financeira, juros compostos, juros simples, [...] raiz quadrada, da área de contabilidade, [...] vimos custos, cálculos de custos baseados em contas de divisão, de fração [...]. (Pedro, 31/03/2021).

Outro pontua, ainda, que “Nós fazíamos muitas expressões, eu creio que todos aqueles [...] logaritmo, a gente viu logaritmo [...], ter contato com [...] PI, umas coisas assim [...]”. (Isabel, 28/05/2021). A resposta do entrevistado Tiago foi que “Eu lembro até hoje as equações do segundo grau sempre ficavam na memória [...]” (Tiago, 13/05/2021). Já o entrevistado Mateus, apresentou as seguintes considerações “Eu sou ruim [...] para lembrar esses nomes. Mas [...] matriz, equação do segundo grau [...]”. (Mateus, 27/07/2021). Ainda no se refere aos conteúdos, o entrevistado André, com auxílio de seu caderno da época, notei que destacou os conteúdos aprendidos durante o curso Técnico em Contabilidade:

Olhando em meu caderno (Figura 58), alguns conteúdos de matemática, matemática financeira, estatística, são estes: juros simples, juros compostos, montante, progressão aritmética, cosseno, tangente, relações trigonométricas, funções trigonométricas, Raiz quadrada, polinômios, matrizes, equação de segundo grau (Figura 56) (André, 21/07/2021).

Figura 58: Conteúdos de Matemática (Caderno ex-aluno)



Fonte: André (21/07/2021)

Mesmo diante das apresentações dos conteúdos programáticos, durante a entrevista, verificou-se que os professores não conseguiam passar todos os conteúdos relacionados na disciplina, sendo destacado que “Geralmente escolhíamos os conteúdos que eram [...] fundamentais para a série seguinte”. (Professora Mariana, 20/07/2021). O professor João, pontua que “[...], por exemplo, tem aquele assunto que não pode passar dele, tem que ser ensinado.” “Não tem como o aluno querer estudar matemática e não saber tabuada”. (Professor João, 08.05.2021), e ainda o Professor João destacou o motivo por não conseguir ministrar todas as aulas:

[...] não tinha o tempo, até porque matemática financeira eu não lembro se era uma ou duas aulas semanais. Poucas aulas e para começar matemática para aluno aprender vai devagarinho, não posso ir corrido. Ai os assuntos são muitos, então você tinha que selecionar os assuntos, e eram selecionados aqueles assuntos que sabíamos, “esse aqui ele vai precisar” [...] então priorizávamos. Era na base de priorizar os conteúdos mais necessários. (Professor João, 08.05.2021).

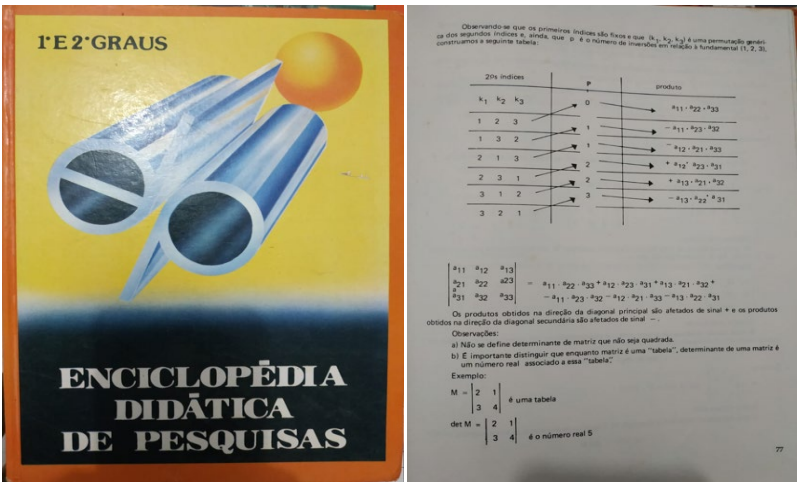
Diante da questão levantada pelo Professor João, quanto às dificuldades em entender os conteúdos de Matemática, foi mencionado pela entrevistada Débora, que “[...] eu digo que eu tive uma “discalculia”, [...] eu passei muito rápido pelo ensino tradicional então eu queimei todas as etapas da matemática, da aprendizagem adequada da matemática”. (Débora, 13/03/2021). A entrevistada, também, destacou sobre a origem da dificuldade em aprender matemática:

Eu não sei matemática, eu tenho uma dificuldade imensa, eu não aprendi matemática nem no fundamental I, nem do primeiro ao quinto ano, nem no primeiro grau, nem no segundo grau, eu não aprendi matemática. Eu fui

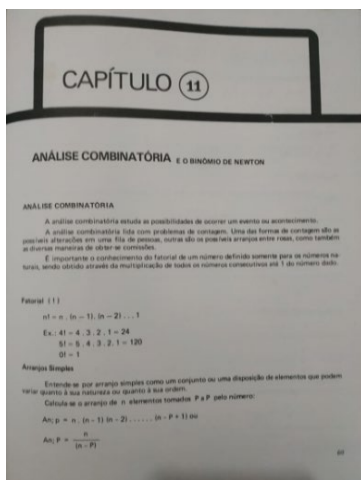
aprender matemática para vida, com o tempo, de acordo com as minhas necessidades. (Débora, 13/03/2021)

Perante as dificuldades encontradas, por alguns alunos, em aprender matemática ou até mesmo para dar seguimento aos estudos, encontramos alunos que compraram livros (Figura 59 e 60) para auxiliarem no processo de aprendizagem e, até mesmo, para ajudarem na preparação para a vida acadêmica. Na questão sobre a aprendizagem, Goodson (2008, p.155) destaca que podemos “considerar o aprendizado como sendo localizado na história de vida é compreender que o aprendizado é situado contextualmente que ele também tem uma história”.

Figura 59: Livros de apoio adquiridos pelos estudantes



Fonte: Tiago (13.05.2021)



Fonte: Tiago (13.05.2021)

Figura 60: Livros de apoio adquiridos pelos estudantes



Fonte: os autores (2021)

SUMÁRIO	
1	MATEMÁTICA
2	CONJUNTOS E SUBCONJUNTOS
3	POTÊNCIAS E RAÍZES
4	EQUAÇÕES
5	GEOMETRIA PLANA
6	ÂNGULOS
7	TEOREMAS
8	AS RELAÇÕES MÉTRICAS NO CÍRCULO
9	PLANO CARTESIANO
10	PROGRESSÕES ARITMÉTICAS
11	PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS
12	ANÁLISE COMBINATÓRIA
13	BINÔMIO DE NEWTON
14	DETERMINANTES
15	SISTEMAS LINEARES
16	NÚMEROS COMPLEXOS
17	POLINÔMIOS
18	TRIGONOMETRIA
19	GEOMETRIA ANALÍTICA
20	GEOMETRIA NO ESPAÇO
21	PIRÂMIDE

Fonte: os autores (2021)

Durante as entrevistas, com a intenção de verificar sobre as metodologias de ensino usadas pelos professores de Matemática, durante o curso Técnico de Contabilidade, questionamos quanto à forma de ensino utilizada durante as aulas.

Os alunos comentaram que os professores utilizavam as ferramentas disponíveis como quadro e giz, destacando que “[...] só quadro, não tinha outro, era só quadro, [...], não tínhamos outro meio de pesquisa”. (Débora, 13/03/2021). Já o entrevistado Tiago respondeu “[...] ele passava no quadro, aí logo ele já passava exercício, às vezes, desse exercício, ele passava um modelo, desse modelo, ele passava dez exercícios, aí então, desses dez exercícios, às vezes, a gente tinha dúvida em dois ou três, aí na hora ele [professor] explicava”. (Tiago, 13/05/2021). O entrevistado Pedro comentou que “[...] era diretamente no quadro”. (Pedro, 31/03/2021).

Já a professora Mariana, quando questionada sobre a utilização de materiais didáticos, destaca que *“Passava um resumo do conteúdo no quadro, (os alunos não tinham livros), alguns exemplos resolvia-os explicando, depois passava uma lista de exercícios para que resolvessem. Corrigia-os no quadro, alunos que tinham dúvidas perguntavam”* (Professora Mariana, 20/07/2021) e complementa, revelando que *“passava o conteúdo na lousa, teoria e exercícios”* (Professora Mariana, 20/07/2021).

Quanto às correções das atividades, alguns entrevistados apontaram que os professores, para conseguirem uma interação entre eles [professor e aluno] durante as correções das atividades, solicitavam que os alunos fossem ao quadro para desenvolverem algumas questões, *“[...] com certeza. Isso aí era normal”* (Tiago, 13/05/2021), Mateus respondeu que *“Às vezes, mandava alguém ir no quadro, fazer as tarefas no quadro, para os outros acompanharem, [...]”*. (Mateus, 27/07/2021) ou ainda alguns professores trabalhavam, às vezes, em grupo ou solicitavam auxílio de outros alunos, os quais tinham conseguido entender o conteúdo, como destaca o entrevistado Tiago *“Às vezes, nas dúvidas, [...], quem já aprendia um pouco mais rápido, já ia ajudando aqueles que ficavam para trás, auxiliando ali”*. (Tiago, 13/05/2021)

Diante dos fatos narrados, podemos notar as dificuldades dos professores em terem materiais didáticos e livros disponíveis para a preparação das aulas. Muitos dos materiais eram dos próprios professores, como os livros que embasavam os conteúdos, ensinados em sala, de acordo com os conteúdos programáticos.

Muitos dos livros (Figura 61) que os professores tinham eram recebidos das Editoras para a avaliação, ficando como fonte de pesquisa

para o professor, no auxílio para a preparação das aulas. “A escola não disponibilizava material, normalmente não possuía. Na época eu tinha um ou dois livros, cadernos que já haviam terminado com os outros professores para ajudar nas aulas e também criava atividades além dos livros”. (Professora Mariana, 20/07/2021). No que se refere aos livros, o professor João confirma que “As editoras mandavam amostras para [...] analisarmos e escolhermos o livro. Então [...] tínhamos bastante [...] livros”. (Professor João, 08.05.2021).

Quanto aos materiais didáticos, utilizados em sala, o professor destaca que “Os recursos eram o quadro negro, o giz, pouquíssimas coisas”. (Professor João, 08.05.2021), o professor ainda destacou que “Régua, Matemática tinha que fazer desenhos, eu comprava régua” ainda “os recursos didáticos que eu utilizava, eram aqueles que eu tinha por minha conta”. (Professor João, 08.05.2021).

Figura 61: Livros de Matemática – Professores



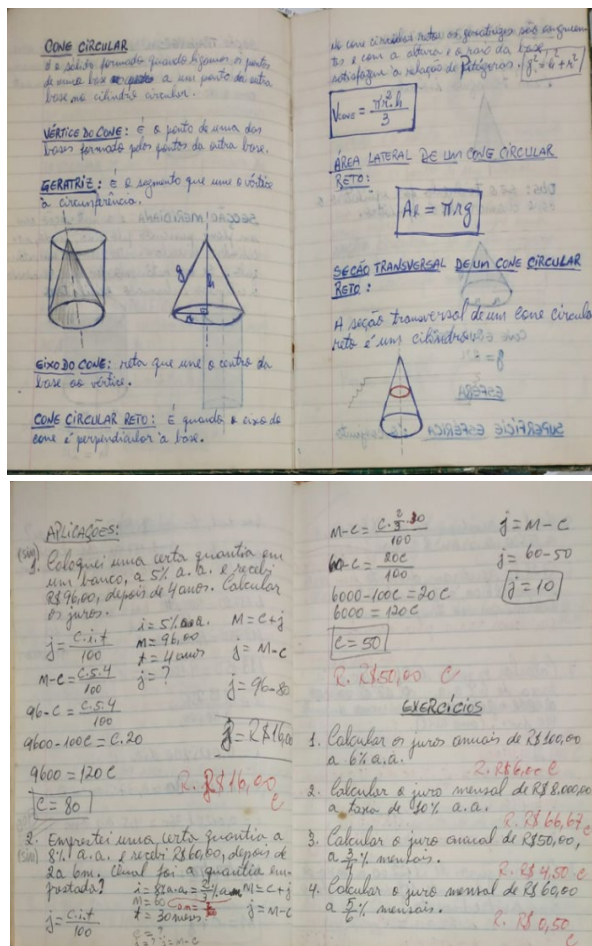


Fonte: Professora Mariana - (20/07/2021)

Como auxílio para os professores, os cadernos (Figura 62) também eram muito utilizados para a preparação de atividades, facilitando para o professor, isto é, ele não precisava levar todos os livros das séries ou aulas que iria ministrar no dia. “Eu pesquisava” “Eu pegava um livro e achava interessante e também os exercícios que tinham um raciocínio contínuo e faziam com que o aluno pensasse” (Professor João, 08.05.2021), o professor ainda acrescenta:

Você tinha que ter o decoreba. Mas tem aqueles exercícios que não dava sequência. Primeiro você tem que fazer isso, depois fazer aquilo [...] Entende, ele ajuda você a pensar. Então esses exercícios eram os que eu preferia. Eu pesquisava em outros livros, passava para o meu caderninho, porque senão tinha que levar um monte de livro para escola, então levava só o meu caderninho mesmo. (Professor João, 08.05.2021)

Figura 62: Caderno de Matemática – Professor



Fonte: Professor João (08.05.2021).

Diante da falta de recursos nas escolas, indagou-se sobre a forma de aplicação de atividades, trabalhos e das avaliações desenvolvidas pelos professores de Matemática.

Quanto à aplicação das avaliações, os alunos comentaram que o professor fazia a transcrição no quadro e os alunos copiavam e desenvolviam, para o professor efetuar as correções (Figura 63) ou, às

vezes, os professores faziam as provas mimeografadas (Figura 65), como descrevem alguns alunos e professores “era diretamente no quadro” (Pedro, 31/03/2021), outro entrevistado destacou que “as provas, [...] eram daquelas mimeografadas” (Mateus, 27/07/2021), já a entrevistada Isabel, fez a seguinte consideração “[...] às vezes, no quadro” outras vezes eram com “mimeógrafo”. (Isabel, 28/05/2021) e, por último, o entrevistado Mateus, relatou que “Era aquela uma de quebrar a cabeça mesmo. Ela tinha que ser resolvida ali no papel, na prática mesmo.” (Tiago, 13/05/2021).

Já os professores relatam que “se eu tivesse um tempo, num domingo folgado, eu fazia a prova mimeografada”. (Professor João, 08.05.2021). “[...] então na escola, eu fazia cola e eles passavam para mim depois. Ou então, eu passava no quadro”. (Professor João, 08.05.2021).

Figura 63: Avaliação Mimeografada e Avaliação escrita.

The image shows a handwritten page of mathematical work, likely a student's solution to a problem involving logarithms. The page is titled "7.3" in red ink at the top left. A large black rectangular redaction covers the top right portion of the page. The work includes several lines of logarithmic identities and calculations:

- At the top, there are some faint, partially obscured lines of text and a red "D" mark.
- Below the redaction, there are several lines of logarithmic identities:

$$1. \log_2 4 = 2 \quad 2. \log_2 8 = 3 \quad 3. \log_2 16 = 4$$

$$4. \log_2 32 = 5 \quad 5. \log_2 64 = 6 \quad 6. \log_2 128 = 7$$
- Below these, there is a line of text: "Dado: $\log_2 2 = 1, \log_2 4 = 2, \log_2 8 = 3, \log_2 16 = 4, \log_2 32 = 5, \log_2 64 = 6, \log_2 128 = 7$ na propriedade."
- Then, there are two lines of logarithmic identities:

$$1. \log_2 \frac{1}{2} = -1 \quad 2. \log_2 20$$
- Below these, there is a line of text: "Resolva as Equações:"
- Then, there are several lines of logarithmic equations:

$$1. \log_2 (x-2) = 0 \quad 2. \log_2 (x-2) = 2 \quad 3. \log_2 (x-2) = 4$$

$$4. \log_2 (x-2) = -4 \quad 5. \log_2 x = \log_2 (x-2) + \log_2 6$$
- Below these, there are several lines of algebraic manipulations:

$$1. \log_2 x = 0 \quad 2. \log_2 x = 2 \quad 3. \log_2 x = 4$$

$$x = 2^0 \quad x = 2^2 \quad x = 2^4$$

$$x = 1 \quad x = 4 \quad x = 16$$
- Below these, there are several lines of algebraic manipulations:

$$4. \log_2 (x-2) = -4 \quad 5. \log_2 x = \log_2 (x-2) + \log_2 6$$

$$x-2 = 2^{-4} \quad x = 2^{-4} + 2 \quad x = \frac{1}{16} + 2 \quad x = \frac{33}{16}$$
- At the bottom, there are several lines of numerical calculations:

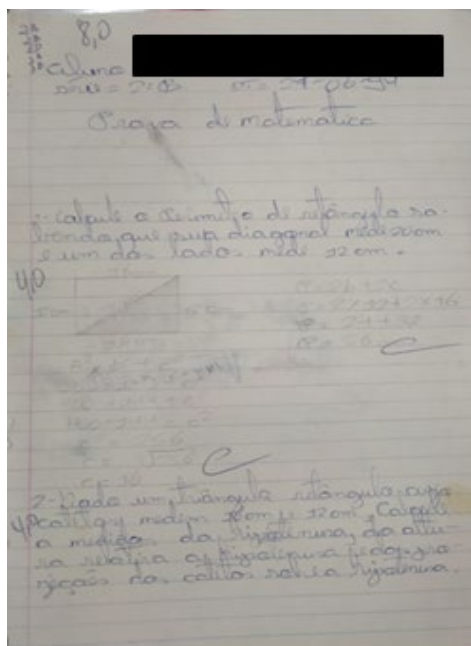
$$2. \log_2 3 + \log_2 10 = \log_2 30 + \log_2 33$$

$$2. \log_2 3 + \log_2 10 = \log_2 33$$

$$0.3342 + 0.3010 = 0.3333$$

$$1.2532 - 0.3333$$

$$0.2533$$



Fonte: André (21/07/2021)

Inicialmente, além da falta de recursos, os professores tinham outras situações para trabalharem, sendo a lotação das salas de aula. Como destacou o professor João “Os professores entravam em sala, muitas vezes com até 60 alunos, o que dificultava a movimentação dentro da sala” (Professor João, 08.05.2021), ele propagou ainda que “[...] naquela época eram 60 alunos em uma sala” (Professor João, 08.05.2021).

Quanto à dificuldade em sala de aula, algumas vezes por estarem lotadas e por falta de estrutura, o professor João descreveu que “Eu lembro quando lecionava [...] [escola Aluísio], era aluno em pé inclusive, [...] Não tinha nem cadeira, um calor [...], os ventiladores já quebrados, em alguns casos [...] eu ficava espremido entre os alunos e o quadro”. (Professor João, 08.05.2021).

Outro ponto questionado foi quanto ao tempo e o lugar para a preparação das aulas a serem ministradas, o preenchimento dos diários (Figura 64), e a preparação das avaliações. Os professores entrevistados mencionaram sobre a dificuldade e falta de espaço para as atividades como planejamento, destacando que “Na escola não tinha um ambiente especial (próprio) para planejamento”. (Professora Mariana, 20/07/2021), em confirmação sobre o espaço de planejamento, o professor João ressaltou, que “[...] tinha que corrigir prova e trazer [...] para corrigir em casa. Preencher livro de chamada [...], preparar aulas. Eu preparava em cada, sábado e domingo. Isso eu passei oito sábado e domingo preparando aulas”. (Professor João, 08.05.2021).

Figura 64: Modelo Diário de Classe



Fonte: Acervo Professor Raimundo Rufino dos Santos (2022).

Com a falta de recursos e materiais para os alunos e professores, a opção - como mencionado - eram o quadro e giz,

Passar no quadro e escrever, [...] achava melhor porque [...], o aluno tem que escrever. O aprender, a aprendizagem é um fenômeno que ocorre entre o

professor e o aluno. A dedicação do professor e o interesse do aluno. Aí ocorre o fenômeno da aprendizagem. E muita questão tem que pôr a mão na massa. Então escrevam, escrevam, escrever é importante. Leiam, aprendam a ler e interpretar. Não dava para fugir disso. (Professora Mariana, 20/07/2021)

Os professores buscavam tirar maior proveito possível, sendo uma delas, instigar a atenção dos alunos, fazendo-os desenvolverem suas habilidades,

Pensa comigo! E eu ia ao quadro e falava: Olhem aqui. Pensem comigo, eu estou pensando, [...] vocês têm que pensar também. E ia dando os passos do exercício para chegar no cálculo final. E olha, o que mudou para mim foi que eu desenhava mais no final, eu fazia mais desenhos, eu fazia mais gráficos, depois para deixar mais prático então eu mostrava no quadro. (Professora Mariana, 20/07/2021)

Os professores ainda procuravam ensinar a Matemática, utilizando exemplos do dia a dia dos alunos, buscando facilitar a compreensão, como relata a professora “[...] tentar passar para realidade, onde é aplicado isso, aquilo, [...]”. E, agora, então vamos aos exercícios. Aqui tá a fórmula, sem a fórmula não tem como calcular, chegar lá. E vamos resolver. Daí [...] resolvia dois, três exercícios”. (Professora Mariana, 20/07/2021).

Os esforços e a dedicação dos professores eram percebidos pelos alunos, quando questionados, lembraram-se sobre os esforços e as limitações como destaca “[...] dentro das limitações, [...], eles tinham uma responsabilidade muito grande com a gente, eles sempre trouxeram [...] coisas que a gente precisava para o dia a dia, funcionava [...]” (Isabel, 28/05/2021), destaca ainda que “[...] lembro muito do reforço [...], o nosso professor, ele ministrava reforço no sábado e, as salas enchiam [...]”. (Isabel,

28/05/2021). *“Então eles não queriam deixar falha de dúvidas, [...], eles, também, sempre se esforçavam. Ajudava e muito”* (Tiago, 13/05/2021).

O reforço era uma etapa do ensino que, a escola e os professores, utilizavam para auxiliarem os alunos que, por alguma dificuldade/motivo, não conseguiram atingir a média, como destacou o professor João *“o aluno que não atingisse a nota, precisaria de aulas de reforço. [...] Depois faziam uma nova prova. [...] para atingir a média. Caso não atingisse, fariam o exame”*. (Professor João, 08.05.2021).

O aluno era acompanhado e avaliado durante todo o ano letivo, pois caso fosse necessário, faria o chamado reforço. Os professores de Matemática entrevistados mencionam que utilizavam a participação, frequência e atividades desenvolvidas em sala e em casa, além da avaliação bimestral.

O professor João esclarece que para avaliação levava em conta *“A participação do aluno, o trabalho que deveriam realizar em casa, se faziam, ou não faziam, os exercícios, a frequência escolar e, por último, uma avaliação específica. [...] os alunos deveriam demonstrar o que sabiam. Mas era difícil, pois existia a colinha [...] (Risadas)”*. (Professor João, 08.05.2021). A professora Mariana descreveu que a avaliação era uma *“Prova Bimestral, normalmente era uma prova valendo dez”* (Professora Mariana, 20/07/2021).

Outro ponto questionado, junto aos professores entrevistados, foi sobre a formação de cursos pedagógicos. Com eram as formações, quem preparava? O professor João destacou que,

[...] curso pedagógico, às vezes [...] pediam para o professor de matemática trabalhar duas horas sobre um assunto da disciplina, e o professor fazia, e assim o professor de português, professor de história, todos preparavam algo da disciplina para trabalhar com os colegas, na tentativa de fazer a socialização entre as disciplinas e professores. (Professor João, 08.05.2021)

O professor João, também, pontuou sobre a forma escolhida para a formação pedagógica, descrevendo que “A ideia era boa, mas faltava apoio do próprio Estado e o curso não era obrigatório”. (Professor João, 08.05.2021) então, muitos professores da época não participavam dos cursos preparados pelas escolas.

Os cursos e as atividades pedagógicas eram preparados pela “orientação e a supervisão” (Professor João, 08.05.2021), de cada escola, e os professores que ministravam aula, em mais de uma escola, eram convidados a participar de todas, visto que cada escola preparava a sua reunião pedagógica.

Assim, se o professor ministrava aula em três escolas, era convidado a participar de todas as reuniões, mas, nem sempre isso acontecia, destacou o professor João “[...] então, ocorria o seguinte: eu falava com eles, [...], então eu participava do curso pedagógico na escola em que eu tinha mais aulas”. (Professor João, 08.05.2021).

Além das reuniões pedagógicas, os professores também participavam dos conselhos de classe e reuniões com os pais dos alunos. Os alunos do segundo grau que já eram maiores de idade participavam: “Era uma reunião geral, com todos os pais, com todas as séries e cursos”. (Professor João, 08.05.2021). As reuniões ocorriam nas escolas e como participavam muitos pais e responsáveis, aconteciam no pátio da escola

“Os pais se reuniam no pátio da escola. O diretor fazia uma explanação de tudo que havia acontecido em determinado período, de positivo e também dos pontos negativos”. (Professora Mariana, 20/07/2021).

E, durante o ano, também acontecia a reunião com os pais e responsáveis pelo aluno; nessa reunião, aconteciam os comunicados que eram para conhecimento de todos e após os comentários, tinha a reunião individual com o pai de cada aluno. Caso os pais ou responsáveis tivessem a necessidade de saberem o desenvolvimento de seus filhos, então, *“cada professor ficava em uma sala e os pais que quisessem conversar com aquele professor iam até a sala em que ele se encontrava. A gente ia para sala e, a partir daí, conversava com os pais sobre os alunos”.* (Professor João, 08.05.2021).

Quanto à preocupação dos pais com o desenvolvimento dos alunos, a professora Mariana cometa que:

Após a fala do diretor, os pais, caso quisessem, falavam com os professores sobre seus filhos, perguntavam sobre comportamento, notas, [...] alguns falavam sobre reclamações dos filhos sobre explicação [professores], que muitos não entendiam o que [...] explicavam. Tinha fila para falar com os professores de matemática, sempre a maior de todas. (Professora Mariana, 20/07/2021)

Em relação ao Conselho de classe, eram “bimestrais” (Professora Mariana, 20/07/2021) e o professor João expressou que “[...] o Conselho de classe eram bimestral e os assuntos dos conselhos de classe eram: Faltas do aluno, dificuldades do aluno, evasão escolar, essas coisas” (Professor João, 08.05.2021).

Assim, encerra-se uma das possibilidades de história desenvolvida por meio de vestígios encontrados sobre o ensino da Matemática nos

cursos Técnicos em Contabilidade, no município de Rolim de Moura/RO, entre os anos de 1986 a 1999/2000. Nesse sentido, passamos para as considerações finais onde apresentaremos uma síntese dos resultados alcançados e metodologias utilizadas durante o processo de evolução da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi construir uma interpretação histórica sobre o ensino de Matemática no curso Técnico em Contabilidade entre os anos de 1986 a 1999 na cidade de Rolim de Moura/RO, procurando analisar elementos históricos sobre a implantação dos cursos técnicos em duas escolas E.E.E.F.M. Tancredo de Almeida Neves e E.E.E.F.M. Cândido Portinari, além de conhecer os materiais e as abordagens metodológicas utilizadas pelos professores.

Diante dos objetivos, a pesquisa foi intitulada como "Ensino de Matemática nos Cursos Técnicos de Contabilidade em Rolim de Moura (1986-1999)".

Inicialmente, para o desenvolvimento da pesquisa, fora necessário a construção do projeto, delineando as metodologias, as formas de pesquisa (documental e entrevistas), quantidade de entrevistados, questionário e o foco da pesquisa, passando pela aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP.

Com o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se a dificuldade em encontrar e reunir documentos acerca do processo de implantação e evolução do ensino da Matemática, no período de 1986 até 1999, direcionado aos cursos técnicos, no município de Rolim de Moura/RO, sendo necessário "garimpar" em jornais e revistas, que continham alguns vestígios sobre o assunto pesquisado.

Para compor o grupo de documentos, foram efetuadas 09 (nove) entrevistas: 02 (dois) ex-professores, 07 (sete) ex-alunos e o Professor Nelson os quais foram selecionados por meio do “critério de rede”. (Gattaz, 1996). As autorizações para as entrevistas foram efetuada por escrito e, ao término, permitiram sua transcrição, tornando-as fonte de pesquisa.

Assim, para alcançarmos os objetivos mencionados, buscamos relacionar os documentos encontrados como Resoluções, Decretos, Leis, Portarias, fotos, cadernos de (professores e alunos), livros de matemática, livros contendo a história de Rolim de Moura/RO, os poucos artigos e dissertações sobre a Educação do município e, por último, as entrevistas.

Como base teórica utilizamos Dominique Julia (2001) e Viñao Frago (2007) para fundamentar a pesquisa sobre cultura e culturas escolares, Jacques Le Goff (1990; 2003) para os documentos escolares, Andréa Dalcin (2018) para análise de fotografias, Ivor Goodson (1997; 2008) para discutir currículo e outros que se fizeram necessários para embasamento da pesquisa.

Dessa forma, utilizando-nos do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), crítica dos documentos de Marc Bloch (2001) e da triangulação dos dados de Mathison (1988), construímos a nossa interpretação histórica sobre o ensino da Matemática nos Cursos Técnicos em Contabilidade no município de Rolim de Moura/RO.

Para chegarmos ao estudo da Matemática nos cursos técnicos, iniciamos com a construção de informações sobre a criação, implantação e desenvolvimento da cidade e da Educação no município,

verificando que o desenvolvimento foi muito rápido devido à chegada de diversas pessoas de vários lugares do Brasil como Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e outros que entraram nessa empreitada.

Com o crescimento, a população sentiu a necessidade do desenvolvimento da Educação, iniciando a construção de "escolas provisórias", passando, posteriormente, ao Estado a responsabilidade de construção de escolas e contratação dos professores.

Com dificuldades para encontrarem profissionais, o Estado de Rondônia (ainda Território Federal de Rondônia) implantou nos municípios, os cursos técnicos, visto que em todo o Brasil, por meio da Lei nº 4.024 de 1961, os cursos técnicos em nível de 2º grau eram obrigatórios.

Nesse intervalo, Rolim de Moura, ainda ligada ao município de Cacoal, dependia de profissionais enviados por município e contratados pelo Governo Federal, passando, posteriormente para o Estado de Rondônia.

Por não terem profissionais para atuarem em nível de 2º grau, os que aqui chegavam, eram contratados de imediato, sem a necessidade de um concurso público. Consequentemente, o Estado lançou concursos para a área da Educação, principalmente, para a Região Nordeste, onde também realizaram parcerias para trazerem profissionais. Ocorreu que, muitos destes profissionais, de outros estados, não se adaptar-am e retornaram aos seus Estados de origem.

No município de Rolim de Moura/RO, os cursos técnicos eram distribuídos entre as E.E.E.F.M. Tancredo de Almeida Neves, E.E.E.F.M.

Cândido Portinari, E.E.E.F.M. Carlos Drummond de Andrade, E.E.E.F.M. Aluísio Ferreira da Silva e, devido a falta de profissionais, os poucos com habilitação profissional, como formação em Matemática, eram lotados em diversas escolas, tornando um tanto cansativo para os professores.

Outro ponto que merece destaque foi que alguns alunos faziam a opção pelo curso técnico, implantado na escola próxima à sua casa, por ser mais cômodo por também facilitar a locomoção.

Pontua-se também, sobre a importância do ensino técnico para o desenvolvimento econômico, social e educacional para o Estado de Rondônia e para o município de Rolim de Moura/RO, visto que muitos profissionais formados naquela época estão atuando na sociedade. Assim, durante o período em que os cursos técnicos estiveram implantados no município de Rolim de Moura/RO, pesquisamos sobre um fator importante para a Educação: a centralização dos cursos técnicos, idealizada, desenvolvida e aplicada, em 1994 até 1999/2000, quando a formação dos alunos remanescentes dos cursos técnicos, visto que a Lei nº 9.394/1996 tirava a obrigatoriedade dos cursos técnicos vinculados ao 2º grau.

Já em relação à repercussão, tanto para o professor como para o aluno, acerca do processo de centralização dos cursos técnicos no município de Rolim de Moura, dentre os entrevistados, verificou-se que alguns entenderam que o processo de centralização contribuiu para a reunião dos profissionais formados para atuarem no ensino de 2º grau, de modo que a qualidade do aprendizado evoluiu.

Mas as dificuldades encontradas entre os ex-alunos entrevistados e os ex-professores resumiram-se: à distância (ausência de transporte)

e a frequente falta de energia, o que levava a interrupção das aulas, prejudicando o ensino.

Sobre ensinar Matemática, os professores relataram a enorme dificuldade em encontrarem materiais didáticos e livros. Inicialmente, os poucos disponíveis, eram os enviados pelas editoras como amostra, e que posteriormente, tornaram-se um acervo importante para pesquisa e preparação das aulas. Quanto aos materiais didáticos utilizados pelos professores para auxílio nas aulas de matemática, naquela época, eram os recursos adquiridos ou produzidos por eles.

No que se refere à forma de atuação em sala por parte dos professores e a utilização de dos recursos disponíveis, os entrevistados destacaram que, na sua grande maioria, as aulas eram ministradas com o auxílio dos recursos disponíveis, isto é, quadro e giz. Quanto às avaliações, eram aplicadas de forma bimestral, utilizando como recursos a lousa e, algumas vezes, as avaliações mimeografadas. A maioria dos professores preferiam descrever as avaliações no quadro, devido à facilidade de aplicação, pois as avaliações mimeografadas demandavam tempo de preparação e tempo para as escolas multiplicarem as avaliações.

Quanto à importância da pesquisa, é relevante destacar que contribuirá para o acervo histórico do ensino da Matemática no município de Rolim de Moura/RO, visto os poucos estudos e materiais sobre o assunto abordado.

A pesquisa apresentada refere-se à pesquisa de mestrado sobre o ensino da Matemática no curso Técnico em Contabilidade. Durante a busca, foi possível mostrar diversos assuntos que estão relacionados à

pesquisa, como a formação dos professores, a reestruturação da educação, a centralização do ensino, a importância do ensino profissionalizante para o crescimento social, econômico e profissional no início e no desenvolvimento do município de Rolim de Moura/RO.

No entanto, por ser um tema de grande importância em aspecto educacional e social, fazem-se necessárias mais pesquisas que possam elucidar outros pontos ainda incipientes relacionados ao tema. E, como perspectiva de trabalhos futuros, estudos como o ensino de Matemática nos outros cursos técnicos, preparação dos professores para atuarem na educação profissional, reflexos do ensino profissionalizante na Educação e no município de Rolim de Moura, ou até mesmo a evolução do ensino da Matemática e a preparação dos professores em aspectos diferentes das pesquisas já efetuadas como Carneiro (2008), Freitas (2019) e Souza (2019) no município de Rolim de Moura.

REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.241, de 22 de Agosto de 1927.** Crêa o ensino profissional obrigatório nas escolas primarias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em 21.09.2021 às 20h39min.

_____. **Decreto nº 61.843, de 05 de dezembro de 1967.** Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dá outras providências. Disponível http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/decreto/1950-1969/D61843.htm. Acesso em: 15/12/2021 às 05h10min

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Crêa nas capitaes dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito.

Diário Oficial - 26/9/1909, Página 6975 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/08/2021 às 15h12min.

_____. **Decreto nº 9.070, de 25 de Outubro de 1911.** Dá novo regulamento ás escolas de aprendizes artífices. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0124rrwvdfae5dkmvg1j0wfmj41369512.node0?codteor=301564&filename=LegislacaoCitada+-INC+5067/2005. Acesso em 11/08/2021 em 15h24min.

_____. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12/08/2021 em 17h04min.

_____. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12/08/2021 às 21h15min.

_____. **Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.** Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm Acesso em 20/12/2021 às 21h19min.

_____. **Decreto nº 60.731, de 19 de Maio de 1967.** Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-norma-pe.html>. Acesso em 10/08/2021 às 16h49min

_____. **Decreto nº 93.613, de 21 de Novembro de 1986.** Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d93613.htm. Acesso em 30/08/2021. 21h13min

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de Abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em 08/11/2021 às 23h03min.

_____. **Lei nº 3.384, de 28 de abril de 1958.** Dá nova denominação à profissão de guarda-livros. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3384.htm. Acesso em 20/12/2021 às 21h39min

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso 04.01.2022 às 07h38min.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm Acesso 21/09/2021 às 20h38min

Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em 20/09/2021 às 19h31.

Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm. Acesso em 21/09/2021 às 16h29.

Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em 08/11/2021 às 23h01min.

Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm Acesso em 21/12/2021 às 21h43min.

Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm Acesso em 21/12/2021 às 22h10min.

Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso 21/12/2021 às 23h54min.

Lei Complementar nº 41 de 22 de dezembro de 1981. Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp41.htm. Acesso em 21/09/2021 às 09h30min.

Débora. Entrevista I. [13 mar. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (01:01:08 min).

Pedro. Entrevista II. [31 mar. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (38:21 min).

Isabel. Entrevista VI. [28 mai. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (45:58 min).

Tiago. Entrevista III. [13 mai. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (35:12 min).

André. Entrevista VI. [21 jul. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (01:24:32 min).

Mateus. Entrevista VII. [27 jul. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (35:47 min).

Ester. Entrevista V. [01 jul. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. Arquivo. mp4 (19:31 min).

Professora Mariana. [20 jul. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (28:02 min).

Professor João. [05 ago. 2021]. Entrevistadora: Diana Claudia Freire. Rolim de Moura/Rondônia, 2021. 1 arquivo. arquivo. mp4 (01:24:32 min).

HISTÓRIA DA ESCOLA. **Escola Cândido Portinari**. 1990. Acervo da Escola 2021.

PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR. Escola Cândido Portinari. 2020

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Tancredo de Almeida Neves. 2019.

RONDÔNIA. **Decreto-Lei nº 007, de 31 de dezembro de 1981**. Institui os Símbolos Estaduais e dá outras providências. Disponível em http://www.pm.ro.gov.br/images/legislativo/decllei/DL_N_007-1981-Institui_os_Simbolos_Estaduais.docx. Acesso em 03/01/2022 às 10h36min

_____. **Decreto-Lei nº 071 de 05/08/1983**. Disponível file:///D:/Diana/Desktop/MESTRADO/MESTRADO/DL71%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rolim%20de%20Moura.pdf. Acesso em 13/06/2020 as 08h32min.

_____. **Instrução Normativa nº 02/98 GAB/DESEDUC-RO.** Coodenadoria Regional de Educação – CRE. Rolim de Moura. 14/07/2021

_____. **Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.** Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp41.htm. Acesso em 21/09/2021 as 09h30min.

_____. **Ofício nº 224/EPSTG.A.N** - 05/10/1993. Solicitação do Escritório Modelo – Escola Tancredo de Almeida Neves. Acevo da escola 2020

_____. **Parecer nº 036/CEE/RO.** Aprova a Centralização dos Cursos Técnicos em Rolim de Moura. 1994. Conselho Estadual de Educação de Rondônia. 28/09/2021.

_____. **Resolução nº 053/CEE/RO/94.** Autorização para transferência e Funcionamento dos Cursos Técnicos no município de Rolim de Moura. Visita *in loco*. Porto Velho. 28.09.2021.

_____. **Resolução nº 362 de 24 de março de 2008.** Estabelece normas para arquivamento e eliminação de documentos escolares de instituições do Sistema Estadual de Ensino de Rondônia. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/cleicey/RESOLUO_n_362_08-CEE-RO_arquivamento_e_elimina_de_doc_escol-e-2_via.pdf. Acesso em 20/12/2021 as 09h52min.

SANTOS. Raimundo Rufino dos, **Diários.** Professor da Rede Estadual de Ensino. 12/02/2022.

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

ALBUQUERQUE. Marlos Gomes de, **Da Formação Polivalente ao Movimento da Educação Matemática:** uma trajetória histórica da Formação de Professores de Matemática na Universidade Federal de Rondônia em Ji-Paraná (1988-2012). Dissertação de Mestrado. Disponível em: <file:///D:/Diana/Downloads/1%20Tese%20Marlos.pdf>. Acesso em 24/09/2021 às 21h50min.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

ARAÚJO. Johny Santana de, **Os Caminhos da Interação entre História, Historiografia e Teoria. Revista de Teoria da História** Ano 7, Número 13, Abril/2015 Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <file:///C:/Users/Diana/Downloads/35125->

Texto%20do%20artigo-147671-1-10-20150422.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2020, às 19h06min.

BARROSO. João, **Cultura, Cultura Escolar, Cultura de Escola**. Vol. 1 - D26 - UNESP/UNIVESP -. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262?locale=pt_BR. Acesso em 24 de maio de 2020 às 10h34min.

BELTRÃO, Tatiana. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971** - 03/03/2017 - atualizado em 27/09/2017. AGÊNCIA SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em 16/10/2021 às 10h37min.

BETTIOL. Dirceu, **Memorial**. Entre Florestas e rios: 30 anos da Pedagogia no Vale do Guaporé. Pedagogia Departamento de Educação Campus Rolim de Moura - Material elaborado pela Comissão Nomeada pela Ordem de Serviço nº 02/2019/DEPED/RM/UNIR. 25 de fevereiro de 2019.

_____, Dirceu. **Rolim de Moura, Ontem**. OLIVEIRA, Ovídio Amélio de Evolução Histórica e Geográfica de Rolim de Moura. Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda. 1º ed. Julho de 2001.

BLOCH. Marc Leopold Benjamim, **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Apresentação à edição brasileira, Lília Moritz Schwarcz; tradução, André Telles, - Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2001.

BORGES, Célio José. **Professores Leigos em Rondônia: Entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente – um estudo de caso – O PROHACAP**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara Orientadora. 2011. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101564/borges_cj_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 03/08/2021 as 06h49min.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografias**. História & Reflexões. Belo Horizonte. Autêntica. 2003; 126 p

BORGES. Vilmar José, e BORGES. Jullizze Maia, **Potencialidades da História Oral na Pesquisa e na Forma (ação) do Docente: percurso metodológico**. *Revistas Teias*. V. 22, n. 64 Teias 20 anos. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/50659/37046>. Acesso em 13/12/2021 as 009h40min.

BRASIL. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil> Acesso em: 10/07/2021 as 10h09min.

_____. MEC – Ministério da Educação. **Educação Profissional. Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Secretaria de Educação Média e Tecnológica**. Brasília. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf> Acesso em 22//12/2021 23:03.

_____. MEC – Ministério da Educação. **Salto para o Futuro. Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/111-tv-mec-818951690/tv-escola-1440558247/13258-salto-para-o-futuro-sp-1346571866>. Acesso em 10/09/2021 às 21h54min

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CAMPITELI, Daire Jovina. **RONDÔNIA ESTADO – 1983**. São Paulo. LYMAC. 1983

CÂNOVAS. Raul, **Cocoloba uvifera**. Disponível em: <http://www.jardimcor.com/catalogo-de-especies/cocoloba-uvifera/>. Acesso em 26/04/2020 as 09h23min

CARNEIRO. Neri de Paula, **Educação em Rolim de Moura: das iniciativas privadas às ações públicas (1975-1983)**. 2008. Disponível em <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/bitstream/123456789/796/1/Neri%20de%20Paula%20Carneiro.pdf>. Acesso em 23.03.2020 às 06h39min.

CHERVEL, A. **Historia de lãs disciplinas escolares – reflexiones sobre um campo de investigación**. Revista de Educación, Madri, n. 295, p. 59-111, 1991.

COSTA FILHO. Nelson Ferreira da Costa, **Novos Rumos para o Ensino Médio em Rolim de Moura. Norte – Revista da Universidade Federal de Rondônia**. Campus de Rolim de Moura. Ano 2, nº 2, novembro de 1999, p. 61-70.

_____. Nelson Ferreira. Entrevista concedida a Diana Claudia Freire. Rolim de Moura, 03 de dezembro 2020.

DALCIN, Andréia. **Cotidiano e práticas salesianas no ensino de matemática entre 1885-1929 no Colégio Liceu Coração de Jesus de São Paulo: construindo uma história**.

Tese (Doutorado em Educação Matemática), Faculdade de Educação. UNICAMP, 2008.

DALCIN, Andréia, **História e Educação Matemática: Apontamentos para Pesquisas sobre a Cultura Escolar**. HISTEMAT – Revista de História da Educação Matemática Sociedade Brasileira de História da Matemática ISSN 2447-6447 HISTEMAT – ANO 4, N. 1, 2018.

ENGSTER, Ariel, **O futuro do técnico em contabilidade em xeque**. Jornal do Comércio. Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=162852> Acesso em 07/01/2022 às 06h43min.

EVANGELISTA, Cristiane Johann, **Percursos Formativos de Professores de Matemática em Rondônia**: de leigos a licenciados. Tese de Doutorado. Rio Claro - SP 2019. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Instituto de Geociências e Ciências Exatas Programa de Pós-graduação em Educação Matemática. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/181185>. Acessado em 22 de fevereiro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, Tia Não, cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Olhodagua, 1993.

FREITAS, Aláisie Ferreira dos Passos. **O ensino de matemática nos primeiros anos do ensino fundamental em Rolim de Moura (RO) (1996-2017)**. Dissertação. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. 2019.

G1. **Paxiúba**. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/flora/noticia/2015/03/paxiuba.html#:~:text=Esta%20palmeira%20%C3%A9%20conhecida%20tamb%C3%A9m,%C3%A9%20a%20floresta%20tropical%20%C3%BA mida>. Acesso em: 16/05/2020 às 10h29min.

GATTAZ, A.C. **Pensando a História Oral**. In GATTAZ, A.C. Braços da Resistência: uma história oral da emigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996.

GEERT, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 13ª reimpressão – Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, C. Sinais: **Raízes de um paradigma indiciário**. In: GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES. Francilete Viana, MAGALHÃES. Elisângela Bezerra, **Educação Profissional Técnica pós LDB 9394/1996: uma reflexão crítica**. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45033/3/2016_eve_fvgomes.pdf Acesso em 10/09/2021 às 22h39min.

GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. Janeiro de 1997. Educa. IAG – Artes Gráficas.

_____, Ivor F. **As Políticas de Currículo e de Escolarização: Abordagens Históricas**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOUVEIA NETO, Sérgio Candido de. **A matemática contábil: das lides comerciais para os cursos secundários técnicos e sua transformação em setor acadêmico no Brasil (1808-1970)**. 2015. 134 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/132140>> Acesso em 21/12/2021 às 21h46min.

HALBWACHS. Maurice. **A memória coletiva**. Tradução do original Francês (La Mémoire Collective, 2ª ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais Ltda. 1990.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Eletrônico. 2009.

JANUÁRIO. Maria Liriece, **Rolim de Moura: uma viagem no tempo. Rolim de Moura: D'press Editora e Gráfica Ltda. 2009.**

JORNAL ALTO MADEIRA. **BR-364 terá dois novos municípios**. 10 de julho de 1983. p. 03. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22rolim%20de%20moura%22&pagfis=35207> Acesso em 11/12/2021 as 03h38min

JORNAL ALTO MADEIRA. **Cacoal**. 01 de fevereiro de 1983 p. 11. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%2228%20e%2029%20de%20mar%c3%a7o%20de%201982%22&pagfis=33598> Acesso em 11/12/2021 as 02h54min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **Decreto Cria Municípios de Rolim de Moura e Cerejeiras**. Ano LXV, Nº 14.590, 05 de agosto de 1983. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&pagfis=35493>. Acesso em: 04/06/2021 às 10h48min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **Desafio**. Porto Velho, Ano LXVI, edição 14692, p. 09, 07 de junho de 1983. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>.

aspx?bib=060160&Pesq=%22a%20educa%c3%a7%c3%a3o%20%c3%a9%20um%22&pagfis=36905. Acesso em: 22/07/2020. As 21h35min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **Educação Rural**, Ano LXIV, Edição 13758, p. 03, 09 de junho de 1981, Porto Velho. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22a%20educa%c3%a7%c3%a3o%20%c3%a9%20um%22&pagfis=28477>. Acesso em: 22/07/2020. As 22h04min

JORNAL ALTO MADEIRA. **Educação vai Investir em Recuperação no Interior**. p. 03, 28 e 29 de março de 1982. Porto Velho. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%2228%20e%2029%20de%20mar%c3%a7o%20de%201982%22&pagfis=30878>. Acesso em 11/12/2021 as 02h21min

JORNAL ALTO MADEIRA. **Educação**: 36 mil Novas Vagas em 83. Porto Velho, 19 de fevereiro de 1983. Ano LXV, nº 14451. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&pagfis=33767>. Acesso em: 31/05/2020 10h55min

JORNAL ALTO MADEIRA. **IBGE apresenta Censo dos Municípios de RO**. p. 04, 21 de julho de 1983, Porto Velho. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22rolim%20de%20moura%22&pagfis=35334> Acesso em 11/12/2021 as 04h02min

JORNAL ALTO MADEIRA. **Informe JC**. P. 12, 04 de maio de 1983. Porto Velho. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%2204%20de%20maio%20de%201983%22&pagfis=34514> Acesso em 11/12/2021 as 03h24min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **Jornal do Advogado**. p. 09, 13 de agosto de 1981, Porto Velho. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22rolim%20de%20moura%22&pagfis=29009>. Acesso em 11/12/2021 as 01h20min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **Logos II vai beneficiar 48 mil alunos**. 08/08/2021, p. 08. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22PROFISSIONALIZANTE%22&pagfis=28972>. Acesso em 11/12/2021 as 00h57min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **Messias quer emancipação para Rolim de Moura**. 24 de março de 1983, p. 4. Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22rolim%20de%20moura%22&pagfis=34099> Acesso em 11/12/2021 as 03h16min

JORNAL ALTO MADEIRA. **Plebiscito será dia 3 em Rolim e Cerejeiras.** Ano LXV, nº 14.581; 26 de julho de 1983, p. 04. Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22rolim%20de%20moura%22&pagfis=35382> Acesso em 11/12/2021 às 04h20min

JORNAL ALTO MADEIRA. **Rolim Pede apoio de Amizael para ser município.** 18 de março de 1983 p. 04 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%2228%20e%2029%20de%20mar%c3%a7o%20de%201982%22&pagfis=34039> Acesso em 11/12/2021 às 03h08min

JORNAL ALTO MADEIRA. **Rondônia já tem 15 municípios.** Ano LXV Nº 14.591, 06/08/1983. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&pagfis=35505> Acesso em 04/06/2021 10h:52min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **Teixeira promete mais 2 municípios.** 18 de outubro de 1982, p. 03. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%2228%20e%2029%20de%20mar%c3%a7o%20de%201982%22&pagfis=32562> Acesso em 11/12/2021 às 02h39min.

JORNAL ALTO MADEIRA. **TRE: segunda sai a decisão do plebiscito.** 19 de julho de 1983. P. 04. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%2204%20de%20maio%20de%201983%22&pagfis=35310>. Acesso em 11/12/2021 às 03h44min

JORNAL DIÁRIO DA AMAZÔNIA. **Rolim de Moura comemora 36 anos de emancipação política.** Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/rolim-de-moura-comemora-36-anos-de-emancipacao-politica/>. Acesso em: 31/03/2020 às 17h27min.

JORNAL DIÁRIO DA AMAZÔNIA. **União pela UNIR.** Ano III – nº 848 – Porto Velho 17 de julho de 1996.

JORNAL O PERIÓDICO EDUCAÇÃO. **Educação e Preparação para o Trabalho.** Ano 02, edição 012, p. 03. 20 de julho de 1984. Porto Velho. Disponível em: <http://nimpi.ifro.edu.br/documents/3398/previsualizar/#> Acesso em 01/08/2021 às 15h57min.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador.** São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1985. 203 p. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1941/1680>. Acesso em: 02/08/2021 às 23h39min.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Trad. De Bernardo Leitão. Campinas: Ed Unicamp, 2003.

_____, Jacques. **História e memória**. Trad. De Bernardo Leitão. Campinas: Ed Unicamp, 1990. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 10/09/2021 às 24h39min.

LIMA. Abnael Machado, **Terras de Rondônia**: Geografia Física e Humana. Rio de Janeiro: 2ª ed. 1991.

LOPES. João Batista, **Os Cacaieiros Anônimos e a Conquista de Rondônia: Retalhos sobre a ocupação e a colonização da nossa região**. 2005.

LOPES. João Batista, **Rolim de Moura seus Pioneiros e Desbravadores. Álbum Histórico**. 2ª Ed. Paulu's Gráfica. Rolim de Moura. 1989.

MACHADO. Lucília Regina de Souza, Cidadania e Trabalho no Ensino de 2º Grau. **Em Aberto**, Brasília, ano 4, nº 28, out./dez 1984. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/> Acesso em 02/08/2021 às 22h18min.

MAFRA. Leila de Alvarenga; CAVALCANTI. Ednar de Carvalho, (Organizadoras). **Ensino Médio no Brasil**: ruptura do privilégio à conquista do direito. - Brasília: INEP, 1992.

136 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso 13/08/2021 às 19h23min.

MAPA ROLIM DE MOURA. Disponível em <https://guiarolim.com.br/IMG/MAPA-ROLIM.jpg> Acesso em 11/01/2021 às 16h48min.

MARION. José Carlos, **Contabilidade Básica**. 10 ed. São Paulo. Ed. Atlas. 2009.

MATHISON, S. **Why triangulate?** Educational Researcher, (1988). Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1174583>. Acesso em 11/01/2021 às 19h26min.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. **Histórias de leitura em narrativas de professoras: uma alternativa de formação**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 2000.

NÓVOA, Antônio. **Escola nova. A revista do Professor**. Ed. Abril. Ano. 2003, p. 23.

OLIVEIRA. Hellen Cristina Silva de, PACHECO. Marina Rute, **Reflexões sobre a estética sociológica: uma análise das paradas musicais**. v. 4, n. 1 (2019) p. 157-158. Anais do Sefim. Disponível em <http://www.ufrgs.br/sefim/ojs/index.php/sm/article/view/697>. Acesso em 23/12/2020 as 07h43min.

OLIVEIRA, José Lopes de. **Rondônia: Geopolítica e Estrutura Fundiária**. Porto Velho: Grafriel, 2010.

OSTI, A. **Dificuldades de aprendizagem, Afetividade e Representações Sociais: reflexões para a formação docente**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

PALITOT. Aleks. **A Colonização de Rondônia, terras de pioneiros**. Professor e Historiador. Disponível em <https://alekspalitot.com.br/a-colonizacao-de-rondonia-terras-de/> 29/03/2020. Acesso em 10h54min.

PATRO, Raquel. Caeté – **Heliconia Velloziana**. Disponível em: <https://www.jardineiro.net/plantas/caete-heliconia-velloziana.html>. Acesso em 26/04/2020 as 09h13min.

PAULA. Cátia Franciele Sanfelice de, **Trabalhadores e a Transformação das Relações Capitalistas em Rolim de Moura – RO (1970 – 2018)**.– Curitiba: Appris, 2019. 385 p. ebook.

PESOVENTO. Adriane. Professora Doutora da **Disciplina Profissionalização e Formação Docente**. No programa de Mestrado pós-graduação em Ensino de Ciências da Natureza (PPGECN), no período de 05/10/2020 a 20/10/2020.

PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura – Um ponto de vista**. CEGRAF. Brasília. 1988.

PEREIRA. José Valdir, **Educação: Análise e Perspectivas – Detalhes da Crise do Ensino Brasileiro**. Jornal Alto Madeira. 29 de julho de 1981. Edição 13799. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&pagfis=28883>. Acesso em 22/07/2020. As 21h20min.

QUEIROZ. Nara Nubia Alencar, Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjA1MzY1MA/> Acesso em 21/07/2021 as 08h01min.

QUEIROZ. Maria Neuza Almeida.; HOUSOME Yassuko. **As disciplinas científicas do ensino básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970**. Revista Ensaio Belo Horizonte | v.20 | e9723 | 2018. Disponível: em

<https://www.scielo.br/j/eppec/a/NhbgnTPJWkcrkzLjMcngMjd/?lang=pt&format=pdf>
f Acesso em 13/01/2021 às 22h54min.

REVISTA IDÉIAS & FATOS. **Galeria dos Pioneiros. Entrevista.** Ano I – nº 7 – 28 de dezembro de 1998. Editor: Neri de Paulo Carneiro. Gráfica Pontual.

REVISTA IDÉIAS & FATOS. **Galeria dos Pioneiros. Entrevista.** Ano I – nº 2 – 25 de maio de 1999. Editor: Neri de Paulo Carneiro. Gráfica Pontual.

REVISTA IDÉIAS & FATOS. **Rolim de Moura.** Ano I – nº 3 – 25 de janeiro de 1999. Editor: Neri de Paulo Carneiro. Gráfica Pontual.

REVISTA IDÉIAS & FATOS. **Galeria dos Pioneiros.** Entrevista senhora Enilde do Carmo Lopes. Ano I – nº 5 – 25 de fevereiro de 1999. Editor: Neri de Paulo Carneiro. Gráfica Pontual.

REVISTA IDÉIAS & FATOS. **Galeria dos Pioneiros.** Entrevista senhor Geraldino R. Jorge. Ano I – nº 7 – 25 de maio de 1999. Editor: Neri de Paulo Carneiro. Gráfica Pontual.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil.** 21ª Edição. Ed. Saraiva. 1997.

Rolim de Moura. **Informativo de 1999 da Prefeitura de Rolim de Moura.** Disponível em <https://www.afotorm.com.br/html/historia/rolim-de-moura/informativo-1999.html>. Acesso em 21/07/2021 às 18h10min.

_____. **Foto aérea de Rolim de Moura em 1982.** Osvaldo Geraldo (afotorm Nº 156) Disponível em <https://www.afotorm.com.br/html/arquivo/Fotos%20antigas/1982.html>. Acesso em 06/02/2022 às 08h56min

_____. **Foto aérea de Rolim de Moura em 1988.** Senador Valdir Raupp (afotorm Nº 1.197) Disponível em <https://www.afotorm.com.br/html/arquivo/Fotos%20antigas/1988.html>. Acesso em 06/02/2022 às 09h10min.

SANTOS. Silmar Oliveira dos, **Questão Agrária e o Fechamento de Escolas do Campo em Rolim de Moura – RO.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação – Mestrado Acadêmico - UNIR. Porto Velho. 2019.

SILVA. Avacir Gomes dos Santos, **Andanças que me levam não sul e nem norte: espaços e tempos na formação acadêmica.** Revista entre florestas e rios: 30 anos de pedagogia no Vale do Guaporé. Material elaborado pela comissão nomeada pela Ordem de Serviço nº 02/2019/DEPED/RM/UNIR de 25 de fevereiro de 2019.

SILVA, Caetana Juracy Rezende, (org.) **Institutos Federais Lei. 11.892, de 29 29/12/2008:** Comentários e Reflexões. 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentada-final&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso 08/04/2020 às 19h28min.

SILVA, Giuslane. **A Memória Coletiva**. Aedos – Revista do Corpo Discente do PPG – História da UFRGS, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016.

SILVA, Maria Aparecida da, e BURGEILE, Odete. **A presença das mulheres migrantes e seu papel na educação em Rolim de Moura – Rondônia**. REVISTA VEREDAS AMAZÔNICAS – JANEIRO/JUNHO – VOL. 3, Nº 1, 2014. ISSN: 2237- 4043. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredamazonicas/article/viewFile/987/1132>. Acesso em 01/04/2020 às 13h22min.

SOUZA, Marilsa Miranda de, **Imperialismo e Educação do Campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990**. Tese. Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. 2010. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101514/souza_mm_dr_arafcl.pdf?sequence=1 Acesso em 16/07/2020 às 10h54min.

TEIXEIRA, Alana Alencar Souza. **Vozes que Educam: História Oral de Vida com Professoras no Município de Rolim de Moura**. Disponível em: <file:///C:/Users/Diana/Desktop/DIANA%202020/MESTRADO/Vozes%20que%20educam%20hist%C3%B3ria%20oral%20de%20vida%20com%20professoras%20do%20munic%C3%AAdpio%20de%20Rolim%20de%20Moura.pdf>. Acesso em 01/04/2020 às 12h59min.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

VELLOSO, Jacques R., **Socialização e Trabalho**: Escola e Produção Capitalista. Ponto de Vista. Em Aberto, Brasília, ano 3, nº 19, março de 1984. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/> Acesso em 02/08/2021 às 23h42min.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudgeon Pianovski, SOUZA JUNIOR, Antônio de. **Educação Profissional no Brasil**. Revista Interacções. Nº. 40, PP. 152-169 (2016). Disponível em: [file:///D:/Diana/Downloads/10691-Texto%20do%20Trabalho-31936-1-10-20170116%20\(5\).pdf](file:///D:/Diana/Downloads/10691-Texto%20do%20Trabalho-31936-1-10-20170116%20(5).pdf) Acesso em: 12/08/2021 as 09h28min.

VILHENA, João, SIQUEIRA, José Pereira de, **A História dos Municípios Pioneiros ao Longo da BR-364**. . Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora. 2001.

VINÃO FRAGO, Antônio. **História de la educación e historia cultural**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.0, p.63-82, set./dez.1995.

VINÃO FRAGO, Antônio. **Por una história de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: Asociación de História contemporânea**. Congreso (3º. 1996. Valladolid) Culturas y civilizaciones / III Congreso de la Asociación de Historia contemporânea – Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidade de Valladolid, 1998.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org